

DEBATES CONTEMPORÂNEOS:

TEMAS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 21

Ivanio Folmer
Organização



DEBATES CONTEMPORÂNEOS:

TEMAS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 21

Ivanio Folmer
Organização



Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: www.canva.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Debates contemporâneos [livro eletrônico] :
temas interdisciplinares : volume 21 /
organização Ivanio Folmer. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-506-7

1. Debates 2. Educação
3. Interdisciplinaridade na educação
I. Folmer, Ivanio.

25-260569

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Interdisciplinaridade : Educação 370.1

 **doi** 10.48209/978-65-5417-506-7

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

O Volume 21 da coletânea *Debates Contemporâneos: Temas Interdisciplinares* nasce do compromisso contínuo com a produção e a difusão do conhecimento crítico, plural e conectado às complexidades do nosso tempo. Nesta edição, reunimos reflexões que atravessam diferentes áreas do saber, evidenciando o quanto os desafios contemporâneos exigem olhares interdisciplinares, abertos ao diálogo e comprometidos com a transformação social.

Ao longo das páginas desta obra, os(as) leitores(as) encontrarão textos que dialogam com temas diversos — das questões educacionais às socioambientais, dos debates sobre cultura e identidade às abordagens jurídicas e tecnológicas —, sempre com o cuidado de estabelecer pontes entre teoria e prática, pesquisa e realidade, análise crítica e proposição de caminhos possíveis.

O caráter interdisciplinar desta coletânea não é apenas uma escolha metodológica ou temática, mas uma necessidade diante das múltiplas camadas que compõem os fenômenos sociais contemporâneos. Em tempos marcados por crises ambientais, desigualdades estruturais, transformações no mundo do trabalho, novas dinâmicas comunicacionais e disputas epistemológicas, torna-se imprescindível pensar com complexidade, articulando saberes e respeitando a diversidade de perspectivas.

Este volume agrega contribuições de pesquisadores(as), docentes, estudantes e profissionais que, a partir de diferentes contextos institucionais e geográficos, compartilham experiências, análises e inquietações. Os textos apresentados resultam de investigações científicas, práticas extensionistas, vivências formativas e processos colaborativos de produção de conhecimento. Tal diversidade confere à obra um caráter multifacetado, enriquecido pela pluralidade de vozes que aqui se entrelaçam.

Além disso, *Debates Contemporâneos* mantém seu compromisso com a democratização do acesso à ciência, oferecendo uma plataforma para a publicação de autores(as) que encontram, neste espaço editorial, a oportunidade de tornar visíveis suas reflexões e pesquisas. A valorização de produções de diferentes níveis — da iniciação científica à pesquisa de pós-graduação, da atuação

profissional às experiências de extensão universitária — permite reconhecer que o saber se constrói de forma coletiva e situada.

Acreditamos que esta obra será útil não apenas como fonte de leitura e estudo, mas como instrumento de diálogo para pesquisadores(as), docentes, estudantes e demais interessados(as) nas discussões atuais que atravessam a sociedade e os campos do conhecimento. Esperamos que os textos aqui reunidos possam inspirar novas reflexões, debates e ações concretas em prol de uma sociedade mais justa, crítica e comprometida com os direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade.

Agradecemos a todos(as) os(as) autores(as) e colaboradores(as) que contribuíram para a construção deste volume, bem como à equipe editorial e avaliadores(as) ad hoc, cujo trabalho cuidadoso possibilitou a qualidade e o rigor desta publicação. Que este volume 21 seja mais uma semente lançada ao solo fértil do pensamento crítico e da construção coletiva do saber.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	9
A DIALÉTICA ENTRE O PESO E A LEVEZA: UM CONTRAPONTO LATINO-AMERICANO.....	9

Rafael Alves de Andrade

doi: 10.48209/978-65-5417-506-0

CAPÍTULO 2.....	25
NA TRILHA DE BARÁ: O APAGAMENTO DO BATUQUE DO RIO GRANDE DO SUL NO CENSO IBGE.....	25

Dênis Moura de Quadros

doi: 10.48209/978-65-5417-506-1

CAPÍTULO 3.....	36
GESTÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA DE LIDERANÇA INSTITUCIONAL INCLUSIVA.....	36

Ulysses de Araujo Lima; Winston Luiz Ramos de Farias

doi: 10.48209/978-65-5417-506-2

CAPÍTULO 4.....	54
O VINHO COMO NARRATIVA COMENSAL E CULTURAL: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ENOTURISMO.....	54

Thaís Gomes Torres

doi: 10.48209/978-65-5417-506-3

CAPÍTULO 5.....	72
AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE ON THE ALLIANCE FOR PROGRESS: BETWEEN THE RHETORIC OF DEVELOPMENT AND THE REALITY OF INTERVENTION.....	72

João Victor da Costa Rios

doi: 10.48209/978-65-5417-506-4

CAPÍTULO 6.....86

**DIAGNÓSTICO ECOLÓGICO, SOCIOCULTURAL E AGRONÔMICO
DE UMA PROPRIEDADE RURAL PRODUTORA DE MORANGO
SEMI HIDROPÔNICO NA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE DO
RIO GRANDE DO SUL.....86**

Simone Braga Terra; Jean Samuel da Costa Braz

doi: 10.48209/978-65-5417-506-5

CAPÍTULO 7.....115

**A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR SOB A
ÓTICA DOS PROFESSORES.....115**

Catiani Renata Salvati; Vania Lenise Turcatto KLuge

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-6

CAPÍTULO 8.....130

**HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E
INDÍGENA NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
POLÍTICA DA UERN.....130**

Guilherme Luiz Pereira Costa; Guilherme Paiva de Carvalho

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-8

CAPÍTULO 9.....146

**ANÁLISE MULTICRITÉRIO DA INFRAESTRUTURA URBANA:
OS PADRÕES DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
.....146**

Diego de Sousa Ribeiro Fonseca; Sérgio Leandro Sousa Neves

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-9

SOBRE O ORGANIZADOR.....182

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....183

CAPÍTULO 1

A DIALÉTICA ENTRE O PESO E A LEVEZA: UM CONTRAPONTO LATINO-AMERICANO

Rafael Alves de Andrade

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-0

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma investigação transdisciplinar sobre a “leveza”, partindo da fascinação que essa qualidade exerce em contraste com seus antípodas: o peso, o fardo e a gravidade. O objetivo central é analisar como a busca pela leveza se manifesta de formas distintas no pensamento ocidental, a fim de, por contraste, revelar a sua radicalidade no contexto da América Latina. Argumenta-se que, para compreender a potência da leveza no Sul Global, é preciso, paradoxalmente, aprofundar-se na natureza multifacetada e específica do “peso” que a define: uma força que transcende o dilema existencial para se manifestar como uma condição histórica, política e cosmológica.

Para conduzir esta análise, a metodologia da investigação assenta-se na distinção formulada por Paul Valéry sobre a diferença entre a leveza passiva da “pluma” e a leveza ativa e intencional do “pássaro”. O percurso se inicia com uma exploração da leveza examinando-se como o conceito de “gravidade” evolui de um fardo ontológico em Friedrich Nietzsche a um problema estético em Italo Calvino, culminando em sua inversão paradoxal em Milan Kundera. Em seguida, o estudo transita criticamente para o Sul Global, redefinindo o “peso” através das lentes de teóricos latino-americanos como Aníbal Quijano, com sua noção de “colonialidade do poder”, Eduardo Galeano, que o define como “fardo colonial”, e da cosmologia de Davi Kopenawa que adverte para a ameaça da “queda do céu”. Por fim, a análise se aprofunda nas “práxis da leveza” que emergem como estratégias de resistência na cultura latino-americana, explorando desde a descolonização do ser em Rodolfo Kusch

e Ailton Krenak até manifestações na literatura, na arte e em táticas cotidianas como a gambiarra e a festa.

Como resultado esperado, o artigo pretende demonstrar que a leveza na América Latina não é um mero valor estético ou um escapismo, mas uma sofisticada ferramenta de resistência, apropriação e reinvenção. Ao recontextualizar seu oposto, ou seja, o peso colonial, epistêmico e cosmológico, a investigação revela que a radicalidade da leveza latino-americana reside em sua capacidade de operar como uma estratégia de libertação que responde a uma gravidade de imensa magnitude, oferecendo assim uma perspectiva original sobre suas manifestações filosóficas e culturais.

DESENVOLVIMENTO - UMA DIALÉTICA INICIAL ENTRE PESO E LEVEZA

A leveza, conforme a distinção de Valéry entre o pássaro e a pluma, emerge no pensamento moderno ocidental como uma aspiração complexa, frequentemente em confronto com um avassalador sentimento de peso, seja ele histórico, moral ou existencial. Longe de ser uma mera ausência de fardo, ela se manifesta como uma virtude a ser conquistada, um método a ser cultivado ou uma condição a ser superada.

No pensamento oriental, a leveza emerge como um princípio ontológico e ético fundamental para a libertação, em contraste com a densidade associada à existência mundana. Esse ideal manifesta-se na fluidez e na não-resistência do conceito taoista de wu wei, que concebe o vazio como uma potência criadora. Tal abordagem reverbera na tradição Zen-budista, que advoga por uma celebração ativa da transitoriedade, transformando-a em um regozijo libertador. Paralelamente, a tradição do Yoga codifica a leveza (Laghima) como uma perfeição (siddhi) a ser alcançada, uma transcendência das limitações materiais. Dessa forma, em vez de uma superação pela luta, essas correntes de pensamento propõem um alinhamento com o fluxo da existência, constituindo um valioso contraponto aos modelos dialéticos ocidentais.

Enquanto as tradições orientais concebem a leveza como um alinhamento intrínseco à existência e uma via de libertação radical, as dialéticas

ocidentais, em contraste, frequentemente a articulam como uma conquista árdua, nascida do confronto com o peso. É nesse contexto de superação que a filosofia de Friedrich Nietzsche se insere. Para Nietzsche, a leveza não é um estado natural ou uma condição dada, mas a mais alta conquista do espírito livre, o resultado de uma batalha árdua e incessante contra o que ele denomina “espírito de gravidade” (*Geist der Schwere*). Este espírito representa tudo o que é niilista e negador da vida: o dogmatismo, a moralidade judaico-cristã, o ressentimento e a seriedade opressiva que transformam a existência em um fardo a ser suportado.

A compreensão da leveza, paradoxalmente, parte da confrontação com o peso em sua forma mais extrema. Este peso é encapsulado na doutrina do Eterno Retorno, que Nietzsche, em *A Gaia Ciência*, descreve como “o peso mais pesado” (*das schwerste Gewicht*) (NIETZSCHE, 2005, p. 273). A ideia de que cada momento da existência, com todas as suas alegrias e dores, se repetirá infinitamente, confere a cada ação uma responsabilidade absoluta e um peso esmagador. Desse modo, o “espírito de gravidade” é a força que “faz todas as coisas caírem”. Zaratustra, seu porta-voz, descreve a personificação deste espírito ao encontrar seu adversário: “Quando vi meu diabo, achei-o sério, metuculoso, profundo e solene: era o espírito de gravidade” (NIETZSCHE, 2011, p. 40). Esta seriedade é a força que puxa o homem para baixo, atuando como um “demônio e arqui-inimigo” que constantemente arrasta o espírito humano “para o abismo” do niilismo (NIETZSCHE, 2011, p. 152).

Em oposição a esta força descendente, a filosofia de Zaratustra propõe um contramovimento de ascensão. A hostilidade a tudo o que é pesado torna-se a própria definição do espírito livre: “E sobretudo que eu seja inimigo do espírito de gravidade, isso é maneira de ave (...)” (NIETZSCHE, 2011, p. 189). Nietzsche aponta que as ferramentas para lutar por esta superação são a dança, o riso e o voo. O riso, por sua vez, é a arma que aniquila o espírito de gravidade: “Não é com a cólera, mas com o riso que se mata” (NIETZSCHE, 2011, p. 40). Nietzsche sustenta que “aquele que escala elevados montes ri de todas as tragédias da vida” (NIETZSCHE, 2011, p. 40).

Se em Nietzsche a leveza é uma transformação ontológica, em Italo Calvino ela se apresenta como um valor literário e um programa metodológico

deliberado. Em suas Seis Propostas para o Próximo Milênio, Calvino (1990) elege a leveza como a primeira e mais crucial virtude a ser cultivada no pensamento, ou seja, trata-se de uma reação consciente em oposição ao “peso”. Para Calvino, sua operação literária consistiu, na maioria das vezes, em uma “subtração de peso” – um esforço deliberado para retirar o fardo das figuras humanas, das cidades, da estrutura narrativa e da própria linguagem (CALVINO, 1990, p. 15).

Essa busca por uma “leveza pensante”, em oposição à leveza da frivolidade, é o ponto central de sua concepção. Calvino adverte que as duas não devem ser confundidas, e nos alerta: “há uma leveza do pensamento, assim como existe, como todos sabem, uma leveza da frivolidade; ou melhor, a leveza do pensamento pode fazer a frivolidade parecer pesada e opaca” (CALVINO, 1990, p. 22). Essa leveza não é uma fuga da realidade, mas uma ferramenta cognitiva para compreendê-la e representá-la com mais clareza.

Essa “leveza pensante” é, portanto, um método que exige rigor, uma disciplina intelectual que persegue a clareza não através de uma simplificação superficial, mas por meio da identificação e valorização do que é essencial. Ela se estabelece como alicerce para outras qualidades prezadas por Calvino, como a rapidez e a exatidão, pois é justamente a eliminação do peso supérfluo que confere ao pensamento a agilidade necessária para se mover e focar com precisão. A metáfora do voo do pássaro, emprestada de Valéry, captura perfeitamente este ideal: uma trajetória intencional e controlada, em contraste com a pluma que flutua ao acaso.

A leveza calviniana, como ferramenta de conhecimento, aprimora a percepção, permitindo ao indivíduo observar a complexidade do mundo de uma perspectiva mais elevada, identificando relações e padrões que de outra forma permaneceriam escondidos pelo fardo da linguagem opaca e da inércia intelectual. Esse ato de “subtrair peso” não busca a superficialidade, mas representa uma estratégia consciente para aguçar a percepção e alcançar uma representação mais fiel da complexidade do mundo.

Para ilustrar este método, Calvino recorre a uma série de exemplos literários e mitológicos. Para ele, a leveza é uma forma de se opor à “petrificação”

da realidade, uma resposta dinâmica ao “olhar inexorável da Medusa” (CALVINO, 1990, p. 15-16). O mito de Perseu e a Medusa serve como uma alegoria central: para derrotar o monstro que petrifica (o peso do mundo), Perseu não o encara diretamente, mas observa seu reflexo no escudo, sustentando-se no que há de mais leve: as nuvens e o vento. A leveza, aqui, é uma estratégia de visão indireta que permite lidar com a realidade monstruosa sem ser paralisado por ela (CALVINO, 1990, p. 16). Da mesma forma, Calvino admira em Lucrécio a capacidade de dissolver a solidez do mundo numa percepção do “infinitamente minúsculo, móvel e leve”, e em Ovídio, a ideia de que tudo pode assumir novas formas, minando a compacidade do real. Isso ressoa sua visão antecipada sobre a era digital, onde “as máquinas de metal continuam a existir, mas obedientes aos bits sem peso” (CALVINO, 1990, p. 20), reforça a leveza como uma força transformadora na contemporaneidade.

Desse modo, a leveza calviniana é, em essência, uma ferramenta intelectual e estética que representa uma abordagem que busca a clareza através da subtração do supérfluo, uma forma de cognição e representação que valoriza a agilidade e a precisão para dar forma a um mundo que, de outro modo, pareceria condenado à inércia e à opacidade. Assim, a leveza em Calvino vai além de uma simples característica estilística, convertendo-se em uma estratégia deliberada para lidar com o peso do mundo; é uma busca por equilíbrio que não ignora a complexidade, mas procura abordá-la através de formas sutis e precisas. Tal abordagem se harmoniza com a ideia de que a literatura, e talvez a arte e a arquitetura em geral, pode atuar como um “antídoto”.

A complexa dialética entre peso e leveza encontra uma ressonância particularmente instigante no romance *A Insustentável Leveza do Ser*, de Milan Kundera (2017). A obra se posiciona na tensão entre as visões de Nietzsche e Calvino, revelando a leveza não como conquista ou ferramenta, mas como uma condição existencial ambivalente e problemática.

O romance parte de uma inversão da premissa nietzschiana do Eterno Retorno. Se para Nietzsche (2005) este representava o “peso mais pesado”, Kundera pergunta: o que acontece se não houver peso? A resposta é a gênese da leveza. A vida humana, em sua irrepetibilidade, torna-se fundamentalmente

leve, ideia encapsulada no adágio alemão *Einmal ist keinmal* (“uma vez não conta”) (KUNDERA, 2017, p. 12). Este princípio transforma a vida em um “esboço para um quadro que nunca será pintado” (KUNDERA, 2017, p. 15), onde as escolhas perdem seu peso absoluto e a fugacidade se torna uma “circunstância atenuante” que perdoa tudo antecipadamente.

Essa leveza, no entanto, não é a virtude afirmativa de Zaratustra nem a programática de Calvino. É uma condição de profunda ambivalência: libertadora, mas que carrega o espectro da insignificância. Aqui reside o paradoxo central de Kundera: a ausência de peso torna-se, ela própria, um fardo insuportável, de modo que, a leveza, que deveria ser a libertação, revela-se “insustentável” (KUNDERA, 2017, p. 9). Seus personagens habitam o vazio deixado pela dissolução dos grandes imperativos morais, mas carecem da força sobre-humana para forjar novos valores. Neste contexto, a única forma de leveza que o próprio romance parece endossar é a do pensamento, da ironia e da arte, que em vez de negar o peso do mundo, o ilumina e o torna, por um instante, compreensível.

A trajetória do conceito de leveza de Nietzsche a Kundera, passando por Calvino, desenha um arco que espelha as transformações da consciência moderna. Nietzsche, com sua leveza como conquista ontológica contra o fardo existencial, Calvino, com sua leveza como método intelectual e estético para lidar com a complexidade do mundo, e Kundera, com sua leveza paradoxal que se revela um fardo insuportável na ausência de significado, representam etapas distintas na compreensão ocidental do conceito. Retornando à questão fundamental - o que sustenta a leveza? -, à medida que suas fundações heroicas se corroem, a única força capaz de sustentá-la é o próprio intelecto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO – A DIALÉTICA ENTRE PESO E LEVEZA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Para compreender a radicalidade com que a leveza se manifesta na América Latina, é imperativo realizar uma transição crítica e um aprofundamento conceitual de seu antípoda local. O “peso”, no Sul Global, transcende o dilema existencial individual, característico de parte da filosofia europeia, para se con-

figurar como uma força coletiva, histórica, política e cosmológica. Trata-se de uma condição material e epistêmica que define a própria experiência de existir, uma gravidade específica resultante de uma dupla imposição, filosófica e material, que opera em simbiose.

Alguns teóricos contemporâneos forneceram algumas ferramentas conceituais para anatomizar essa gravidade. O sociólogo peruano Aníbal Quijano a define como a “colonialidade do poder”, um padrão de dominação que sobreviveu ao fim do colonialismo histórico e continua a organizar o mundo com base na hierarquia racial e na “diferença colonial”. Segundo Quijano, esse modelo de poder articula, pela primeira vez na história, todas as formas de controle social em uma única estrutura sistêmica que abrange a totalidade da população do planeta.

Essa estrutura de poder é sustentada por um dispositivo complementar: a “colonialidade do saber”. O semiólogo argentino Walter Mignolo descreve este dispositivo como o processo que “hierarquizou conhecimentos globais, universalizando padrões europeus e desqualificando simbolicamente materiais e técnicas autóctones, reforçando uma noção de progresso vinculada à extração e à dominação” (MIGNOLO, 2011, p. 156). A colonialidade do saber, portanto, não é um mero exercício intelectual; ela fornece a justificativa ideológica para a colonialidade do poder. Ao invalidar os saberes locais, sejam eles construtivos, culturais ou filosóficos, ela legitima a imposição de modelos externos e a exploração material que os acompanha.

Isso se materializa de forma brutal na história econômica do continente, um processo que o escritor uruguaio Eduardo Galeano denominou “fardo colonial”. Em sua obra, *As Veias Abertas da América Latina*, ele narra cinco séculos de exploração contínua, sintetizando o fardo em uma de suas frases mais célebres: “nossa derrota sempre esteve implícita na vitória dos outros; nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza ao nutrir a prosperidade dos outros” (GALEANO, 2010, p. 18-19). O peso, aqui, é literal: é o peso dos minérios, do açúcar, do café e dos corpos extraídos do continente para sustentar a prosperidade alheia.

No Brasil, a condição de dependência gerou um “peso” de outra natureza: o descompasso estrutural entre as ideias importadas e a realidade local. O crítico literário Roberto Schwarz, ao analisar a sociedade brasileira do século XIX, aponta a convivência paradoxal entre o discurso liberal europeu e a prática brutal da escravidão. Esse desencontro crônico entre a ideologia e a vida material tornava as ideias europeias “falsas num sentido diverso, por assim dizer, original” (SCHWARZ, 2000, p. 12). Diferente da Europa, onde a ideologia liberal mascarava a exploração, no Brasil ela operava de forma a expor a contradição: a Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, não escondia, mas, ao contrário, “tornava mais abjeto o instituto da escravidão”. Tratava-se, portanto, de um verniz civilizatório que, em vez de ocultar a violência estrutural, acabava por realçar o escândalo de sua existência.

O historiador Alfredo Bosi, em sua obra “Dialética da Colonização”, aprofunda a análise da formação brasileira ao defini-la como um processo marcado por uma tensão constante. De um lado, a “lógica da exploração”, que representa o “peso” da empresa colonial agromercantil, e de outro, as “intenções culturais”, que buscavam conferir sentido à existência nos trópicos. Essa dialética manifesta-se em um mal-estar constante, uma sensação de inadequação que o crítico Silviano Santiago identifica como o “entre-lugar” do discurso latino-americano. Para o autor, o intelectual e o artista do continente enfrentam o desafio de produzir em um cenário de dependência, questionando “qual seria pois o papel do intelectual hoje em face das relações entre duas nações que participam de uma mesma cultura, a ocidental, mas na situação em que uma mantém o poder econômico sobre a outra?” (SANTIAGO, 2000, p. 17).

Essa condição gera uma tensão perpétua entre a cópia e a criação. Por um lado, sob o peso do modelo hegemônico, “A América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original” (SANTIAGO, 2000, p. 14). Por outro, a originalidade surge não da negação dessa influência, mas de sua apropriação e subversão. O filósofo argentino Enrique Dussel fornece o enquadramento ético para a condição de subalternidade latino-americana. Em sua filosofia, a “Totalidade” é o sistema hegemônico que se fecha em si mesmo e se autoproclama como a única realidade possível. Dussel explica que “o

mundo ou a eticidade do filósofo - como é o de um sistema hegemônico (...) o moderno - pretende se apresentar como ‘o mundo’ humano por excelência; o mundo dos outros é barbárie, marginalidade, não-ser” (DUSSEL, 1977, p. 67). Essa “barbárie” ou “não-ser” é o que o filósofo define como a “Exterioridade”: o lugar do “Outro” que, por estar fora do sistema dominante, tem sua própria humanidade e validade negadas. Esse posicionamento cria um peso existencial imenso sobre o sujeito colonizado.

Através de sua crítica ao “povo da mercadoria”, Davi Kopenawa revela um tipo de gravidade que não oprime apenas os povos, mas o próprio planeta, ameaçando a leveza fundamental que sustenta a existência: o céu sobre nossas cabeças. Para Kopenawa, o modo de vida dos brancos (napë) se define por um pensamento que permanece “completamente ‘aprisionado’” à mercadoria, uma fixação que ele associa a um “vão desejo de ignorar a morte” (KOPENAWA, 2015, p. 37). Essa obsessão insaciável por bens e pela extração de recursos impõe um peso literal e devastador sobre a terra. A mineração, o desmatamento e a poluição não são meros problemas ambientais; na cosmologia Yanomami, são atos de violência diretamente “causados pelo furor dos brancos”, uma agressão que reverbera no plano espiritual de forma tão intensa que, em suas visões, Kopenawa testemunha a própria floresta “aos prantos, doente e transformada em fantasma” (KOPENAWA, 2015, p. 86).

A consequência final deste peso é a ameaça iminente da “queda do céu”, um colapso que destruiria a própria hutukara. Longe de ser o nome do apocalipse, hutukara é o nome da terra-floresta viva, o próprio chão que se pisa, formado a partir do “dorso do antigo céu [...] caído no primeiro tempo” (KOPENAWA, 2015, p. 357). O mundo que habitamos é, portanto, um “velho céu” (KOPENAWA, 2015, p. 195), e a possibilidade de uma nova queda é uma ameaça existencial a essa entidade.

O peso, aqui, é a força física gerada por essa profanação. A crítica de Kopenawa propõe a introdução da noção de uma leveza cosmológica - baseada na reciprocidade com a terra-floresta (urihi a) - em oposição direta à gravidade do extrativismo, que trata o firmamento como um “céu de ninguém” (KOPENAWA, 2015, p. 16) a ser conquistado até a exaustão. Isso reverbera a filosofia

andina do Sumak Kawsay (Bem Viver) e oferece uma cultura relacional da leveza, baseada no equilíbrio dinâmico, na reciprocidade radical e no parentesco cósmico com a Mãe Terra. Esta visão, que se opõe à lógica extrativista, entende a vida como um fluxo de interdependência, onde o bem-estar só é possível através do cuidado mútuo entre todos os seres, humanos e não-humanos.

O pensador indígena Ailton Krenak aprofunda esta crítica, propondo uma leveza em que o “peso” fundamental que a humanidade moderna carrega é a própria ideia de “humanidade” como uma categoria que a separou da natureza. A leveza, em sua obra, é um convite radical para dissolver essa fronteira, pois “a ideia de que os humanos são algo separado da natureza é uma mentira” (KRENAK, 2019, p. 48). Trata-se do ato de se despir da fantasia de ser especial para se reconhecer como parte do tecido vivo da Terra, despojando-se do peso de um “eu” isolado para se fundir a uma existência coletiva e telúrica, respirando com a floresta e fluindo com o rio.

Por outro lado, uma das mais potentes estratégias de leveza opera no campo da subjetividade, buscando contrapor-se às próprias categorias do ser e da vida que estruturam o pensamento ocidental. O filósofo argentino Rodolfo Kusch identifica o “peso” precisamente no conceito de “ser”: estático, essencialista e dominador. Contra essa ontologia do “ser”, Kusch propõe a sabedoria do “estar-siendo”, uma categoria que, segundo ele, caracteriza de forma mais autêntica a experiência em solo americano. Ele argumenta que a filosofia ocidental, ao focar no “ser”, acaba por distorcer a realidade do viver americano, que se desenrola primariamente no nível do “estar”.

A leveza, nesse contexto, emerge do abandono da pretensão de “ser” para abraçar a condição fluida e relacional do “estar-siendo”. Trata-se de um ato de “soltar o lastro” da identidade fixa para reconhecer que a autenticidade não reside nos moldes ocidentais, mas sim no desenvolvimento de uma estrutura inversa.

Em contraponto a uma condição de gravidade que por vezes define a experiência social, emerge uma série de práticas culturais que buscam ativamente a leveza. Estas “práxis da leveza” não são meros escapismos, mas sofisticadas operações de libertação que encontram fissuras na ordem vigente para afirmar

a vida e a criatividade. A leveza transcende a alta cultura e se manifesta em práticas sociais que atuam como tecnologias de resiliência. A gambiarra, com particular proeminência no Brasil, é um exemplo paradigmático. Conforme Assunção e Mendonça (2016, p. 92), a gambiarra é um processo criativo que vai além do funcional, revelando um “potencial de resistência e emancipação”. Mais do que uma solução improvisada, ela é uma “tática”, no sentido que Michel de Certeau dá ao termo: uma astúcia que opera no campo do outro, sem um lugar próprio, aproveitando as falhas na vigilância do poder (ASSUNÇÃO; MENDONÇA, 2016, p. 102). Nesse sentido, a gambiarra desafia o papel passivo do consumidor, que se torna um agente ativo ao ressignificar produtos e inventar novos “modos de usar”. Sua leveza é a da inteligência e da agilidade, que converte o “peso” da carência ou da norma na “leveza” da invenção, mostrando que outros mundos e outros modos de fazer são possíveis (ASSUNÇÃO; MENDONÇA, 2016).

Do ponto de vista das manifestações culturais, temos a festa, que funciona como uma ruptura ritualizada com a ordem cotidiana. Para o poeta mexicano Octavio Paz (1984), em sua obra *O Labirinto da Solidão*, a festa é um evento central, pois nela o mexicano se revela. Após descrever o mexicano como um ser que se fecha e se preserva, usando o silêncio e a cortesia como máscaras (PAZ, 1984, p. 31), Paz aponta a festa como o momento em que essa contenção é quebrada. A festa é definida como uma “explosão, um estouro” (PAZ, 1984, p. 50), uma “súbita imersão do informe, na vida pura” (PAZ, 1984, p. 49). Durante os festejos, o mexicano não busca apenas se divertir, mas “quer se ultrapassar, pular o muro da solidão que durante o resto do ano o torna incomunicável” (PAZ, 1984, p. 46). É uma suspensão temporária do peso das hierarquias sociais, um momento em que a comunidade se permite comungar e se libertar das máscaras do dia a dia.

A literatura e a arte latino-americanas, por sua vez, transformaram a leveza em uma ferramenta crítica para lidar com o peso da história. A proposta antropofágica de Oswald de Andrade é uma das mais radicais formulações da leveza como arma. A “leveza brincalhona” de seus manifestos é um método para “devorar” a cultura do colonizador e, a partir dela, criar algo novo, re-

cusando a solenidade e afirmando uma posição irreverente e ativa. Jorge Luis Borges e Julio Cortázar empregam a leveza como instrumento intelectual. Em Borges, ela é erudita e irônica; através de labirintos textuais, ele dissolve o peso da realidade e das certezas filosóficas, manifestando uma “indiferença serena” que afronta o humanismo (FONSECA, 2015, p. 245). Em Cortázar, a leveza é lúdica; *O Jogo da Amarelinha*, com sua estrutura não linear, destrói a autoridade pesada do autor e convida o leitor a uma cumplicidade ativa (KADOTA, 2006, p. 34).

Outros autores utilizam a leveza para transfigurar poeticamente a realidade. Em *Cem Anos de Solidão*, Gabriel García Márquez emprega o realismo maravilhoso para naturalizar o fantástico, conferindo uma leveza mítica aos eventos mais pesados da história, como massacres e guerras, tratando-os como parte de um destino cíclico e não como um fardo paralisante (SANTOS; BELLINI, 2018). Já em *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa redime a brutalidade do sertão pela linguagem, alcançando a leveza através de uma “pura poesia narrativa metafórica” que reinventa a oralidade com lirismo (SILVA, 2012). Na arte, Lygia Clark e Hélio Oiticica abandonam o objeto estático e “pesado” para propor experiências que ativam um “corpo vibrátil”, transformando o espectador em participante e a obra em um evento efêmero.

Uma análise rigorosa deve, contudo, evitar uma celebração acrítica e abordar as facetas problemáticas da leveza, onde ela pode mascarar a violência ou tornar-se sintoma de alienação. O conceito de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995) é o exemplo mais notório dessa ambiguidade. A cordialidade, regida pelo afeto, manifesta-se como uma aparente leveza nas relações. Entretanto, a “sombra” da cordialidade é a violência, já que pode facilmente descambar para a brutalidade quando contrariada, mascarando estruturas de poder desiguais (HOLANDA, 1995, p. 107).

Nesse sentido, existem contextos em que o peso se torna um imperativo ético e a leveza, uma forma de amnésia moralmente inaceitável. O fardo mais recente da América Latina é a ferida aberta deixada pelas ditaduras militares. A arquitetura que lida com essa memória traumática oferece um contraponto crucial à busca pela leveza. Em toda a região, “lugares de memória” foram criados

para confrontar o legado do terror de Estado. Tais espaços não são projetados para serem leves ou redentores; pelo contrário, sua arquitetura é deliberadamente pesada, concebida para materializar a opressão e forçar o visitante a uma confrontação com a brutalidade da história.

Neste contexto específico, a dialética entre peso e leveza se inverte. A leveza seria sinônimo de esquecimento, uma falha moral. O peso, por outro lado, alinha-se com o dever ético da memória. A solidez do concreto, a escuridão dos corredores, a presença física dos espaços de violência. Tudo isso constitui um peso necessário que ancora a sociedade à sua história, garantindo que o passado continue a “pesar” sobre o presente. Esta nuance é fundamental, pois revela que a leveza não é um valor absoluto. Há momentos e lugares em que a gravidade é a única postura ética possível, uma constatação que impede uma apologia simplista e prepara o terreno para uma análise arquitetônica mais sofisticada, que questiona não apenas como alcançar a leveza, mas quando e por que um arquiteto deve escolher entre a leveza e o peso como sua expressão dominante.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou percorrer a multifacetada trajetória do conceito de “leveza”, partindo de sua articulação dialética com o “peso” no pensamento ocidental para, então, investigar sua ressignificação radical no contexto latino-americano. A análise comparada, ao contrastar a leveza como conquista ontológica, como método literário e como paradoxo existencial, demonstrou que no pensamento ocidental moderno ela frequentemente responde a um dilema de ordem individual.

Em transição para o Sul Global, ficou evidente que o “peso” adquire uma dimensão incontornável e coletiva. Ele se manifesta como a colonialidade que estrutura o poder e o saber, como o fardo histórico da espoliação material e como a ameaça cosmológica de um desequilíbrio planetário. É essa gravidade específica, de ordem histórica e política, que define o terreno sobre o qual as estratégias de leveza na América Latina operam.

Como resposta, as “práxis da leveza” emergem não como escapismo, mas como sofisticadas ferramentas de resistência, apropriação e reinvenção. Tais práticas se revelam na descolonização da própria subjetividade, que troca a rigidez do “ser” pela fluidez do “estar”, e na busca por reintegrar o humano à natureza. Manifestam-se, ainda, em táticas cotidianas de improviso, em rituais de explosão coletiva e em projetos artísticos que transformam a irreverência, o jogo e a poesia em instrumentos críticos.

Contudo, a análise evitou uma celebração acrítica, abordando a faceta problemática do conceito, como na cordialidade que pode mascarar a violência, e, crucialmente, identificou contextos em que o peso se torna um imperativo ético, como na arquitetura da memória, erguida para confrontar o trauma das ditaduras. Aqui inverte-se a dialética: a leveza equivaleria ao esquecimento, e o peso do concreto e da escuridão se converte em um dever moral para com a história.

Em suma, este trabalho demonstra que a radicalidade da leveza latino-americana não reside em uma negação do peso, mas na sua profunda compreensão e recontextualização. Ela é uma estratégia de libertação que responde a uma gravidade histórica, política e cosmológica. Ao sustentar-se no intelecto, na criatividade e na resiliência coletiva, essa leveza não apenas se opõe ao fardo, mas o subverte, oferecendo uma perspectiva original e potente sobre suas mais diversas manifestações filosóficas e culturais, afirmando que, mesmo sob o peso esmagador da história, é possível dançar, criar e reinventar o futuro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3-7, maio 1928.

ASSUNÇÃO, Helena S.; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A estética política da gambiarra cotidiana. **Revista Compolítica**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 91-114, 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la Liberación ante el desafío de Apel, Taylor y Vattimo con una introducción a la simbólica de la liberación**. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 1977.

FONSECA, J. A ironia em Borges: uma análise de “Pierre Menard, autor do Quixote”. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 17, n. 2, p. 245-258, 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KADOTA, N. M. A estrutura lúdica em O Jogo da Amarelinha. **Itinerários**, Araraquara, n. 24, p. 33-45, 2006.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. Tradução de Teresa Buhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KUSCH, Rodolfo. **El pensamiento indígena y popular en América**. Buenos Aires: Hachette, 1973.

MIGNOLO, Walter. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham: Duke University Press, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e Post-scriptum**. Tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. **Uma literatura nos trópicos: Ensaios sobre dependência cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SANTOS, F. R.; BELLINI, B. O realismo maravilhoso como projeto literário em Cem anos de solidão. **Revista de Letras**, v. 58, n. 1, 2018.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 9-32.

CAPÍTULO 2

NA TRILHA DE BARÁ: O APAGAMENTO DO BATUQUE DO RIO GRANDE DO SUL NO CENSO IBGE

Dênis Moura de Quadros

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-1

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, território forjado por narrativas de branqueamento, mitos de europeidade e apagamentos sistemáticos, uma das tradições mais antigas de matriz africana resiste entre o silêncio e o axé: o Batuque. Nascido da dor do cativo, mas forjado na potência ancestral de povos iorubás e bantos, o Batuque sul-rio-grandense atravessou dois séculos sendo alvo de repressão policial, estigmatização religiosa e, mais recentemente, de um apagamento sutil, porém eficaz: sua invisibilização nos discursos públicos, nos censos, nas universidades e, até mesmo, dentro do próprio campo das religiões afro-brasileiras.

Este capítulo se debruça sobre o fenômeno do apagamento do Batuque num contexto em que, paradoxalmente, os dados censitários indicam crescimento das religiões afro-brasileiras no estado. Segundo o Censo de 2010, o Rio Grande do Sul possui o maior percentual proporcional de adeptos dessas tradições no país. E no entanto, não é o Batuque — religião originária deste território — que aparece com destaque. As categorias oficiais registram preferencialmente os nomes mais conhecidos nacionalmente: Candomblé e Umbanda. O Batuque, mesmo com milhares de terreiros em atividade, segue submerso sob a pele da estatística e da semântica religiosa oficial.

Esse processo de apagamento não ocorre por acaso. Ele se articula a lógicas racistas, colonialistas e epistemicidas que fazem parte da formação do Estado brasileiro, e que, no Sul, ganharam contornos ainda mais agudos por meio da exaltação de uma identidade “branca” e eurocentrada. Na teologia do

Batuque, os Orixás caminham com os filhos na terra, recebem oferendas em ritmos próprios, tocam tambores com nomes e funções específicas, e realizam rituais de assentamento que exigem territorialidade, ancestralidade e sacralização do corpo. Tudo isso torna essa tradição menos “domesticável” aos olhos da sociedade capitalista, urbana e cristianizada. Em contraste, a Umbanda, por exemplo, adaptou-se com mais facilidade à lógica de sincretismo com o espiritismo kardecista e às exigências de uma religiosidade “aceitável” nas esferas da branquitude.

Mas o Batuque resiste. Nas encruzilhadas das periferias de Porto Alegre, nas comunidades de Pelotas, nas estradas de chão batido da campanha, ainda se escuta o toque do *onilu*, ainda se oferecem “frentes” aos Orixás, ainda se honra a tradição oral de mães e pais-de-santo cujos saberes não couberam na epistemologia das bibliotecas. Este capítulo, portanto, não é apenas uma denúncia do apagamento, mas um ato de evocação: chamar o Batuque pelo nome, trazê-lo à luz das letras e reafirmar sua centralidade no panteão das espiritualidades afro-brasileiras.

O Batuque não é um desvio do Candomblé. Não é um sinônimo genérico de “macumba”. É uma religião completa, com teologia própria, calendário ritual, cosmologia e liturgia. Ignorá-lo é reproduzir, ainda que involuntariamente, a lógica colonial que hierarquiza saberes e destrói territórios simbólicos.

No Censo Demográfico de 2022, o IBGE registrou um crescimento expressivo no número de adeptos das religiões de matriz africana, com destaque para a Umbanda e o Candomblé. Nacionalmente, essas tradições passaram de 0,3% da população em 2010 para cerca de 1% em 2022. O Rio Grande do Sul despontou como o estado com a maior proporção de praticantes, com 3,2% de sua população se identificando com essas religiões — superando estados historicamente associados a essas práticas, como a Bahia e o Rio de Janeiro. Esse crescimento também aparece em nível municipal: Porto Alegre, por exemplo, registrou 6,36% de sua população como adepta de religiões afro-brasileiras. Outro dado significativo é que, em 2010, cerca de 3.900 municípios brasileiros não possuíam registros dessas religiões; em 2022, esse número caiu para cerca de 1.800, revelando uma expansão territorial e social. O aumento sugere

não apenas maior adesão, mas também uma crescente disposição dos fiéis em se declararem publicamente, num contexto de fortalecimento da luta contra o racismo religioso e de valorização das identidades negras e afro-diaspóricas.

O QUE É O BATUQUE DO RIO GRANDE DO SUL?

Regina Célia Lima Xavier (2010) resgata e articula pesquisas que evidenciam a presença negra na formação social do Rio Grande do Sul, presença essa sistematicamente negada pela historiografia oficial. Segundo a autora, essa narrativa hegemônica construiu a imagem de um estado majoritariamente branco, apagando o número expressivo de africanos escravizados que foram trazidos para a região: “Já houve tempo em que se afirmou que no Rio Grande do Sul a escravidão havia sido numericamente insignificante, que sua sociedade havia sido, desde sempre, predominantemente branca.” (Xavier, 2010, p. 15). Esse mito da branquitude estrutural gaúcha ainda ecoa em diversas áreas do saber e da cultura, como se nota na escassez de autores negros reconhecidos na historiografia oficial e na História da Literatura Gaúcha, marcada pela invisibilização de vozes afrodescendentes.

Xavier (2010) também destaca estudos recentes que desconstroem essa narrativa, ao demonstrar que famílias consideradas “ilustres” da elite sulista acumularam riqueza por meio da exploração direta de mão de obra escravizada. Os inventários dessas famílias revelam um número significativo de pessoas negras escravizadas como parte de seus espólios, o que, nas palavras da autora, “refutam aquela ideia de que a escravidão só foi importante nas charqueadas ou que tivesse tido um peso secundário na estrutura social.” (Xavier, 2010, p. 17). Torna-se evidente, portanto, que a formação econômica e social da região sul se alicerça na exploração do trabalho de populações africanas escravizadas, com participação fundamental também dos povos indígenas, e somente posteriormente dos colonos europeus — cujas áreas de assentamento, vale lembrar, eram inicialmente distantes de centros urbanos como Rio Grande (fundada em 1737) e Porto Alegre (fundada em 1772), cidades de população majoritariamente negra durante o período escravocrata.

No campo religioso, Ari Pedro Oro (2010) chama atenção para a força e a longevidade das religiões de matriz africana no estado, contrariando o imaginário comum que associa tais tradições exclusivamente ao Norte e ao Nordeste do país. O autor aponta que o Rio Grande do Sul é uma das unidades da federação com maior número de terreiros e maior proporção de pessoas que se declaram adeptas das religiões afro-brasileiras:

[...] o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros em que as religiões afro-brasileiras detêm maior longevidade, maiores números de terreiros e maiores números de indivíduos que, em termos proporcionais, se declaram pertencentes a essas religiões. (Oro, 2010, p. 123).

Apesar disso, é preciso destacar que, no contexto gaúcho, o Candomblé não é a matriz originária. Mesmo que existam casas autodenominadas de Candomblé no estado, sua presença é mais recente e frequentemente vinculada a influências externas. A tradição que se enraizou, se organizou e se fortaleceu historicamente no solo rio-grandense é o Batuque. Figuras como Waldemar Antônio dos Santos, o Waldemar de Kamucá — fundador da Nação Cabinda — ilustram esse protagonismo local na fundação de linhagens religiosas que não apenas resistem, mas afirmam uma religiosidade afro-gaúcha própria, invisibilizada pelas narrativas hegemônicas que tendem a enquadrar as práticas afro-brasileiras dentro de categorias mais reconhecidas nacionalmente, como Umbanda ou Candomblé.

No estado gaúcho, as religiões de matriz africana se organizam, majoritariamente, em três vertentes: o Batuque, que cultua os Orixás e realiza o sacrifício ritual de aves e quadrúpedes; a Umbanda, que restabelece o vínculo com entidades negras e indígenas, sem praticar sacrifícios; e o que Ari Pedro Oro (2010) denomina como “linha cruzada”, hoje amplamente conhecida como Quimbanda, dedicada especialmente ao culto de Exus e Pomba-Giras, também com sacrifícios rituais. Cada uma dessas vertentes expressa modos distintos de organização litúrgica, visão de mundo e relação com as heranças africanas no sul do Brasil.

Segundo José Ricardo da Costa (2016), o termo “Batuque” era, originalmente, uma designação pejorativa utilizada por setores brancos da socieda-

de para nomear genericamente os cultos africanos presentes na região. Com o tempo, o termo foi apropriado pelos próprios praticantes, num movimento de ressignificação semelhante ao que se observa com a Negritude, onde expressões ofensivas são reapropriadas como instrumentos de afirmação identitária e resistência. Alguns praticantes mais antigos ainda se referem ao Batuque como “Nação”, forma derivada da expressão “Nação dos Orixás”, embora a denominação mais comum seja, de fato, Batuque.

Ari Pedro Oro (2010) aponta que os primeiros registros de terreiros de Batuque surgem na região sul do estado, em cidades que concentraram grande contingente de africanos escravizados: “Tudo indica que os primeiros terreiros de Batuque começaram a funcionar na região de Rio Grande e Pelotas.” (Oro, 2010, p. 126). Com o fim do regime escravocrata e o processo de dispersão das populações negras, muitos praticantes do Batuque migraram em direção a outras regiões do estado, ao Uruguai — onde há uma expressiva presença de casas de Batuque — e especialmente à capital, Porto Alegre, com destaque para o antigo bairro Areal da Baronesa, hoje chamado Cidade Baixa, e seus arredores.

Quanto às origens simbólicas e míticas do Batuque, duas versões principais circulam entre estudiosos e adeptos. A primeira relata que o culto teria sido trazido ao Rio Grande do Sul por uma mulher escravizada oriunda de Pernambuco, sugerindo possíveis vínculos com o Xangô de Recife. Contudo, essa versão encontra limitações históricas e litúrgicas, especialmente pelas diferenças nos panteões de Orixás cultuados. Além disso, não há atualmente nenhuma Casa de Batuque que reivindique essa linhagem específica. A segunda versão, mais aceita, aponta que o Batuque teria se formado localmente, a partir da diversidade étnica das populações africanas escravizadas, como expressão de resistência e reconstrução espiritual nos terreiros, senzalas e quilombos. Essa hipótese se sustenta tanto pela natureza agregadora dos Orixás cultuados quanto pela incorporação de elementos de outras matrizes africanas, como a presença de alguns Voduns no culto.

O Batuque é uma religião de matriz africana, mas profundamente marcada por influências culturais gaúchas, o que a torna única em relação às demais tradições afro-brasileiras. A indumentária usada nos rituais, por

exemplo, incorpora elementos típicos da vestimenta regional, como a bombacha — calça larga abotoada nos tornozelos —, adaptada tanto para homens quanto para mulheres, que usam saias amplas, cujas dobras se abrem em giros no salão durante os rituais. As oferendas (ou “frentes”) aos Orixás também apresentam especificidades. Ogum, por exemplo, recebe churrasco de costela como oferenda, marcando uma diferença significativa em relação às comidas rituais do Candomblé.

Outra particularidade do Batuque é o conjunto dos doze Orixás cultuados: Bará, Ogum, Oyá, Xangô, Odé, Otim, Ossanha, Obá, Xapanã, Oxum, Iemanjá e Oxalá. Orixás como Logun-Edé, Euá, Oxumarê e Iroko não são cultuados. Nanã é aglutinada ao culto de Iemanjá, e os Orixás Obaluaiê e Omolu são sintetizados em Xapanã, provavelmente relacionado ao Vodum Sakpatá. Outro traço distintivo é o uso da sineta para despertar os Orixás na porta do Quarto de Santo antes dos Xirês e de outros rituais. Embora algumas casas atualmente adotem o adjá, a sonoridade característica da sineta — mais aguda e penetrante — permanece tradicional.

Em lugar dos atabaques do Candomblé, o Batuque utiliza o *Onilu*, tambor de couro de cabrito, tensionado por cordas, com couro em ambos os lados. Sua afinação varia conforme a necessidade ritual: mais aguda para Orixás, mais grave para culto aos ancestrais. Os tocadores desses instrumentos não são Ogãs, Alagbês, Kambondos ou Runtôs, como nas diferentes nações do Candomblé, mas sim chamados simplesmente de *tamboreiros*. Alguns tamboreiros mais jovens, influenciados pelo contato com o Candomblé, passaram a se autodenominar Alagbês, o que não condiz com a terminologia tradicional batuqueira.

A obra basilar sobre o Batuque, de Norton Corrêa (2016), é resultado de sua pesquisa etnográfica baseada em dez anos de convivência com duas casas de referência: a de Mãe Moça de Oxum (Lídia Gonçalves da Rocha), da Nação Oyó, e a de Mãe Ester de Iemanjá (Ester Ferreira), da Nação Jeje-Ijexá. Corrêa detalha que as “Nações”, também chamadas de “lados”, constituem raízes religiosas que orientam os assentamentos, a ordem ritual dos Orixás, as frentes e os modos de culto. São cinco as Nações reconhecidas: Oyó, que ordena os Orixás de maneira semelhante ao Candomblé (masculinos primeiro, depois fe-

mininos); Jeje, que utiliza *aguidavis* (baquetas) para os tambores; Ijexá, com significativa presença de adeptos; Nagô, semelhante ao Oyó e possivelmente originada da figura da princesa Emília de Oyá Ladjá (Emília Afonso Araújo); e a mais recente, Cabinda (ou Cambina/Cambini).

A pesquisadora Jacqueline Britto Pólvora (1996), ao estudar a Nação Oyó na casa de Mãe Laudelina de Bará Agelú — então com 81 anos e localizada no bairro Mont’Serrat, área hoje nobre de Porto Alegre —, registra uma forma peculiar de autoidentificação dos praticantes: “Em Porto Alegre, as religiões de origem africana são conhecidas pelos seus participantes por um nome comum: a Religião” (Pólvora, 1996, p. 164). A expressão “de Religião” segue sendo um marcador de identidade entre os batuqueiros, reforçando o pertencimento e o orgulho afro-religioso. Corrêa (2016) também observa essa identificação, ao afirmar:

“Ser batuqueiro, mais do que simplesmente praticar uma religião (...) significa revestir-se de uma identidade que compreende e expressa um etos, uma filosofia e um modo de vida específicos, que se refletem na vivência do cotidiano.” (Corrêa, 2016, p. 69).

Ser batuqueiro, portanto, implica uma reconfiguração do mundo e do próprio sujeito: não se trata apenas de uma escolha religiosa, mas de um engajamento cosmológico que contrasta radicalmente com os paradigmas judaico-cristãos. No Batuque, não há pecado, nem dicotomia entre bem e mal; após a morte, o espírito transmuta-se para o *Òrun*, onde se torna ancestral — não há céu nem inferno.

Importa ressaltar também o caráter inclusivo do Batuque: negros, brancos, mulheres, homens, crianças, pessoas LGBTQIA+ encontram espaço de participação e acolhimento. Como lembra Ari Pedro Oro (1996), “No RS, é a partir da Segunda Guerra Mundial que os brancos são vistos com certa assiduidade nos terreiros.” (Oro, 1996, p. 154). Atualmente, há famílias religiosas cujos principais líderes são pessoas não negras — um dado que demanda reflexão aprofundada, mas que também sinaliza a capacidade agregadora e o poder de resiliência do Batuque. Idealmente, o preconceito não deveria encontrar espaço dentro da Religião — ainda que a realidade, como em qualquer espaço social, possa contradizer esse princípio.

Assim, o Batuque gaúcho revela-se uma manifestação religiosa singular, profundamente enraizada nas matrizes africanas, mas marcada por ressignificações locais que dialogam com a cultura, a geografia e a história do Rio Grande do Sul. Suas especificidades — desde a indumentária, os instrumentos, os Orixás cultuados, até a organização em Nações — evidenciam uma dinâmica interna própria, que resiste à padronização e reafirma sua autonomia frente a outras tradições afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Mais que uma religião, o Batuque constitui um campo simbólico de identidade, resistência e pertencimento para milhares de adeptos que, ao se declararem “de Religião”, afirmam também um modo de vida, uma ética e uma cosmovisão que desafiam a colonialidade e continuam a reinventar, no presente, as heranças africanas em território brasileiro.

MARCADORES DO IBGE PARA OS CENSOS

A partir do Censo Demográfico de 1970, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a incluir, entre suas categorias de identificação religiosa, a opção “Umbanda e Candomblé”. Trata-se de um marco importante no reconhecimento institucional dessas manifestações religiosas, ainda que ambas tenham sido agrupadas sob um único marcador. Antes disso, as religiões de matriz africana não eram devidamente reconhecidas nos questionários, sendo muitas vezes inseridas em campos genéricos como “outras religiões” ou “espiritismo”, o que dificultava a mensuração precisa de seus adeptos.

A inserção dessa categoria específica refletiu, por um lado, a necessidade de registrar com mais fidelidade a diversidade religiosa presente no Brasil e, por outro, as pressões sociais e acadêmicas para que o Estado brasileiro considerasse a pluralidade das expressões religiosas afro-brasileiras. A partir de então, a categoria “Umbanda e Candomblé” passou a aparecer em todos os censos subsequentes — 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022 — ainda como um marcador unificado, sem distinção entre essas tradições nem inclusão de outras práticas religiosas afro-brasileiras.

Esse reconhecimento oficial, ainda que limitado, marcou uma mudança significativa na forma como o Estado brasileiro passou a registrar a presença

dessas religiões no território nacional, permitindo, ao menos em parte, o acompanhamento histórico de sua adesão populacional e distribuição geográfica.

Os instrumentos de categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente no campo da religião, têm um papel decisivo na construção de visibilidades e invisibilidades no Brasil. Ainda que os censos se proponham a captar a diversidade religiosa do país, os marcadores disponíveis nas pesquisas quantitativas nem sempre contemplam a complexidade das experiências religiosas afro-brasileiras e afro-ameríndias. A categoria genérica “Umbanda e Candomblé” — presente nas edições mais recentes — acaba por invisibilizar práticas como o Batuque no Rio Grande do Sul, o Xangô em Pernambuco, o Tambor de Mina no Maranhão, o Terecô, o Jarê, a Jurema sagrada nos estados do Norte e Nordeste, e outras formas locais de religiosidade ancestral. Todas essas manifestações acabam absorvidas em um agrupamento que não reflete suas especificidades teológicas, litúrgicas, estéticas e históricas.

Ao homogeneizar expressões religiosas tão diversas sob rótulos genéricos, o IBGE contribui, ainda que involuntariamente, para a manutenção de uma narrativa nacional que privilegia os grandes blocos religiosos e silencia os modos de existência que escapam à lógica classificatória dominante. Essa ausência de reconhecimento estatístico reforça o apagamento epistêmico, social e político dessas religiões, dificultando a formulação de políticas públicas específicas, o fortalecimento institucional das comunidades e até mesmo o acesso a direitos fundamentais.

No Censo de 2010, o IBGE agrupava as religiões em grandes blocos: “Católica”, “Evangélica”, “Espírita”, “Umbanda e Candomblé”, “Outras religiões”, “Sem religião”, e “Não sabe/não declarou”. Nesse conjunto, manifestações afro-brasileiras específicas como o Batuque, o Xangô de Recife, o Tambor de Mina, a Jurema Sagrada, entre outras, acabavam diluídas na categoria “Umbanda e Candomblé” ou, em alguns casos, empurradas para o campo genérico de “Outras religiosidades”. Em 2022, o modelo foi mantido em termos gerais, com a novidade da inclusão das “Tradições indígenas” como categoria própria. Ainda assim, não houve avanços significativos no que diz respeito à visibilidade de outras religiões afro-brasileiras, que continuam subsumidas sob rótulos

amplos. Embora o IBGE tenha reconhecido que “Umbanda e Candomblé” englobam também “outras religiões afro-brasileiras”, essas tradições seguem sem distinção estatística específica. Esse apagamento institucional reforça a invisibilização histórica das religiosidades afro-brasileiras regionais, dificultando o reconhecimento de sua diversidade e presença social efetiva.

CONCLUSÃO

A análise dos censos demográficos brasileiros revela avanços tímidos, porém significativos, na forma como o Estado reconhece e classifica as religiões de matriz africana. A introdução da categoria “Umbanda e Candomblé” em 1970 marcou um primeiro passo no processo de visibilidade estatística dessas tradições, ainda que sob um enquadramento reducionista e excludente. Tal uniformização desconsidera a riqueza e complexidade das distintas práticas religiosas afro-brasileiras existentes em diferentes regiões do país, como o Batuque no Rio Grande do Sul, o Xangô em Pernambuco, o Tambor de Mina no Maranhão e a Jurema nas regiões Norte e Nordeste.

Mesmo com a manutenção da categoria até o Censo de 2022, a limitação nas opções de resposta continua a comprometer a produção de dados mais fiéis à realidade religiosa do Brasil. A presença dessas tradições nos dados quantitativos segue subordinada a uma lógica de agrupamento que ignora suas especificidades teológicas, cosmológicas e territoriais. Assim, o reconhecimento pleno dessas religiões não pode se restringir ao plano estatístico; ele deve ser acompanhado por políticas públicas, marcos jurídicos e iniciativas educacionais que respeitem e valorizem as distintas formas de expressão religiosa de matriz africana e afro-ameríndia.

Portanto, embora a categoria “Umbanda e Candomblé” represente um marco histórico no mapeamento oficial das religiões afro-brasileiras, ela ainda é insuficiente para captar a diversidade e a profundidade dessas tradições. O desafio permanece: construir formas de escuta e representação que reconheçam as multiplicidades da fé no Brasil, especialmente aquelas oriundas de experiências históricas de resistência, ancestralidade e reexistência.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Norton. *O batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma religião afro-rio-grandense*. 3ª Ed. Porto Alegre: Cultura&Arte, 2016.

COSTA, José Ricardo da. *Opaxorô, o centro dos ancestrais: Mímese e mito na representação de mundo afro-gaúcha*. 2016. 167f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras- Programa de Pós-graduação em Letras- Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Porto Alegre, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos Demográficos de 1970 a 2022: religião*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ORO, Ari Pedro. Os negros e os cultos afro-brasileiros no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org) *Negros no sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996. p. 147-157.

ORO, Ari Pedro. As religiões afro-gaúchas. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luis Carlos Cunha. *RS Negro: cartografias sobre a produção do reconhecimento*. 2ª Ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2010. p. 123-133.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. Na encruzilhada: Impressões da socialidade batuqueira no meio urbano de Porto Alegre- RS. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org) *Negros no sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996. p. 158-175.

XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luis Carlos Cunha. *RS Negro: cartografias sobre a produção do reconhecimento*. 2ª Ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2010. p. 15-31.

CAPÍTULO 3

GESTÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA DE LIDERANÇA INSTITUCIONAL INCLUSIVA

Ulysses de Araujo Lima
Winston Luiz Ramos de Farias
Doi: 10.48209/978-65-5417-506-2

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um tema de crescente relevância, especialmente no âmbito das políticas públicas e das estratégias organizacionais voltadas à diversidade. Segundo o IBGE (2019), aproximadamente 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que evidencia a importância de assegurar a participação plena e igualitária desse grupo em todos os setores da sociedade, incluindo o mercado de trabalho. Contudo, a efetiva inclusão dessas pessoas enfrenta desafios significativos, como barreiras atitudinais, estruturais e culturais, que ainda persistem em muitas organizações.

A liderança institucional inclusiva desponta como um elemento-chave para a promoção da diversidade e para a criação de ambientes organizacionais mais equitativos e produtivos. Esse modelo de gestão vai além do cumprimento de legislações e normas, focando na valorização da diversidade humana como um diferencial competitivo e um princípio ético.

Este estudo tem como objetivo principal analisar as potencialidades e desafios da gestão de pessoas com deficiência nas instituições, com ênfase na prática da liderança inclusiva. Como objetivos específicos, busca-se: (1) discutir os conceitos e os tipos de deficiência, bem como as barreiras à inclusão; (2) apresentar os principais marcos legais que asseguram os direitos das pessoas

com deficiência no contexto organizacional; (3) identificar as características e práticas de uma liderança inclusiva eficaz.

A pesquisa foi realizada com base em uma revisão bibliográfica qualitativa, envolvendo a análise de livros, artigos científicos, legislações e relatórios relacionados à inclusão de pessoas com deficiência e à liderança institucional. Foram selecionadas obras de autores renomados, como Sassaki (1997), Manton (2006) e Goffman (1988), além de documentos oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES

A inclusão de pessoas com deficiência nas instituições é um tema que transcende a simples aplicação de normas, exigindo transformações profundas nas práticas organizacionais, culturais e estruturais. Para garantir a plena participação dessas pessoas, o Brasil conta com um arcabouço legislativo amplo, que estabelece direitos e define responsabilidades para o Estado, a sociedade e as organizações. Contudo, apesar dos avanços legais, a implementação prática desses direitos ainda enfrenta barreiras significativas.

Legislação e direitos

O arcabouço legislativo brasileiro para a inclusão de pessoas com deficiência reflete um compromisso progressivo com a igualdade de direitos e a promoção da diversidade. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), instituída pela Lei nº 13.146/2015, é considerada um marco nesse contexto. A LBI estabelece que pessoas com deficiência têm direito à igualdade de oportunidades em todos os âmbitos, incluindo saúde, educação, trabalho e lazer. Além disso, reafirma que a deficiência não reduz a capacidade civil de ninguém, garantindo acesso igualitário a bens, serviços e oportunidades (BRASIL, 2015).

Outro marco legal importante é o Decreto nº 6.949/2009, que incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006. Essa convenção define a deficiência como resultado da interação entre pessoas com impedimentos físicos,

mentais, intelectuais ou sensoriais e barreiras contextuais que dificultam sua participação plena e efetiva na sociedade. Conforme descrito no decreto, o Estado, as instituições e a sociedade têm o dever de eliminar essas barreiras e garantir a acessibilidade universal (BRASIL, 2009).

No âmbito trabalhista, destaca-se a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), que determina que empresas com mais de 100 empregados devem preencher de 2% a 5% de suas vagas com pessoas com deficiência. Apesar de ser uma das legislações mais avançadas no mundo, sua implementação enfrenta desafios. Dados do Ministério do Trabalho revelam que muitas empresas não cumprem integralmente a cota, citando dificuldades na adaptação de ambientes e na identificação de candidatos qualificados. Como aponta Sassaki (1997), a resistência cultural e a falta de investimentos em acessibilidade são barreiras recorrentes que limitam a efetividade da Lei de Cotas.

Além disso, outras normativas complementam esse arcabouço, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que ampliam os direitos e garantias no campo educacional, essencial para a formação e qualificação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho.

Embora o arcabouço legislativo seja robusto, sua aplicação prática ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre os avanços mais evidentes, pode-se citar a conscientização crescente sobre a importância da diversidade no mercado de trabalho e a adoção de políticas de inclusão em grandes empresas. Por outro lado, barreiras físicas, atitudinais e organizacionais ainda limitam a plena participação das pessoas com deficiência.

Um dos desafios mais significativos está relacionado à falta de acessibilidade nas instituições, que não apenas compromete o acesso físico, mas também dificulta a comunicação e a adaptação de processos. Como destaca Mantoan (2006), a acessibilidade deve ser entendida de forma ampla, abrangendo desde a remoção de barreiras arquitetônicas até a criação de ambientes culturais que valorizem a diversidade.

Além disso, a falta de qualificação específica de pessoas com deficiência é frequentemente utilizada como justificativa para o não cumprimento da Lei

de Cotas. Contudo, Fernandes (2013) argumenta que essa lacuna é consequência direta da exclusão histórica dessas pessoas do sistema educacional e do mercado de trabalho, reforçando a necessidade de programas de formação e desenvolvimento específicos.

A efetivação dos direitos das pessoas com deficiência requer esforços coordenados entre diferentes atores. Por um lado, o Estado deve ampliar a fiscalização e oferecer incentivos para a adaptação dos ambientes organizacionais. Por outro, as empresas precisam adotar a inclusão como um valor estratégico, reconhecendo que a diversidade não é apenas uma exigência legal, mas também uma vantagem competitiva. Como aponta Sassaki (1997), a inclusão beneficia toda a organização ao promover um ambiente mais criativo, inovador e humano.

Em síntese, a legislação brasileira oferece uma base sólida para a inclusão de pessoas com deficiência, mas sua efetividade depende de uma transformação cultural e estrutural nas instituições. Promover essa transformação é uma responsabilidade compartilhada, que exige compromisso, inovação e liderança inclusiva.

Conceitos e tipos de deficiência

O conceito de deficiência tem evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças na forma como a sociedade compreende as limitações humanas. De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), deficiência é um termo abrangente que inclui limitações físicas, intelectuais, sensoriais ou psicossociais. Essas limitações resultam da interação entre condições de saúde específicas e barreiras contextuais que dificultam a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (OMS, 2001).

As deficiências podem ser classificadas em quatro categorias principais:

- **Deficiência Física:** Inclui limitações motoras que podem afetar a mobilidade, a coordenação e a força física, como paraplegia, tetraplegia ou doenças que comprometem os membros.

- **Deficiência Intelectual:** Caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, impactando habilidades como resolução de problemas, comunicação e atividades da vida diária.
- **Deficiência Sensorial:** Envolve limitações relacionadas aos sentidos, como deficiência visual e auditiva, que podem variar de perda parcial a total.
- **Deficiência Psicossocial:** Resulta de transtornos mentais ou emocionais que impactam a interação social e a capacidade de adaptação, como depressão severa ou esquizofrenia.

Segundo Sassaki (1997), é essencial compreender essas categorias não apenas como condições médicas, mas como situações que dependem do ambiente e da sociedade para determinar o grau de funcionalidade. Ele enfatiza que a deficiência não está apenas na limitação individual, mas na falta de adaptações que permitam a plena participação.

Essas definições ajudam a embasar políticas públicas e práticas institucionais que promovam a equidade, eliminando barreiras que limitam as oportunidades dessas pessoas. Ao adotar uma perspectiva biopsicossocial, como proposta pela CIF, torna-se possível compreender que a deficiência é influenciada tanto por fatores individuais quanto por contextos sociais, culturais e econômicos.

Barreiras à inclusão

As barreiras à inclusão são obstáculos que limitam ou impedem a participação plena de pessoas com deficiência em diferentes contextos da vida social, educacional e profissional. De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), essas barreiras podem ser categorizadas como físicas, atitudinais, comunicacionais e organizacionais, sendo elas o resultado da interação entre condições de saúde específicas e fatores ambientais que restringem a funcionalidade. Barreiras físicas incluem a falta de acessibili-

dade em edificações e espaços públicos; barreiras atitudinais referem-se a preconceitos e estigmas que desvalorizam as capacidades das pessoas com deficiência; barreiras comunicacionais envolvem a ausência de recursos adequados, como intérpretes de Libras e materiais em braile; enquanto barreiras organizacionais abrangem práticas institucionais que não consideram a diversidade humana (OMS, 2001; SASSAKI, 1997).

Compreender e eliminar essas barreiras é fundamental para promover uma inclusão efetiva. Sassaki (1997) argumenta que a deficiência não deve ser vista apenas como uma condição individual, mas como um reflexo da falta de adaptações e políticas inclusivas que permitam a plena participação social. Nesse sentido, a inclusão demanda um esforço coletivo, envolvendo mudanças nas atitudes, nos ambientes e nas políticas, para que todas as pessoas, independentemente de suas limitações, possam exercer seus direitos de forma equitativa.

Barreiras atitudinais

As barreiras atitudinais, frequentemente baseadas em preconceitos e estigmas, estão entre os maiores desafios à inclusão. Segundo Goffman (1988), o estigma social associado à deficiência é uma marca que desqualifica o indivíduo, levando à sua marginalização. No ambiente institucional, isso pode se manifestar em comportamentos discriminatórios, como subestimar as capacidades de pessoas com deficiência ou evitar sua inclusão em atividades significativas.

Essas atitudes reforçam a exclusão social e criam um ciclo de discriminação que perpetua desigualdades. Para combater essas barreiras, Sassaki (1997) propõe ações de conscientização que promovam a empatia e a valorização da diversidade.

Barreiras arquitetônicas

As barreiras arquitetônicas são físicas e estruturais, como a ausência de rampas, elevadores acessíveis ou banheiros adaptados, que dificultam ou im-

pedem o acesso de pessoas com deficiência a edifícios e serviços. Embora a legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), exija a adaptação dos espaços públicos e privados, muitas instituições ainda não atendem aos requisitos de acessibilidade.

Barreiras comunicacionais

As barreiras comunicacionais envolvem dificuldades no acesso à informação devido à ausência de recursos adequados, como intérpretes de Libras, legendas ou textos em braile. Essas barreiras afetam especialmente pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual, limitando sua capacidade de se comunicar e participar plenamente. A falta de tecnologias assistivas é um fator agravante nesse contexto, destacando a necessidade de investimento em ferramentas que facilitem a inclusão.

Barreiras organizacionais

As barreiras organizacionais dizem respeito à estrutura e às práticas institucionais que não consideram a diversidade. Isso inclui a ausência de políticas claras de inclusão, a falta de formação de lideranças sensíveis às questões da diversidade e a resistência cultural dentro das instituições. Como aponta Mantoan (2006), a transformação dessas barreiras exige mudanças profundas nas políticas internas e no comprometimento dos líderes com a inclusão.

Superando as barreiras

Superar essas barreiras requer uma abordagem integrada, que combine ações de sensibilização, investimentos em infraestrutura e tecnologias assistivas, e a criação de políticas inclusivas. Além disso, é fundamental o envolvimento de toda a sociedade na construção de uma cultura que valorize a diversidade e reconheça o potencial de cada indivíduo.

LIDERANÇA INSTITUCIONAL INCLUSIVA

A liderança é um dos pilares fundamentais para a construção de instituições equitativas, inclusivas e capazes de lidar com as diversidades humanas. No contexto da inclusão de pessoas com deficiência, a liderança institucional inclusiva emerge como uma prática essencial para superar barreiras e garantir que todas as pessoas tenham oportunidades iguais de participação e desenvolvimento.

Liderança: o que é? Como se faz?

A liderança pode ser entendida como a habilidade de influenciar pessoas, motivá-las e guiá-las para atingir objetivos comuns, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento individual. Segundo Chiavenato (2014), a liderança vai além da autoridade formal e está relacionada à capacidade de criar relações de confiança e de fomentar o engajamento das equipes. É, portanto, uma prática que combina habilidades interpessoais, estratégicas e éticas.

Fazer liderança exige a articulação de competências como comunicação eficaz, inteligência emocional, empatia, tomada de decisão e resolução de conflitos. Além disso, líderes devem ser agentes de transformação, capazes de identificar barreiras, propor mudanças e alinhar as metas institucionais às necessidades dos colaboradores. No caso específico da inclusão de pessoas com deficiência, a liderança deve estar comprometida com a valorização das diferenças e com a promoção de um ambiente organizacional inclusivo.

Importância da liderança inclusiva

A liderança inclusiva desempenha um papel central em instituições que buscam promover a diversidade e a equidade como valores fundamentais. Brown e Treviño (2014) destacam que líderes inclusivos são aqueles que criam um ambiente em que cada indivíduo se sente respeitado, valorizado e capaz de contribuir plenamente para o sucesso da organização. No contexto da inclusão de pessoas com deficiência, isso significa superar preconceitos e estigmas, pro-

movendo práticas que respeitem as particularidades e potencialidades de cada colaborador.

Além de ser uma obrigação ética, a inclusão é também uma vantagem competitiva. Pesquisas indicam que instituições que valorizam a diversidade têm maior capacidade de inovação, melhor desempenho financeiro e maior engajamento de suas equipes (FERNANDES, 2013). A liderança inclusiva, ao alinhar estratégias organizacionais com os princípios da inclusão, não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece a reputação institucional e atrai talentos diversos.

Características do líder inclusivo

O líder inclusivo é aquele que adota práticas e atitudes que promovem um ambiente acolhedor, justo e igualitário para todos os colaboradores. Segundo Mendes e Secchi (2009), um líder inclusivo deve possuir um conjunto de características que incluem:

- **Empatia:** Compreender e respeitar as dificuldades, os desafios e as perspectivas dos colaboradores com deficiência, promovendo um ambiente de acolhimento e suporte.
- **Habilidade de comunicação:** Dialogar de forma clara, acessível e adaptada às necessidades de diferentes públicos, garantindo que todos possam participar ativamente das interações institucionais.
- **Flexibilidade:** Adaptar processos, rotinas e estratégias às especificidades dos colaboradores, garantindo que ninguém seja excluído por barreiras organizacionais.
- **Visão estratégica:** Integrar a inclusão como parte da missão e dos objetivos institucionais, reconhecendo a diversidade como um elemento-chave para o crescimento sustentável.
- **Capacidade de inspirar:** Motivar equipes, promovendo a colaboração, a solidariedade e o respeito mútuo como valores fundamentais.

Além dessas características, o líder inclusivo deve estar comprometido com o aprendizado contínuo, participando de programas de capacitação e bus-

cando inspiração em boas práticas nacionais e internacionais. Como afirmam Sassaki (1997) e Goffman (1988), a liderança inclusiva é construída com base no conhecimento, na reflexão e na prática cotidiana.

Desafios e oportunidades

Embora a liderança inclusiva seja amplamente reconhecida como essencial, sua implementação enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a resistência cultural, que muitas vezes se manifesta em preconceitos e atitudes discriminatórias enraizadas no ambiente organizacional. Líderes que tentam promover a inclusão frequentemente encontram dificuldade para mudar essas mentalidades.

Outro desafio relevante é a falta de recursos e infraestrutura. Muitas instituições ainda não possuem ambientes fisicamente acessíveis ou tecnologias assistivas que permitam a participação plena de pessoas com deficiência. A falta de capacitação dos gestores também é um fator limitante, já que muitos líderes não têm formação específica para lidar com a inclusão.

No entanto, esses desafios também representam oportunidades. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é uma exigência legal e um diferencial competitivo. Líderes que investem em diversidade e inclusão promovem uma cultura organizacional mais forte, aumentam a criatividade e a inovação dentro das equipes e fortalecem a imagem institucional perante a sociedade (FERNANDES, 2013).

Parcerias com organizações especializadas, como ONGs e associações que promovem a inclusão, também oferecem caminhos promissores. Além disso, a implementação de políticas institucionais claras e de programas de capacitação para gestores e colaboradores pode acelerar a construção de um ambiente organizacional mais inclusivo e equitativo.

Como aponta Brown e Treviño (2014), a liderança inclusiva não é apenas uma prática de gestão, mas um compromisso ético que beneficia todos os envolvidos: colaboradores, líderes, a instituição e a sociedade como um todo.

GESTÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A gestão de pessoas com deficiência é um processo que vai além do cumprimento de cotas legais, buscando integrar esses profissionais de forma plena e produtiva às organizações. Segundo Chiavenato (2014), a gestão de pessoas é uma função estratégica que deve alinhar as metas organizacionais às necessidades dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho que valorize a diversidade e a inclusão. Nesse contexto, as práticas de recrutamento, desenvolvimento profissional e adaptações no ambiente de trabalho desempenham um papel central para eliminar barreiras e potencializar as contribuições das pessoas com deficiência.

Recrutamento e seleção inclusivos

O recrutamento e a seleção inclusivos são essenciais para atrair talentos com deficiência e assegurar que o processo seletivo seja acessível e justo. A Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) exige que empresas com mais de 100 empregados preencham de 2% a 5% de suas vagas com pessoas com deficiência. Contudo, segundo Sassaki (1997), “a simples contratação não é suficiente para garantir a inclusão; é necessário criar condições para que esses profissionais tenham oportunidades iguais de crescimento e desenvolvimento dentro das organizações.”

Para tornar o processo de recrutamento inclusivo, é necessário garantir que as vagas sejam anunciadas em linguagem clara e acessível, destacando que a empresa valoriza a diversidade. Além disso, é importante adaptar as etapas do processo seletivo, como entrevistas e dinâmicas, para atender às necessidades específicas dos candidatos. Por exemplo, entrevistas com intérprete de Libras ou em formato escrito para pessoas com deficiência auditiva são práticas fundamentais para assegurar igualdade de oportunidades (FERNANDES, 2013).

Parcerias com organizações especializadas, como associações de apoio às pessoas com deficiência, são uma estratégia eficaz para atrair candidatos qualificados. Outro ponto relevante é a capacitação das equipes de recruta-

mento para identificar e evitar preconceitos inconscientes durante o processo, conforme destacado por Chiavenato (2014): “A conscientização dos recrutadores é um passo essencial para eliminar barreiras atitudinais e garantir que o processo seja verdadeiramente inclusivo.”

Desenvolvimento profissional e acessibilidade

O desenvolvimento profissional é um pilar da gestão de pessoas com deficiência, garantindo que esses profissionais possam alcançar seu pleno potencial no ambiente de trabalho. Segundo Chiavenato (2014), “o treinamento e o desenvolvimento são ferramentas indispensáveis para o aprimoramento das competências dos colaboradores, promovendo o alinhamento entre seus talentos individuais e as necessidades organizacionais.”

Programas de capacitação devem ser acessíveis e adaptados às necessidades dos profissionais com deficiência. Isso inclui a oferta de materiais em braille, intérpretes de Libras, legendas em vídeos e plataformas digitais acessíveis. Além disso, é fundamental que as oportunidades de crescimento sejam claras e equitativas, permitindo que pessoas com deficiência progridam em suas carreiras. Para Mantoan (2006), “inclusão não significa apenas abrir as portas, mas garantir que o caminho dentro da organização seja acessível a todos.”

Outro aspecto relevante é o investimento em tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela, dispositivos de amplificação sonora e equipamentos adaptados. Essas tecnologias não apenas aumentam a autonomia dos colaboradores, mas também favorecem sua produtividade e integração. Segundo Sassaki (1997), “o uso de tecnologias assistivas é um exemplo prático de como as organizações podem transformar barreiras em oportunidades.”

Adaptações no ambiente de trabalho

Adaptações no ambiente de trabalho são fundamentais para garantir que as pessoas com deficiência possam desempenhar suas funções de maneira confortável e eficiente. Essas adaptações podem ser físicas, tecnológicas e organizacionais, conforme detalhado a seguir:

- **Adaptações físicas:** Incluem a instalação de rampas, elevadores acessíveis, sanitários adaptados e mobiliário ergonômico. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei nº 13.146/2015) exige que todos os espaços públicos e privados sejam acessíveis, mas muitas empresas ainda negligenciam esses ajustes, prejudicando a inclusão plena (BRASIL, 2015).
- **Adaptações tecnológicas:** Envolvem a disponibilização de ferramentas como softwares de leitura de tela para pessoas com deficiência visual, teclados adaptados e dispositivos de comunicação alternativa. Como destaca Fernandes (2013), “a tecnologia assistiva não é apenas um recurso técnico, mas um direito essencial para garantir a igualdade de condições no ambiente de trabalho.”
- **Adaptações organizacionais:** Referem-se à flexibilização de horários, adequação de tarefas e criação de políticas inclusivas que considerem as necessidades específicas dos colaboradores com deficiência. Sassaki (1997) ressalta que “a cultura organizacional inclusiva é construída a partir da disposição de adaptar processos e rotinas para acolher a diversidade.”

Além das adaptações estruturais, é essencial trabalhar a conscientização das equipes. Campanhas internas, treinamentos sobre diversidade e canais de comunicação acessíveis são estratégias que promovem um ambiente mais receptivo e colaborativo. Como aponta Chiavenato (2014), “a inclusão é mais eficaz quando é abraçada por toda a organização, tornando-se parte de sua identidade e valores.”

BOAS PRÁTICAS E ESTUDOS DE CASO

A inclusão de pessoas com deficiência nas instituições representa uma transformação cultural e estrutural, promovendo inovação, equidade e valorização da diversidade. Boas práticas e estudos de caso destacam iniciativas de organizações que incorporaram a inclusão como um valor estratégico e demonstram os benefícios que ela traz para os colaboradores, a organização e a sociedade.

Exemplos de Instituições Inclusivas

No Brasil, o Programa Semear Inclusão, da Natura, é um exemplo notável de prática inclusiva. A empresa busca integrar pessoas com deficiência em todas as áreas organizacionais, promovendo adaptações físicas e tecnológicas, como mobiliário ajustável, *softwares* assistivos e materiais de treinamento acessíveis. Além disso, o programa realiza *workshops* de sensibilização para gestores e equipes, criando um ambiente acolhedor e inclusivo. Fernandes (2013) ressalta que “o programa da Natura vai além do cumprimento legal, estabelecendo um modelo de inclusão baseado na valorização da diversidade como um diferencial competitivo.”

Outra iniciativa brasileira de destaque é o Projeto Superar, da Magazine Luiza, que oferece capacitação e suporte para a contratação de pessoas com deficiência em diversas funções. A empresa também investe em treinamentos para as lideranças, garantindo que gestores estejam preparados para promover a inclusão de forma eficiente. Segundo um relatório da empresa (2020), “o programa resultou em maior integração entre as equipes e no fortalecimento do engajamento organizacional, refletindo diretamente na produtividade.”

Outro exemplo relevante é a atuação do Banco do Brasil, que implementou o programa BB Inclusão. A iniciativa oferece suporte a pessoas com deficiência por meio de tecnologias assistivas, treinamento de equipes e acompanhamento contínuo dos colaboradores. De acordo com um relatório interno publicado pelo Banco do Brasil (2020), “o programa resultou em aumento da satisfação dos colaboradores e redução da rotatividade, além de reforçar os valores de diversidade da organização.”

No cenário internacional, a Unilever é reconhecida por sua abordagem inclusiva por meio do programa *Diversity and Inclusion Framework*, que abrange a contratação e o desenvolvimento de talentos diversos, incluindo pessoas com deficiência. A empresa oferece adaptações no local de trabalho, mentorias e treinamentos contínuos. Um estudo de caso publicado pela Unilever (2021) aponta que “a inclusão tem um impacto direto na capacidade da organização de atrair talentos inovadores e de fortalecer sua reputação global como uma marca ética.”

A Microsoft é um modelo de empresa inclusiva, com programas como o *Inclusive Hiring for People with Disabilities*, voltado para a contratação e desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência, especialmente no setor de tecnologia. A empresa utiliza tecnologias assistivas avançadas, como *softwares* adaptativos e ferramentas de inteligência artificial, para criar um ambiente acessível e inclusivo. Segundo o relatório de diversidade da Microsoft (2021), “o programa não apenas aumentou a participação de pessoas com deficiência na força de trabalho, mas também contribuiu para o desenvolvimento de inovações que beneficiam todos os usuários.”

Além disso, a Accenture, uma empresa global de consultoria, implementou o programa *Abilities Unleashed*, voltado para a integração de pessoas com deficiência em cargos de tecnologia e liderança. A empresa utiliza ferramentas avançadas de inteligência artificial para identificar candidatos e desenvolver planos de carreira personalizados. Segundo o relatório de inclusão da Accenture (2022), “a inclusão de pessoas com deficiência gerou um aumento de 30% na retenção de talentos e contribuiu para a criação de soluções tecnológicas mais acessíveis e adaptadas.”

Impacto Positivo da Inclusão nas Instituições

Os impactos da inclusão de pessoas com deficiência nas instituições são significativos e abrangem aspectos sociais, culturais e econômicos. Fernandes (2013) destaca que “a inclusão promove um ambiente organizacional mais colaborativo, ao mesmo tempo em que reforça os valores de respeito e empatia.”

Um dos principais benefícios é o aumento do engajamento dos colaboradores. Organizações inclusivas relatam maior satisfação dos empregados, o que se traduz em retenção de talentos e melhor desempenho. Sassaki (1997) aponta que “a valorização da diversidade cria um ambiente em que as pessoas se sentem valorizadas e motivadas a contribuir com o seu melhor.”

A inclusão também impacta positivamente a reputação organizacional. O programa Semear Inclusão, da Natura, é exemplo disso, com aumento da percepção de responsabilidade social entre os consumidores. Empresas como Magazine Luiza e Unilever também relatam que a adoção de práticas inclusivas

fortalece a conexão com seus públicos internos e externos, além de atrair investidores interessados em organizações comprometidas com critérios ambientais, sociais e de governança (ESG).

Na área de inovação, a inclusão estimula a criatividade. De acordo com o relatório da Accenture (2022), “equipes diversas apresentam uma capacidade maior de resolver problemas complexos e desenvolver soluções que atendam a uma gama mais ampla de clientes.” Isso é particularmente evidente em setores como tecnologia e *design*, onde as perspectivas de pessoas com deficiência frequentemente geram inovações acessíveis para todos.

Por fim, os impactos sociais da inclusão vão além das instituições. A criação de oportunidades para pessoas com deficiência contribui para a redução da desigualdade, promovendo independência econômica e participação ativa na sociedade. Como Sassaki (1997) afirma, “incluir é abrir portas para uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos têm o direito de contribuir e prosperar.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com deficiência no ambiente institucional representa um desafio significativo e uma oportunidade única para a construção de organizações mais equitativas e inovadoras. Este estudo demonstrou que iniciativas inclusivas promovem benefícios que transcendem a obrigação legal, impactando positivamente a cultura organizacional, a inovação e a reputação institucional. Empresas que adotam práticas inclusivas relatam maior engajamento dos colaboradores, aumento na retenção de talentos e fortalecimento da responsabilidade social, consolidando a inclusão como um diferencial competitivo.

Práticas como a capacitação de líderes, a adaptação de ambientes de trabalho e a conscientização das equipes são indispensáveis para criar um ambiente inclusivo. A liderança tem um papel essencial nesse processo, pois os gestores são os responsáveis por transformar a inclusão em uma prática diária e sustentável. Além disso, o investimento em acessibilidade e tecnologias assistivas permite que todos os colaboradores desempenhem suas funções com autonomia, contribuindo para o sucesso organizacional.

Os resultados também evidenciam que a inclusão de pessoas com deficiência é mais do que uma estratégia organizacional; ela reflete um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao incluir pessoas com deficiência de forma efetiva, as organizações não apenas atendem às expectativas legais e sociais, mas também criam um ambiente que valoriza as diferenças e estimula o crescimento de todos os envolvidos.

A consolidação de uma cultura inclusiva requer esforços contínuos, colaboração entre líderes e equipes, e o desenvolvimento de políticas claras e monitoráveis. Assim, gestores que priorizam a inclusão desempenham um papel transformador, promovendo mudanças que beneficiam não apenas a organização, mas também a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ACCENTURE. **Abilities Unleashed: How Inclusion Drives Innovation**. Relatório de Diversidade. Dublin: Accenture, 2022. Disponível em: <https://www.accenture.com>. Acesso em: 28 dez. 2024.

BANCO DO BRASIL. **Programa BB Inclusão**. Relatório Interno. Brasília: Banco do Brasil, 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BROWN, Michael E.; TREVIÑO, Linda K. Ethical leadership: A review and future directions. **The Leadership Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 1-17, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERNANDES, Eugênio Cunha. **Educação inclusiva: princípios, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

INSTITUTO NATURA. **Relatório Anual 2019: Política de Diversidade**. São Paulo: Instituto Natura, 2019. Disponível em: https://www.institutonatura.org/relatorioanual2019/Politica-de-Diversidade_Instituto_Natura_2019.pdf. Acesso em: 28 dez. 2024.

MAGAZINE LUIZA. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2020**. São Paulo: Magazine Luiza, 2020. Disponível em: <https://www.magazineluiza.com.br>. Acesso em: 28 dez. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves; SECCHI, Wanderlina de Mello. **Educação inclusiva: construção de uma escola para todos**. Campinas: Autores Associados, 2009.

MICROSOFT. **Diversity and Inclusion Report**. Redmond: Microsoft, 2021. Disponível em: <https://www.microsoft.com/diversity>. Acesso em: 28 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Genebra: OMS, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNILEVER. **Diversity and Inclusion Framework**. Londres: Unilever, 2021. Disponível em: <https://www.unilever.com>. Acesso em: 28 dez. 2024.

UOL. Natura é reconhecida como a marca mais inclusiva do Brasil. **Universa**, 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/conteudo-de-marca/2024/07/29/natura-natura-e-reconhecida-como-a-marca-mais-inclusiva-do-brasil.htm>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CAPÍTULO 4

O VINHO COMO NARRATIVA COMENSAL E CULTURAL: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ENOTURISMO

Thaís Gomes Torres

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-3

INTRODUÇÃO

Mais do que uma simples bebida, o vinho se apresenta como uma narrativa comensal e cultural que expressa a essência de um território e suas tradições. Cada taça é o ponto de encontro entre a história, a geografia e a identidade de uma região, carregando em seu sabor as marcas de um lugar específico. Como aponta Ferreira *et al* (2022), “ao consumir, ingere alimento, produz narrativas, comunica cultura” (p.11). No enoturismo, essa narrativa se aprofunda à medida que o visitante é conduzido a uma jornada que ultrapassa o paladar, tornando-se uma experiência vivida, sensorial e relacional. O vinho, quando degustado em seu local de origem, abre espaço para um rito de comensalidade, criando um ambiente de sociabilidade que transforma o enoturista em um participante ativo na valorização do *terroir*. Segundo Boutaud (2011), o vinho está intrinsecamente ligado à festividade, sendo uma bebida que promove a amizade e convida seus apreciadores a se conectarem com os outros. Ele cria um ambiente de naturalidade, rompendo as barreiras sociais e mundanas preestabelecidas, graças ao que o autor descreve como a força horizontal da comensalidade.

O turismo, de fato, desempenha um papel central na sociedade contemporânea, não apenas em termos de seu impacto econômico, mas também pelas profundas implicações espaciais e sociais que traz. O enoturismo, em particular, tem se consolidado como uma prática em crescimento no Brasil, evidenciando uma mudança na forma como as vinícolas operam e se relacionam com seus visitantes. Segundo o Ministério do Turismo (2023), o crescimento do enotu-

rismo no Brasil reflete um fenômeno significativo, à medida que as vinícolas se adaptam para integrar turistas em suas atividades, oferecendo experiências que vão além da produção e venda de vinhos. Essa transformação faz com que o vinho se torne um mediador de experiências sensoriais e culturais, ampliando o papel das vinícolas de meros espaços de produção para centros de vivências culturais e sociais.

No contexto do enoturismo, o prazer da degustação adquire um caráter fenomenológico, onde o ato de saborear o vinho em seu lugar de origem envolve uma dimensão corporal e sensorial. Brillat-Savarin (2009), um dos primeiros a refletir sobre a relação entre gastronomia e sociabilidade, observa que “o prazer da mesa é peculiar da espécie humana; supõe cuidados prévios com a preparação das refeições, com a escolha do lugar e com a reunião dos convivas” (p.123). Ao visitar uma vinícola e degustar o vinho diretamente nos vinhedos, o enoturista entra em um processo que vai além do simples consumo. Ele se envolve em uma experiência que ativa todos os seus sentidos, permitindo que absorva a paisagem, se conecte com os produtores e vivencie as tradições locais. Essa vivência transforma a degustação em uma experiência que envolve o corpo e o espírito, criando laços com o lugar.

Segundo Merleau-Ponty (1996), o corpo é o centro da experiência sensorial, e é através dele que as percepções do mundo são organizadas. Merleau-Ponty nos guiará através da corporeidade da experiência, onde o sabor do vinho é sentido diretamente através dos sentidos, em especial pelo paladar conectando o turista- viajante ao espaço vivido das vinícolas. É através do toque nas videiras, do aroma do vinho, e da degustação que o espaço se torna uma extensão do corpo, um lugar onde a existência se faz presente de forma tangível e imediata. No enoturismo, o corpo do enoturista atua como mediador entre o vinho e o lugar, permitindo que ele absorva e intérprete a paisagem e a cultura. O vinho, então, deixa de ser visto como um simples produto e passa a ser compreendido como uma expressão autêntica da terra, do clima e das práticas culturais que o geraram.

A proposta deste artigo é explorar o vinho como uma narrativa comensal e cultural, analisando o enoturismo na Campanha Gaúcha-RS sob uma

perspectiva fenomenológica. A pesquisa realizada partiu da premissa de que o vinho é mais do que um produto de consumo, buscando compreender seu papel como mediador de experiências sensoriais e culturais, criando uma relação indissociável entre o sujeito e o objeto. Através de uma abordagem que envolveu corpo, lugar e sentido, investigamos como a degustação do vinho, especialmente em seu contexto original, pode se tornar uma experiência existencial e transformadora. Conforme sugerido por Peynaud (1997), o vinho foi entendido como um objeto cultural que exprime o gosto de uma região, permitindo ao enoturista perceber o espírito de um lugar por meio de sua vivência sensorial.

REFERENCIAL TEÓRICO

O vinho como narrativa comensal e cultural

O vinho é uma das manifestações mais autênticas de um território, guardando em cada garrafa não apenas o produto agrícola, mas também a cultura, a história e as características naturais de sua região. O próprio ato de beber vinho carrega uma profundidade cultural refletida nos consumidores, “em todo mundo, é cada vez maior o número de apreciadores bem informados, que sabem distinguir entre um vinho tecnológico e um vinho geográfico, que lembra as características de seu ambiente e expressa a sensibilidade de seus produtores (PITTE, 2012, p.254). Esse último tipo de vinho é valorizado por evocar as características únicas de seu ambiente natural e a sensibilidade dos produtores, conectando o ato de beber a uma experiência sensorial e cultural que vai além do simples consumo, reconhecendo o vinho como uma expressão autêntica de um lugar.

A noção de *terroir*, amplamente discutida por especialistas como Peynaud e Blouin (2010), enfatiza que o vinho é uma expressão única do solo, do clima, da topografia, das práticas culturais de uma determinada localidade, influenciam a produção de um vinho, e está intrinsecamente ligado à geograficidade. Por mais que as pessoas bebam vinho no dia a dia em sua rotina, a experiência de beber vinho em uma vinícola, no *terroir* o qual a bebida

foi produzida, traz outras sensações e percepções que não seriam possíveis apenas pelo consumo da bebida na sala de sua casa.

Na Campanha Gaúcha, essa relação se torna ainda mais evidente, pois o vinho carrega em si as marcas de um território vasto, de paisagens abertas e de uma cultura enraizada na tradição gaúcha. De acordo com Manfio (2019, p. 8):

O vinho não representa um elemento histórico-cultural da Campanha Gaúcha, mas vem sendo inserido no espaço e na identidade regional como articulador da cultura e economia local. Assim, busca-se encontrar registros da produção de vinhos desenvolvidas em tempos passados na Fronteira Sudoeste para reforçar a identidade regional vitícola, articulando a cultura gaúcha ao vinho. Esta última para expressar um diferencial aos produtos e serviços, ligados a vitivinicultura, que são oferecidos, atualmente, na Campanha Gaúcha.

O vinho não representa um elemento histórico-cultural da Campanha Gaúcha, mas vem sendo inserido no espaço e na identidade regional como articulador da cultura e economia local. Assim, busca-se encontrar registros da produção de vinhos desenvolvidas em tempos passados na Fronteira Sudoeste para reforçar a identidade regional vitícola, articulando a cultura gaúcha ao vinho. Esta última para expressar um diferencial aos produtos e serviços, ligados a vitivinicultura, que são oferecidos, atualmente, na Campanha Gaúcha. Pimentel (2013, p. 4) diz que:

O espaço vivido é primordialmente subjetivo, o que não quer dizer que não exista uma realidade especial objetiva, mas sim que o interesse recai sobre o modo como os sujeitos percebem essa realidade e lhe dão sentido. Assim, ao se estudar o mundo vivido não se está preocupado em fazer uma descrição objetiva do espaço de uma cidade, de suas formas, organização e estruturas, por exemplo, mas em saber o modo como as pessoas que ali circulam vivenciam suas ruas, suas praças, seus monumentos [...], estruturando suas vidas e identidades pessoais em função dessa vivência espacial com os lugares.

Essa perspectiva sublinha que os espaços não são apenas construções físicas, mas são moldados e significados pelas relações e ações dos sujeitos que os habitam. A geograficidade, portanto, engloba a maneira como as pessoas sentem, percebem e reconhecem os ambientes, assim como a forma como se projetam e deixam suas marcas nesses espaços como um “conjunto

indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 1996, p. 63). Aliás, o vinho, atua como elemento de geografia que diz respeito àquelas sensações únicas em apreciar a bebida no *terroir*, e que não é possível reproduzir tal sensação em outro lugar. É o sabor da paisagem vitivinícola, a brisa suave que traz o aroma leve das videiras, é estar sob o vasto céu na Campanha Gaúcha e sentir a explosão de sabores dos vinhos onde cada nota revela a alma do lugar. O horizonte que parece infinito, se une a quietude do lugar e nos convida a uma reflexão profunda e um momento de pausa no ritmo frenético da vida moderna.

Por meio do enoturismo, o vinho torna-se um meio de comunicação cultural, uma ponte entre o local e o global. Ao visitar as vinícolas da Campanha, os turistas são convidados a participar de uma narrativa que envolve tradição e inovação, onde o sabor do vinho é também o sabor de uma cultura. Nessa experiência, o vinho assume a função de mediador, proporcionando uma vivência sensorial que reflete a autenticidade e a identidade da Campanha Gaúcha, consolidando sua relevância como um marcador de lugar. Saborear plenamente cada gole de vinho envolve muito mais do que entender as características técnicas das uvas ou do processo de produção. Trata-se de valorizar a profundidade e a intensidade das emoções que o vinho proporciona, tornando cada degustação uma jornada única.

O viajante tocado pela graça põe seu corpo a disposição do inefável e do indizível, que metamorfoseados em impulsos e emoções, se transforma em sentidos e resultam em palavras, imagens, ícones, desenhos, cores, traços em rastro que transfigura a efervescência de uma experiência em incandescência expressiva (Onfray, 2009, p. 46).

Onfray (2009) sugere que essas emoções e impulsos acabam se convertendo em significados mais profundos, em sentidos que o viajante tenta traduzir em palavras, imagens, símbolos, desenhos ou qualquer forma de expressão artística e cultural. Ele descreve esse processo como uma metamorfose, onde a vivência efervescente (cheia de energia e emoção) da viagem se transforma em incandescência expressiva, uma maneira poderosa de comunicar, mesmo que de forma imperfeita, a intensidade e a profundidade da experiência vivida.

A narrativa torna-se uma ferramenta para traduzir a efervescência das emoções despertadas pelo contato com o território, a cultura e o vinho em expressões simbólicas, onde o sabor, a paisagem e o tempo vivido ganham vida em palavras. Dessa forma, o vinho, como mediador cultural e sensorial, contribui para que uma narrativa revele a essência do lugar, carregando a profundidade da experiência vívida para além do imediato e do visual.

Perspectiva fenomenológica do enoturismo

A perspectiva fenomenológica, fundamentada na obra de Maurice Merleau-Ponty (1996), oferece um caminho significativo para analisar o enoturismo na Campanha Gaúcha- RS, pois coloca o corpo e a experiência sensorial no centro da compreensão do mundo. Merleau-Ponty (1996) argumenta que o corpo é o ponto de partida para a percepção, o que significa que todo contato com o mundo é mediado por nossas experiências sensoriais. Ao invés de tratar o enoturismo apenas como uma atividade econômica ou recreativa, essa abordagem permite explorar as relações profundas entre o turista, o lugar e a cultura, enfatizando como o vinho se torna um mecanismo de comunicação narrado através do sabor. Perullo (2013, p. 9) diz que:

A experiência alimentar em uma viagem é uma das formas mais praticadas de aproximação com a cultura de lugares novos e incomuns, sendo muito apreciada e popular (isto pode ser facilmente demonstrado pelo turismo gastronômico e pelo enoturismo associado a paisagens e territórios).

De acordo com Hall *et al.* (2000), o vinho e o turismo estão ligados há muito tempo, mas apenas recentemente têm sido reconhecidos por governantes, pesquisadores e pela cadeia produtiva do turismo. Para o turismo, o vinho é um importante atrativo motivacional para conhecer um destino vinícola. Para os autores Gratão e Marandola Jr. (2011, p. 63) os sabores não apenas aludem a um espaço, mas são incorporados concretamente na experiência geográfica já que “os sabores constituem e descrevem lugares e paisagens”. Pensar a relação entre Geografia e sabor implica em uma compreensão mais profunda da existência humana e de como nos conectamos com o mundo ao nosso redor. O sabor, como expressão corporal, sensorial e cultural, é um meio pelo qual experimentamos e entendemos nossa geograficidade.

A geograficidade expressa o envolvimento humano com o meio ambiente. No enoturismo, a experiência do lugar é mediada pelo sabor, onde cada degustação de vinho reflete a interação entre o homem e a geografia local. A forma como o turista percebe e se relaciona com o território é moldada pelo sabor do vinho, que atua como uma expressão sensível e concreta do lugar. Por meio da intencionalidade e da experiência sensorial, os visitantes desenvolvem uma compreensão profunda e emocional da região, criando memórias duradouras que fortalecem seus vínculos com o espaço vivido.

A Geografia que se pretende humanista e cultural necessita, de fato, incorporar o paladar aos seus temas de interesse para pensar o espaço e o significado da experiência homem-terra em práticas cotidianas a partir do sabor. Inspirada pela fenomenologia de Merleau-Ponty (1996), a vivência do sabor é um exemplo de experiência corpórea que revela a essência do lugar. Essa abordagem enfatiza a intencionalidade e a corporeidade na percepção geográfica. O conceito de geograficidade de Eric Dardel (2011)¹, enfatiza como sentimos e conhecemos o mundo, e pode ser aplicado ao estudo do sabor como um fenômeno geográfico. Dardel propõe uma geografia existencial que privilegia a experiência sensível e a vivência direta do lugar. Ele sugere que sentir e conhecer o mundo através dos sentidos é fundamental para uma compreensão mais profunda e completa da geografia e enfatiza a importância da experiência subjetiva e sensorial no entendimento dos lugares. Ao focar no mundo vivido, o mundo tal como é percebido, sentido e vivido na experiência cotidiana, antes de ser filtrado por teorias ou abstrações estamos interessados em como os viajantes e turistas se relacionam emocional e sensorialmente com os espaços ao seu redor. O sabor, nesse contexto, se torna uma expressão da geograficidade, pois reflete as interações entre humanos e seu ambiente, especialmente através de alimentos e bebidas que carregam consigo histórias e tradições locais. Pimentel (2013, p. 4) diz que:

O espaço vivido é primordialmente subjetivo, o que não quer dizer que não exista uma realidade especial objetiva, mas sim que o interesse recai sobre

¹ A obra “O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica” foi publicada originalmente na França [*L’homme et la Terre: nature de la réalité géographique*], no ano de 1952, sendo resgatada posteriormente entre os anos 1960-1970.

o modo como os sujeitos percebem essa realidade e lhe dão sentido. Assim, ao se estudar o mundo vivido não se está preocupado em fazer uma descrição objetiva do espaço de uma cidade, de suas formas, organização e estruturas, por exemplo, mas em saber o modo como as pessoas que ali circulam vivenciam suas ruas, suas praças, seus monumentos [...], estruturando suas vidas e identidades pessoais em função dessa vivência espacial com os lugares.

Essa perspectiva sublinha que os espaços não são apenas construções físicas, mas são moldados e significados pelas relações e ações dos sujeitos que os habitam. A geograficidade, portanto, engloba a maneira como as pessoas sentem, percebem e reconhecem os ambientes, assim como a forma como se projetam e deixam suas marcas nesses espaços como um “conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 1996, p. 63). Aliás, o vinho, atua como elemento de geograficidade que diz respeito àquelas sensações únicas em apreciar a bebida no *terroir*, e que não é possível reproduzir tal sensação em outro lugar. É o sabor da paisagem vitivinícola, a brisa suave que traz o aroma leve das videiras, é estar sob o vasto céu na Campanha Gaúcha e sentir a explosão de sabores dos vinhos onde cada nota revela a alma da Campanha. O horizonte que parece infinito, se une a quietude do lugar e nos convida a uma reflexão profunda e um momento de pausa no ritmo frenético da vida moderna. Tais práticas, fortalecem os laços sociais e a identidade coletiva, além de religar a humanidade ao mundo espiritual: “Fruto da terra e do trabalho dos homens”, o vinho acompanha celebrações pagãs e religiosas (Pitte, 2012, p. 16).

O vinho é mais do que uma bebida; é um poema líquido, escrito pela natureza e lapidado pela mão humana. O geógrafo Robert Pitte (2012), aprofunda a ligação entre o vinho e a cultura, destacando como essa bebida ultrapassa seu papel meramente alimentício para se tornar um fenômeno cultural e geográfico de grande significado. Jean Robert Pitte (2012, p. 261) diz que “rememorar as terras vinícolas que viram nascer o vinho que agitados diante de nossos olhos, sob nossos olfatos e em nossas papilas, é empreender em uma viagem que aumenta consideravelmente o prazer”.

A viagem, nesse contexto, potencializa o prazer sensorial ao conectar o turista com a paisagem, a cultura e a história do lugar. O vinho, enquanto objeto de observação, ultrapassa sua materialidade e torna-se uma ponte entre o sujeito e o território, criando uma experiência que é ao mesmo tempo física e simbólica. O vinho desempenha um papel significativo no patrimônio alimentar de diversas regiões ao redor do mundo. O patrimônio alimentar refere-se à herança cultural, social e histórica associada à produção, preparação e consumo de alimentos. Neste caso, essa relação é ainda mais evidente, pois a tradição vinícola muitas vezes remonta a séculos, influenciando a cultura e a identidade de uma comunidade ou região. A produção de vinho está diretamente ligada à história e à geografia de uma região específica, influenciando não apenas a economia local, mas também a forma como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam umas com as outras.

Merleau-Ponty (1996) sugere que a experiência vívida é sempre corporal, e, portanto, a experiência do vinho é também uma forma de estar no mundo. O sabor do vinho, carregado das características do terroir, do clima e das tradições locais, traduz o envolvimento do corpo com o ambiente ao redor. Nesse sentido, o vinho assume um papel fundamental no patrimônio alimentar, não apenas como produto, mas como expressão sensível de uma herança cultural, social e histórica.

A fenomenologia nos ensina que a experiência nunca é puramente individual ou isolada; ela está sempre imersa em um contexto espacial e temporal. No caso do enoturismo, o ato de viajar e degustar vinhos em uma vinícola é, na verdade, uma experiência nas camadas de história e geografia de uma região. Cada taça carrega as marcas do solo, do clima e das técnicas passadas de geração em geração, e, ao provar o vinho, o turista também está vivenciando essas histórias e relações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estrutura metodológica deste artigo fundamenta-se na fenomenologia, com base nos referenciais de Merleau-Ponty (1996) e Van Manen (2014), adotando uma abordagem qualitativa voltada à compreensão da essência das expe-

riências sensoriais e afetivas vividas no enoturismo. A pesquisa foi conduzida por meio de um processo de imersão no campo, tendo como cenário o roteiro da Ferradura dos Vinhedos, em Santana do Livramento (RS). A principal ferramenta metodológica utilizada foi a observação participante, acompanhada de registros em diário de campo, anotações reflexivas e registro fotográfico, permitindo captar nuances da experiência em tempo real. O sujeito central da pesquisa é a própria autora, que assume uma postura de pesquisadora-viajante, incorporando a experiência pessoal como dado fenomenológico, conforme proposto por Van Manen, ao considerar a vivência do pesquisador como fonte legítima de compreensão.

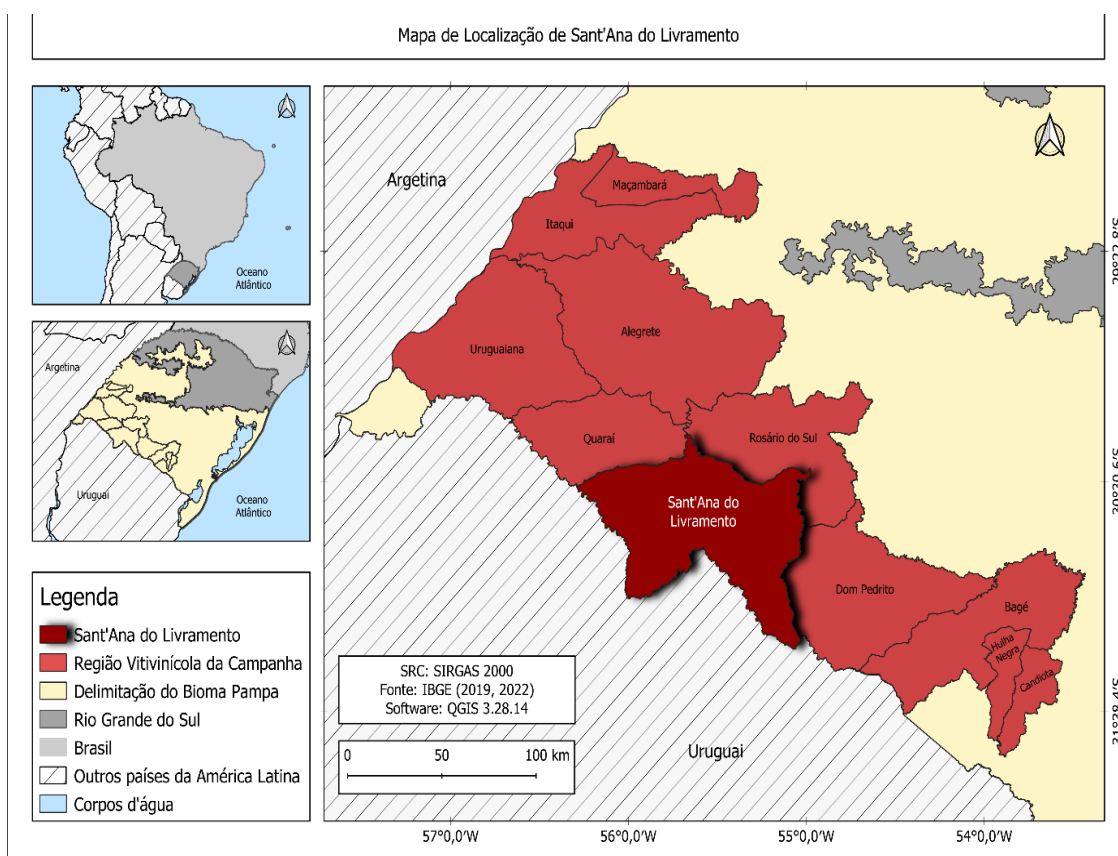
Além da auto etnografia sensível, foram realizadas conversas informais e espontâneas com enoturistas e trabalhadores das vinícolas, sem aplicação de roteiros formais, respeitando o caráter fluido e ético do encontro em contextos turísticos. A opção por não gravar entrevistas estruturadas, mas sim registrar impressões e falas no momento em que emergiam, reflete o compromisso com a intencionalidade da experiência vivida e com o respeito ao tempo e ao espaço do outro. A fenomenologia, nesse contexto, orienta não apenas o olhar analítico, mas também a conduta da pesquisadora no campo, buscando compreender como o corpo, o sabor e o espaço interagem na construção de sentidos. As fontes bibliográficas que sustentam esta abordagem incluem, além dos já citados Merleau-Ponty (1996) e Van Manen (2014), autores como Peynaud e Blouin (2010), Onfray (2009) e Pimentel (2013), que contribuem para articular o enoturismo com experiências sensíveis, culturais e existenciais. Assim, a pesquisa se constrói a partir de uma escuta do corpo e do território, integrando teoria, experiência e narrativa.

O roteiro estudado é o da Ferradura dos Vinhedos, localizado em Santana do Livramento (Figura 1), onde o cenário natural, o contato com os vinhedos e a interação com os produtores locais foram descritos a partir da perspectiva dos enoturistas. A Ferradura dos Vinhedos, localizada em Santana do Livramento (RS), é um projeto que visa o desenvolvimento da fronteira por meio do turismo rural, promovendo a valorização da cultura vitivinícola da região, as tradições e o meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região da fronteira.

A metodologia fenomenológica, que prioriza as experiências diretas e a descrição detalhada das sensações, elucida como o vinho e a cultura da Campanha Gaúcha se entrelaçam na jornada do turista. Isso cria uma conexão profunda e transformadora entre o indivíduo e o local, evidenciando o poder transformador dessas vivências.

A relação entre o visitante e a região é construída através de experiências sensoriais que tocam corpo e memória. Nesse contexto, a narrativa poética se destaca por sua capacidade singular de evocar imagens, emoções e desejos, superando outros meios de comunicação. Ao empregar essa forma narrativa para descrever as vivências geográficas em eventos e festividades do enoturismo, é possível acessar a profundidade emocional e sensorial dessas interações.

Figura 1. Mapa de localização de Santana do Livramento



Fonte: Org: Pizzuti, Carla. 2024.

Nesse sentido, uma narrativa poética oferece uma via única de expressão para essas experiências, traduzindo em palavras a complexidade das interações

sensoriais e culturais. A linguagem poética, ao evocar imagens e emoções, consegue recriar no leitor as mesmas sensações vívidas pelo turista, permitindo que ele também “sinta” o lugar, mesmo que à distância.

Ao narrar a sensação percebida do vinho na boca, incluindo a textura dos taninos e a suavidade ou a intensidade do corpo, dizemos que a experiência é única de cada um com a bebida, assim como fazer a diferenciação entre vinhos leves e encorpados, ou entre os mais ácidos e mais doces. Não conseguir narrar com exatidão as propriedades de um vinho também não diminui a intensidade da experiência. O fato, é que cada pessoa possui uma percepção subjetiva do sabor, a qual se concentra numa experiência classificada por Merleau-Ponty (1996) como fenomenológica e corporal.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

A Campanha Gaúcha, com sua rica tradição e emergente identidade vitivinícola, serviu como cenário para imersão no campo que visava compreender a relação entre o sujeito, o espaço, a cultura e o sabor do vinho. A partir desse contexto, a experiência sensorial e emocional tornou-se o foco da investigação, buscando explorar como o paladar pode se tornar uma expressão geográfica e um marcador de lugar. Pretendo com a narrativa da minha própria experiência fomentar discussões no campo dos estudos culturais da Geografia e do Turismo, onde a experiência sensorial é central e a abordagem fenomenológica permite uma exploração mais profunda e significativa das interações entre o lugar, o sabor e a memória.

A narrativa reconhece e valoriza a experiência sensível e individual de cada pessoa, dando espaço para expressar perspectivas próprias, interpretações e significados sobre o mundo vivido. O campo fenomenológico é um processo intensivo e imersivo que requer cuidado e atitude discreta da pesquisadora que busca captar as vivências, percepções e experiências dos sujeitos envolvidos, destacando as intersubjetividades que emergem durante a pesquisa.

Afinal, a pesquisa aconteceu ao mesmo tempo que os sujeitos estavam imersos em seu momento de lazer, de sociabilidade, de trocas de afeto, ou até mesmo de introspecção, de pouca fala, de atenção e curiosidade sobre o con-

texto do vinho. Minha intenção sempre era de não incomodar, não deixar meus sujeitos desconfortáveis ou com comportamentos artificiais diante de minha presença.

Foi no mês de janeiro de 2024, no auge do verão e do calor, em tempo de vindima, de colheita farta e abundante, que embarquei rumo ao trabalho de campo. Naquele dia, acordei cedo, tomei meu café da manhã como faço habitualmente e peguei a estrada rumo à Campanha Gaúcha. Na minha pequena mala de pesquisadora-viajante levei meus instrumentos de pesquisa, uma máquina fotográfica para registrar todos os momentos e meu diário de campo, que achei necessário para os registros. A jornada na estrada começou com a luz do clarear o dia iluminando a paisagem, revelando a vastidão das planícies do Pampa e a serenidade das vinhas que se estendiam ao longe. A cada quilômetro percorrido, sentia a antecipação de vivenciar as histórias e os sabores que fazem parte desta experiência.

Neste instante me vi saboreando paisagens que anunciavam a escrita de um texto construído pela narrativa poética. Tal forma de comunicar a experiência se mostrou mais sensível a mim. É possível transmitir a profundidade e a riqueza das experiências, permitindo ao leitor sentir e imaginar as mesmas sensações e emoções vividas pelo pesquisador.

No desejo de vivenciar e me conectar com a essência do fenômeno do vinho, que possui um significado especial para mim, explorei uma região rica em história e cultura gaúcha, ainda em processo de desenvolvimento de sua identidade como destino do vinho e do enoturismo. A partir desse desejo, embarquei na jornada e me uni a outros sujeitos para traçar uma narrativa menos técnica e mais fluida e dinâmica. Cada lugar visitado proporcionava uma nova perspectiva, uma nova maneira de enxergar o mundo e a mim mesma (Figura 2).

Figura 2. Tour guiado na Ferradura dos vinhedos



Fonte: Autora, 2024

A rota da Ferradura dos Vinhedos combina uma variedade de elementos da cultura gaúcha associada ao promissor universo do vinho. Tal combinação se dá pela qualidade do *terroir* que abriga a região situada na mesma faixa de latitude de prestigiadas áreas vitivinícolas como da Austrália, da África do Sul, da Argentina e do Chile. Trata-se do famoso paralelo 31°.

A Rota trouxe em seus 10 anos de implementação, inovação e oportunidades para empreendedores locais através do turismo e da vitivinicultura. Também possibilitou a divulgação do turismo, um resgate na autoestima dos santanenses, geração de emprego e renda e o desenvolvimento turístico de Livramento. Para Manfio (2018, p. 195):

Quando os atores territoriais exercem atividades de cooperação evidencia-se que ocorre o desenvolvimento do território, do turismo ao território e da sociedade. No caso do turismo, as pessoas e segmentos que compõem o território passam a vivenciar o turismo comprometendo-se a participar das atividades e do atendimento ao público. Assim, hotéis, restaurantes, pessoas e demais segmentos passam a criar estratégias para agradar o turista.

A experiência de atravessar a fronteira entre Brasil e Uruguai movida pelo desejo de viver a experiência do enoturismo na Campanha Gaúcha ao sabor do vinho foi marcada pela hospitalidade. Durante todo tempo em que estive realizando esta pesquisa o bem receber esteve presente em todos os momentos. A hospitalidade é a qualidade de oferecer calor, amizade e boas-vindas aos visitantes. Mais que um conceito é uma prática essencial para o Turismo. Vivenciar o lugar, tomar um chimarrão, um café, uma taça de vinho e ouvir histórias sobre a Campanha Gaúcha me permitiram rememorar na prática do cotidiano um passado que só havia lido nos textos sobre a região (Figura 3 e 4).

Figura 3 e 4: Tour pela vinícola Almadém e no Passo do Guedes



Fonte: Autora, 2024

Van Manen (2014) destaca a importância do ambiente adequado para a realização de entrevistas, especialmente quando se trata de entrevistas que buscam explorar experiências pessoais. Ele sugere que ambientes formais, como escritórios, nem sempre são os mais propícios para esse tipo de abordagem. E foi assim que decidi conduzir minha pesquisa de maneira fluida e poética para que meu corpo se abrisse a experiência e registrasse o diverso.

Estar na Campanha, entre homens e mulheres trabalhadores da terra, cultivadores da cultura, das tradições, turistas, moradores locais, profissionais do turismo e do vinho me permitiu pausar o tempo e observar o que os movia em

direção aquele lugar. Seria pelo vinho? Pela paisagem? Pelo lugar? Pelas histórias de vida? Pela tradição gaúcha? As narrativas compartilhadas de forma informal e espontânea, além de entreter, também transmitiam valores, tradições, saberes e modos de pensar de uma cultura. Elas refletiam a identidade coletiva de um povo, suas crenças, mitos, histórias de vida e visões de mundo, cada um ali tinha um interesse em particular que o movia.

Através dessas performances ocasionais, as narrativas podiam atravessar fronteiras físicas e culturais, sendo compartilhadas não apenas entre os moradores locais, mas também entre diferentes enoturistas de diferentes regiões e até mesmo entre países que ali se reuniam. Esse intercâmbio cultural contribuía para enriquecer a diversidade cultural e promover o entendimento mútuo entre diferentes grupos e sociedades. Amantes do vinho ou não, eram todos sim, viajantes ao sabor do vinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo explorar o vinho como uma narrativa comensal e cultural, analisando o enoturismo sob uma perspectiva fenomenológica. Portanto, a narrativa não apenas enriquece a compreensão científica, mas também conecta o conhecimento acadêmico ao mundo vivido. Ao aproximar ciência e vida cotidiana, a narrativa permite que as descobertas científicas ressoem de maneira mais profunda e significativa com a sociedade. Essa conexão é essencial para que o conhecimento acadêmico ultrapasse os limites da academia e se torne uma força viva e transformadora na vida das pessoas. A abordagem fenomenológica permitiu desvelar o enoturismo de maneira mais íntima e imersiva, valorizando a subjetividade e a profundidade da experiência vivida em uma rota de enoturismo na região da Campanha Gaúcha- RS.

A escolha de um destino, de fato, é um ponto de partida para encontros e reencontros, tanto consigo mesmo quanto com os outros. Essa decisão vai além de simplesmente selecionar um lugar no mapa; ela envolve um mergulho em experiências que moldam e transformam a percepção do viajante. O destino se transforma em um espaço de exploração sensorial, cultural e emocional, onde o

turista não apenas consome o vinho, mas vivencia e se conecta com as histórias, cultura e paisagens que o circundam.

A experiência turística vívida na Rota das Ferraduras revelou-se uma oportunidade valiosa para trazer à tona, em pesquisas sobre turismo, o papel do vinho como uma narrativa comensal e cultural. Essa experiência contribuiu para a construção de memórias significativas nos enoturistas, relacionadas aos aromas e sabores dos vinhos, à textura do solo dos vinhedos, à brisa, aos sentimentos de alegria, relaxamento, admiração pela paisagem e pelo processo de produção, bem como à satisfação proporcionada pelas novas descobertas, evidenciando como o vinho, além de ser apreciado como bebida, atua como um agente de conexão entre o turista e o território. Ao envolver-se com o vinho no contexto da Rota das Ferraduras, os visitantes não apenas degustam o produto, mas participam da criação de memórias que integram a cultura local, os sabores do *terroir* e a comunidade.

REFERÊNCIAS

BOUTAUD, J. J. Comensalidade: compartilhar a mesa. In: MONTANDON, A. O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Editora Senac SãoPaulo, 2011.

BRILLAT-SAVARIN, J. A. **A fisiologia do gosto**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, F.R, *et al.* **Comensalidades em narrativa**. Estudos de mídia e subjetividade. Salvador, 347p. EDUFBA, 2022

GABARDO, W., VALDUGA.V. A Paisagem do Vinho: o gosto da experiência. Patrimônio, turismo e vitivinicultura: **Marcas na paisagem 1** (2021): 10-25.

GRATÃO, L. H.; MARANDOLA JR., E. O sabor na, da, e para geografia. **Geosul**, Florianópolis, v. 26, n. 51, p. 59-74, jan./jun. 2011.

MANFIO, V. **Vitivinicultura e associativismo**: a dinâmica da Associação Vinhos da Campanha na formação de um território no Rio Grande do Sul, Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MANFIO, V. A identidade gaúcha e a vitivinicultura no sul do Rio Grande do Sul- Brasil. **Revista Ambiente e Paisagem**, Anápolis, v. 9, n. 1, p. 101-113, maio 2019.

MANFIO, V. “Uma leitura sobre a paisagem dos vinhedos: o caso do Douro em Portugal, da Serra Gaúcha e Campanha Gaúcha no Brasil: A READING ON THE” Espaço em Revista, 2022.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PEYNAUD, E.; BLOUIN, J. **O gosto do vinho: O grande livro da degustação**. 1ª ed. WMF Martins Fonte, São Paulo, p. 240, 2010.

PIMENTEL, M. R. A experiência turística e a imaginabilidade da paisagem urbana. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 3, p. 421-438, 2013.

PITTE, J.R. **O desejo do vinho conquistando o mundo**. São Paulo: Senac, 2012.

VAN MANEN, M. **Phenomenology of practice: meaning-giving methods in phenomenological research and writing**. New York: Routledge, 2014.

CAPÍTULO 5

AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE ON THE ALLIANCE FOR PROGRESS: BETWEEN THE RHETORIC OF DEVELOPMENT AND THE REALITY OF INTERVENTION¹

João Victor da Costa Rios

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-4

INTRODUCTION

This bibliographic study is dedicated to an in-depth analysis of the Alliance for Progress (AFP), a United States (U.S.) initiative launched in 1961 that is embedded within the complex context of the Cold War and U.S. foreign policy strategies toward Latin America. The research investigates the genesis, proposals, and multifaceted impacts of the AFP in the region, aiming to go beyond a merely descriptive perspective. To achieve this, it adopts an intrinsically interdisciplinary approach, integrating critical insights from historians, political scientists, and diplomats. This melding of perspectives allows for a comprehensive and nuanced understanding of how the AFP, despite its initial rhetoric of social development and cooperation, primarily served as a geopolitical instrument. Its objective was to influence the political and social trajectories of the continent, particularly regarding the containment of movements that could challenge U.S. hegemony in Latin America.

The central issue of this work lies in unraveling the complex relationships and, at times, the profound contradictions between the official discourse of the AFP— which promised structural reforms and socioeconomic progress— and its practical implementation. The analysis reveals the role of the AFP in destabilizing social and political movements deemed threatening,

¹ This text is the result of ongoing research within the Programa de Pós-graduação em História do Brasil at the Universidade Federal do Piauí.

as well as facilitating external interventions in local politics. Throughout this study, the strategic use of economic and technical aid to shape alliances, strengthen regimes aligned with Washington's interests, and ultimately consolidate U.S. influence in Latin America during a crucial period in global history will be explored.

FROM ORIGINS TO RESULTS

The Alliance for Progress (AFP), announced by John F. Kennedy in 1961 as a program of “development with social justice,” was an ambivalent project: it combined humanitarian rhetoric with strategies of geopolitical control. In Brazil, especially in the Northeast, its implementation exposed the contradictory nature of an initiative that promised to revolutionize social structures but operated as a tool of anti-communist containment. To understand its origins, it is necessary to explore not only the Cold War context but also decades of U.S. intervention in Latin America, marked by neglect, authoritarianism, and a sudden change of stance after the Cuban Revolution.

The genesis of the AFP is rooted in an imperialist tradition of the United States, which dates to the Monroe Doctrine (1823) and Theodore Roosevelt's Big Stick policy, characterized by military interventions and support for dictatorships. After World War II, while Europe received billions through the Marshall Plan, Latin America was relegated to a secondary role. Foster Dulles, Secretary of State in the 1950s, treated Latin American diplomats as subordinates, merely passing along decisions without dialogue (BANDEIRA, 1978, p. 377). This unequal relationship fueled growing anti-American sentiment, evidenced in 1958 when Vice President Richard Nixon was hostilely received in Lima and Caracas by crowds who saw the U.S. as complicit with oppressive elites (GORDON, 1962).

The perception of abandonment led Latin American leaders to push for change. Juscelino Kubitschek, in 1958, proposed the Pan-American Operation (OPA), a regional development plan based on massive investments and multilateral cooperation. The OPA was a milestone because it “incorporated most of the main ingredients of the Alliance” (WIARDA, 1988, p. 96), including

structural reforms and poverty alleviation. However, the Eisenhower administration ignored the proposal until 1959, when the creation of the Inter-American Development Bank (IDB) was hastily approved, “not through planning but for diplomatic reasons” (UPTON, 1988, P. 139), to avoid a crisis following the announcement of a similar bank for the Middle East.

Kennedy’s election in 1960 gave new impetus to the idea. His March 1961 speech, evoking a “democratic revolution,” seemed to break with the Eisenhower era. However, as Wiarda (1988) emphasizes, the AFP was less an innovation and more an expansion of political reorientations initiated at the end of Eisenhower’s presidency, including the report by Milton Eisenhower (1958), which warned of the need to combat inequalities to contain communism.

An initiative like the AFP only gained urgency after 1959, when the Cuban Revolution challenged U.S. hegemony in the Western Hemisphere. The nationalization of U.S. companies by Fidel Castro and the alliance with the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) generated panic in Washington, D.C. Thus, JFK, then a senator, criticized Eisenhower’s stance, arguing that poverty was the fertile ground for communism. The AFP emerged as a direct response: its declared goal was “to prevent another Cuba,” offering a reformist alternative to radicalism (SPOHR, 2020, p. 77).

In Brazil, the Northeast became a priority target. The region, marked by cyclical droughts and archaic latifundia, was a hotbed of tensions. Movements such as the Peasant Leagues, led by Francisco Julião, demanded land reform and were accused of infiltrating communism. For the U.S., it was a critical security zone, where misery could lead to insurgencies. The AFP promised to solve the problem with investments in infrastructure, health, and education, but in practice, it prioritized policies of destabilizing groups opposed to hegemonic elites like the Peasant Leagues and others.

But before that, the AFP was presented as a new opportunity for the Americas. The Punta del Este Charter (1961), the founding document of the AFP, set ambitious goals: 2.5% annual growth in per capita income, land reform, and “social justice for all” (SANTAMARÍA, 1988, p. 122). However, the mechanisms of implementation revealed subordination to U.S. interests: the resources

(US\$ 20 billion over 10 years) were tied to fiscal adjustments and opening to U.S. companies. As Ribeiro (2006, p. 83) notes, external aid followed the logic of absorption capacity, meaning countries only received what did not threaten the stability of their elites.

The AFP was co-opted by conglomerates such as United Fruit and Standard Oil, which influenced policies through committees like the Commerce Committee for the Alliance for Progress (COMAP). According to Martina Spohr (2020, p. 106), this demonstrates that the U.S. Department of Commerce acted as a bridge between corporations and Latin American governments, ensuring that projects like roads and ports served more the export of commodities than local development — exemplifying corporate control.

From a militarization perspective, until 1969, 30% of the AFP resources in Brazil were allocated to armed forces and police under the pretext of “fighting subversion” (SANTA MARÍA, 1988, p. 123). In the Northeast, United States Agency for International Development (USAID), trained military personnel in counterinsurgency techniques, including torture, as part of the School of the Americas (OLIVEIRA, 2020, p. 134). The Brazilian Northeast exemplified the contradictory character of the AFP. While Celso Furtado, at SUDENE, proposed land reform and industrialization, USAID and the IDB channeled resources into projects that were technically efficient but socially exclusionary (Ribeiro, 2006, p. 89).

The AFP was not merely a poorly executed project. Its origins reveal a geopolitical calculation: using external aid to keep Latin America within capitalist orbit, even if that meant supporting dictatorships. In Brazil’s Northeast, its legacy is one of stunted modernization, where roads linked latifundia to export ports while peasants remained landless. As Wiarda (1988) summarizes, the AFP was less about development and more about control — a lesson that imperialist projects, even dressed in altruism, serve the interests of their financiers.

When analyzing American academic productions, it is common to find authors who point out one of the errors of the Alliance for Progress (AFP): the overpromising of transformations for Latin America, which generated expectations of a continental revolution among certain groups. An example is historian

Arthur M. Schlesinger, from Harvard University, associated with liberal thought and admirer of President John F. Kennedy. In his work, Schlesinger (1988) argues that the propaganda of the AFP created unrealistic hopes among parts of the Latin American population, resulting in frustration. He contends that “the United States should have acted discreetly, with moderate and feasible goals” (SCHLESINGER, 1988, p. 68).

Other scholars, such as Gordon (1988), agree that the balance of the AFP was marked by failures in multiple dimensions. Analyzing the causes of the program’s failure, Gordon (1988) — one of its formulators — attributes part of the responsibility to errors committed by Latin American actors, especially during the democratic governments of Jânio Quadros and João Goulart in Brazil. According to him, politicians like Goulart and Quadros prioritized personal interests over the socioeconomic progress supposedly promoted by the Alliance. Gordon emphasizes, however, that “fortunately, some Brazilian ministers and governors shared the objectives of the AFP, allowing cooperation.” (GORDON, 1988, p. 78).

This perception that Brazil’s last democratically elected presidents before the military regime (1964-1985) represented obstacles to U.S. plans — while governors and ministers aligned with the U.S. were prioritized — is explored by Felipe Pereira Loureiro (2020) in his study: *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961- 1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. Based on official U.S. documents, the author demonstrates that the AFP was used to weaken Brazilian democracy by directing investments to states governed by ideological allies, even in less needy regions.

Loureiro (2020) uses quantitative and qualitative evidence to illustrate disparities: for example, Piauí faced severe humanitarian crises, such as high infant mortality rates, but was not prioritized. By contrast, states led by conservative or liberal governors — mainly in the Northeast — received more resources, provided they adhered to the American political agenda. The AFP, initially presented with grand rhetoric about “lifting the forgotten by the power of the Alliance,” thus proved to be an instrument of geopolitical influence.

The study also reveals an ideological index developed by the U.S. to classify Brazilian governors into categories such as communists, centrists, right-wing, far-right, liberals, and conservatives. States governed by conservative or liberal figures received preferential funding, reinforcing a strategy of supporting projects that maintained the status quo and U.S. interests. Thus, the AFP contributed not only to regional inequalities but also to the erosion of Brazilian democracy by financing political groups aligned with Washington.

Table 1.0.

Category	Name	Description
1	Communist or crypto communist	Those who were identified as Communists with a high degree of certainty, either as members of the Brazilian Communist Party or as consistent followers of Marxist-Leninist ideology.
2	Travel companion or useful innocents	Radical leftists or naive leftists who, in practice, follow the Communist Party line.
3	Ultrnationalist leftist	Ultrnationalist leftists who are consistently anti-US, but who do not consistently follow the Communist Party line.
4	Non-communist radical reformists	Defenders of democratic socioeconomic reforms, without being critical of the US or following communists.
5	Centrists	Liberals and moderate reformists who, despite adopting a pre-reform rhetoric at the core, are not in practice engaged in implementing them
6	Conservatives	Those who resist change, including a large part of the national economic elite
7	Far Right	Reactionaries who intend to lead a right-wing military dictatorship in Brazil or who would not oppose it.
8	Others	All those who do not fit into the previous categories.

Source: Loureiro, 2020.

Table 2.0.

Category	Name	Governors	Proportion
1	Communist	0	0,0
2	Useful Idiots	3	9,7
3	Ultrnationalist Leftist	4	12,9
4	Non-Communist Radical Reformists	3	9,7
5	Centrists	14	45,2
6	Conservatives	7	22,6
7	Right-Wing Extremists	0	0,0
8	Others	0	0,0
Total	-	31	100

Source:Loureiro, 2020.

Table 3.0.

States	Loans		Loans (Percentage)	
	Number	Amount	Number	Percentage
January 1961 - March 1964				
Nacional	0	0	0	0
Northeastern agencies	4	41.810.000	19,0	32,2
Bahia	3	5.000.000	14,3	3,8
Espírito Santo	1	2.000.000	4,8	1,5
Guanabara	3	35.000.000	14,3	26,9
Minas Gerais	2	11.400.000	9,5	8,8
Pará	1	2.500.000	4,8	1,9
Paraná	1	4.700.000	4,8	3,6
Pernambuco	1	3.615.000	4,8	2,8
São Paulo	3	18.377.906	14,3	14,1
Santa Catarina	2	5.560.000	9,5	4,3
Rio de Janeiro	0	0	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	0	0	0,0	0,0
Total	21	129.962.906	100,0	100,0
April 1964 - December 1969				
Nacional	21	342.910.000	53,8	73,2
Northeastern agencies	6	58.650.000	15,4	12,5

Bahia	2	3.400.000	5,1	0,7
Espírito Santo	0	0	0,0	0,0
Guanabara	2	12.000.000	5,1	2,6
Minas Gerais	2	16.000.000	5,1	3,4
Pará	0	0	0,0	0,0
Paraná	1	9.450.000	2,6	2,0
Pernambuco	0	0	0,0	0,0
São Paulo	2	14.700.000	5,1	3,1
Santa Catarina	1	3.500.00	2,6	0,7
Rio de Janeiro	1	4.650.000	2,6	1,0
Rio Grande do Sul	1	3.150.000	2,6	0,7
Total	39	468.410.000	100,0	100,0

Source: Loureiro, 2020.

A critical analysis of the data reveals how the American used structures formally linked to the Alliance for Progress (AFP) in Latin America for geopolitical monitoring and strategic control. As already discussed, this stance stemmed from the context of the Cuban Revolution (1958), which fueled U.S. fears of a fall of Brazil to communism and, by extension, Latin America succumbing to counter-hegemonic movements—opposed to the dominant order.

It is important to highlight that such contesting groups were not limited to communists aligned with the Soviet Union. Recent research indicates little connection between Latin American organizations and the Soviet government at the time. In fact, U.S. intelligence reports dismissed the presence of communists linked to the USSR in Brazil.

The main concern focused on nationalist anti-American orientations, independent socialists, and local communist parties. However, as demonstrated by the ideological index created by the U.S. to classify Brazilian governors, none of them were categorized as communists — at most, as ultranationalists. This categorization, according to Loureiro (2020), was based less on objective criteria and more on political alignments.

Geopolitical selectivity becomes evident when analyzing the financial flows. During João Goulart's democratic government (1961-1964), data from

researcher Felipe Loureiro show that the federal government did not receive direct funding from the Inter-American Development Bank (IDB). The exception occurred in Northeastern states, where regional projects received federal support for economic initiatives in the sertão. According to Table 3.0, the Northeast received 33% of the AFP resources, while the remaining 67% was distributed to subnational entities.

This scenario changed dramatically after the 1964 coup. Between April 1964 and December 1969, the IDB granted 39 loans to Brazil, of which 53.8% (21 agreements) were directed to the federal government — now under a right-wing civil-military regime. In monetary terms, of the US\$ 468.4 million disbursed by the U.S. during this period, US\$ 342.9 million (73.2%) benefited the Union directly.

The abrupt change in priorities, which ignored technical protocols of multilateral institutions—such as the preference for agreements with central governments—exposes a clear political bias. Two factors reinforce this interpretation: first, international norms of the time made direct agreements between organizations like the IDB and subnational units difficult, especially in newly created institutions; second, the exception in the Northeast during Goulart's government was only tolerated due to collaboration from governors aligned with U.S. interests. After 1964, the centralization of resources in the federal government (now an ideological ally) confirmed the use of the AFP as a tool of influence, harming Brazilian democracy by financing an authoritarian regime.

Indeed, there was an anti-nationalist climate in the U.S. against Goulart's government. Felipe Loureiro (2020) explains that, during Goulart's tenure, the federal government did not receive a single loan from the Inter-American Development Bank (IDB), except through regional companies or institutions in the Northeast. The author concludes that there is a pattern:

[...]first, the strengthening of pro-U.S. governors who are strongly anti-communist to alter the balance of political forces in Brazil, forcing João Goulart's government to moderate its actions, assume commitments and agreements with these 'democratic' state leaders, and thus weaken or even break links with leftist segments, especially radical members of the left; second, financing projects in states whose leadership had real chances of becoming competitive candidates in the October 1965 presidential elections

(if Goulart managed to complete his term, of course), so that such projects could increase the popularity of these governors.” (LOUREIRO, 2020, p. 185, author’s translation).

The strategy described by Loureiro was completed with a third objective: the use of these strengthened state governments as a counterpoint of power and a safeguard, in case the government of João Goulart and his leftist allies advanced with measures considered anti-democratic. The articulation of the March 1964 coup demonstrated, in practice, the offensive function of the ‘islands of sanity. ‘The governors who received US aid not only gained popularity for future elections but also used their prestige and resources to lead the process of deposing the president. Thus, the very policy of ‘Islands of administrative sanity’ was one of the factors that allowed and shaped the ‘civil military’ character of the 1964 coup.

The final position of the researcher indicates that governors supported by the United States through the Alliance for Progress (AFP) gained greater intervention capacity in their regions, consolidating popularity and attracting popular support against dominant elites. These dynamic reinforced political leaders whose agendas confronted hegemonic movements, contributing to a scenario conducive to the 1964 coup in Brazil. The influence of these governors, strengthened by U.S. resources, was decisive in the overthrow of João Goulart’s democratic government (BORGES, 2007; LAGOA, 1983).

The U.S. not only recognized this mechanism but also encouraged it after 1964, as evidenced by data on loans and investments directed to the civil-military regime. Besides consolidating the Brazilian dictatorship, this support facilitated the spread of coups d’état in Southern Cone countries such as Argentina (1966 and 1976), Chile (1973), and Uruguay (1976).

These regimes, aligned with the National Security Doctrine (NSD)—formulated by Brazil’s Superior War College—prioritized territorial control, the suppression of civil liberties, and the fight against internal threats, such as social movements and groups classified as subversive (LAGOA, 1983, p. 14). According to Borges (2007, p. 20), the NSD emerged as a post-World War II military mindset project that prioritized national interests at all costs, legitimizing authoritarian interventions.

Although presented as a socioeconomic development program, the AFP operated as a geopolitical tool to contain communist and anti-American advances in the region. Sidney Lens (2006, p. 604) argues that the Alliance “did not make any revolution,” but instead consolidated U.S.-backed military regimes, while profits from private investments repatriated exceeded US\$ 9.5 billion in the 1960s. Vincent Bevins (2021) reinforces that the Brazilian coup was a milestone in the Cold War, establishing a transnational authoritarian model used to neutralize ideas considered subversive.

In the Brazilian Northeast, the primary focus of the AFP, USAID signed the Northeast Agreement with the SUDENE, but the activity of American officials was marked by cultural disconnection and prioritization of strategic interests. Joseph Page (1972) reports that Central Intelligence Agency (CIA) agents operated in the region under the guise of AFP collaborators, collecting information and monitoring political movements. Between 1963 and 1964, the number of CIA agents in the Northeast increased, reflecting the area’s importance for containing anti-American ideologies (Page, 1972).

The ideological selectivity of the AFP is exemplified by the “ideological index” created by the U.S. to classify Brazilian governors. Those aligned with capitalist interests received more resources, while independent or critical leaders were marginalized. After 1964, the Brazilian federal government—now authoritarian—absorbed 73.2% of the loans from the Inter-American Development Bank (US\$ 342.9 million out of a total of US\$ 468.4 million), contrasting with the total exclusion of funding during Goulart’s government (LOUREIRO, 2020).

According to Harvey Perloff (1969), the AFP “worked as a program ready to be shut down at any moment,” reflecting its lack of commitment to social goals. Gordon (1988) and Roett (1972) highlight that the program prioritized destabilizing democracies and strengthening local oligarchies, while Oliveira (2022) emphasizes that the Northeast became a laboratory for geopolitical intervention, where espionage and control actions overshadowed development investments.

Wiarda (1988) recognizes that the AFP generated infrastructure (roads, hospitals, schools), but failed to understand local realities, replicating European models that were inapplicable. Wionczek (1988, p. 136) criticizes the refusal of U.S. leadership to formulate specific solutions for Latin America, resulting in exorbitant debts and unfavorable economic agreements, such as those contracted by Brazil, Argentina, and Chile during dictatorships.

Despite its discourse of “social transformation,” the AFP fulfilled its unofficial objective: to prevent the rise of counter-hegemonic projects. According to Victor Alba, the Alliance was a “stillborn project” in terms of development but successful in containing communism, ensuring U.S. hegemony and the stability of allied regimes. The 1960s, far from being a period of revolution, consolidated an authoritarian cartography in Latin America, where democracies were replaced by dictatorships aligned with Washington’s interests.

CONCLUSION

*“LA ALIANZA PARA EL PROGRESO ESTÁ MUERTA”².
Victor Alba*

The analysis of the Alliance for Progress reveals a complex and ambivalent project, whose declared intentions of socioeconomic development often overlapped with geopolitical objectives of containing communism and maintaining U.S. hegemony in Latin America.

As demonstrated, the AFP was not an isolated initiative but rather the culmination of decades of U.S. intervention in the region, adapted to the urgencies imposed by the Cuban Revolution and the Cold War. The rhetoric of ‘development with social justice’ served as a veil for control strategies. This was evidenced by the selective distribution of resources, support for authoritarian regimes, and the destabilization of social movements and nationalist leaders.

² Full translation of the quote in English: “The Alliance for Progress is dead. What remains is a bureaucratic structure, mountains of mimeographed paper, a sarcastic smile on the lips of the oligarchs, and pangs of guilt on the part of the left-wing politicians who did not seize the Alliance and make it their own,” wrote Victor Alba in Mexico. In: SCHEMAN, R. The Alliance for Progress – A Retrospective. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 71.

The interdisciplinary character of this study, engaging with historians, political scientists, and diplomats, allowed for uncovering the multiple layers of this foreign policy. The bibliographic research highlighted how the AFP, despite generating some infrastructure, failed to promote profound and lasting social transformations, prioritizing political stability aligned with Washington's interests. The use of "ideological indices" to classify Brazilian governors and the allocation of funding to states and governments that conformed to the U.S. agenda are clear examples of how foreign aid was instrumentalized for political purposes.

The legacy of the AFP is, therefore, a critical reminder that international cooperation projects, when disconnected from a genuine commitment to self-determination and social justice, can become tools of intervention and subordination, shaping the political and social trajectory of entire nations in favor of external interests.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BEVINS, Vincent. **The Jakarta method: Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world**. New York, NY: PublicAffairs, Hatchette Book Group, 2020.

SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record Editora, 1962.

GORDON, Lincoln. **The Alliance at Birth: Hopes and Fears**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LENS, Sidney. *A Fabricação do império americano – Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961- 1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PERLOFF, H. S. **Alliance for Progress – A Social Invention in the Making**. Baltimore: John Hopkins Press, 1969.

RIBEIRO, R., A. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. Campinas: Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006.

ROETT, R. **The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

SANTAMARÍA, Carlos Sanz de. **Making the Alliance Work**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

SCHLESINGER, Arthur. **Myth and Reality**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

SPOHR, Martina. **American Way of Business**. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2020.

UPTON, T. Graydon. **The Early Days of the IDB: A Personal Reminiscence**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

WIARDA, Howard J. **Did the Alliance “Lost Its Way”, or Were Its Assumptions All Wrong from the Beginning and Are Those Assumptions Still with Us?** (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

CAPÍTULO 6

DIAGNÓSTICO ECOLÓGICO, SOCIOCULTURAL E AGRONÔMICO DE UMA PROPRIEDADE RURAL PRODUTORA DE MORANGO SEMI HIDROPÔNICO NA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Simone Braga Terra

Jean Samuel da Costa Braz

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-5

INTRODUÇÃO

A cultura do morango é uma das que mais crescem em produção no mundo e no Brasil, com demanda constante durante todos os meses do ano, tornando-se uma importante fonte geradora de renda para empresas de processamento da fruta e também para os produtores rurais (ANTUNES, 2021).

Dentre o grupo das pequenas frutas o morango destaca-se pela ampla distribuição e comércio. O fruto exerce forte atração para o consumo in natura devido às características de aroma, aspecto visual e sabor, sendo que a indústria privilegia e estimula esses fatores em seus produtos com o uso de corantes e aromatizantes, especialmente na fabricação de iogurtes, sucos, geleias, confeitados, polpas congeladas e cosméticos (ALMEIDA, 2009).

Essa pesquisa foi impulsionada pela constatação na mudança na forma de produção do morango, que anteriormente caracterizava-se pelo cultivo em canteiros confeccionados ao nível do solo, o que era desconfortável principalmente para pessoas de idade avançada que ficaram no campo, enquanto os mais jovens migraram para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de emprego e renda. Segundo Gonçalves (2016) a dificuldade ergonômica em manejar a cultura ao nível do solo e a escassez de mão de obra influenciaram para a migração do sistema produtivo, pois interfere diretamente na saúde do agricultor e qualidade do morango.

Uma alternativa para contornar esse problema é produzir morangos usando o sistema semi hidropônico dentro de um ambiente coberto com plástico agrícola e com bolsas preenchidas com substratos onde ficam dispostas as plantas, sobre bancadas suspensas. Nesse sistema o agricultor consegue trabalhar em pé, melhorando a ergonomia e o aspecto visual dos frutos.

Nesse cenário, é importante que o produtor rural que está se dedicando pela primeira vez à produção do morango em sistema semi hidropônico realize o diagnóstico detalhado da sua unidade de produção agropecuária (UPA), analisando variáveis técnicas, financeiras, sociais e ecológicas envolvidas nesse novo tipo de produção vegetal, para que qualquer tomada de decisão esteja de acordo com a realidade rural, evitando riscos de perdas e prejuízos.

Dentre os procedimentos de modalidades de trabalhos para realizar o diagnóstico de uma propriedade rural, uma alternativa é a compreensão da situação em que se encontra uma UPA, como visa a metodologia denominada Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA), utilizada desde 1995 pelo Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (PCT - INCRA/FAO) na elaboração de diagnósticos para diferentes microrregiões do Brasil (GARCIA FILHO, 1999).

A primeira etapa da metodologia de análise e diagnóstico é a leitura da paisagem, realizada através da apreciação das variáveis ecológicas do local, que possuem relação direta com as diversas formas de exploração e manejo do meio ambiente natural e com as práticas agrícolas utilizadas em uma determinada região.

Sabe-se que as paisagens agrárias oferecem informações importantes para o diagnóstico. Observando-as podem-se colher informações indispensáveis sobre as diversas formas de exploração e de manejo do meio ambiente e sobre as práticas agrícolas e suas condições ecológicas, além de compreender as razões históricas dessa diversidade (DUFUMIER, 2007).

Outra etapa da metodologia sugerida nesse trabalho é a entrevista histórica, realizada sempre com a matriarca ou o patriarca da propriedade rural ou com a pessoa que detém as informações que servirão de referência à história daquele local. Fatos socioculturais, como mudanças nas relações sociais,

formas de acesso à terra, estrutura fundiária, políticas públicas e condições econômicas gerais, podem ser levantados durante a entrevista histórica, visando fornecer hipóteses que expliquem uma possível capitalização ou descapitalização que culminou na forma de produção de um determinado agroecossistema.

A última etapa da metodologia de análise e diagnóstico é a avaliação criteriosa do subsistema produtivo dentro de uma UPA. Entende-se que toda a atividade agrícola é complexa, pois combina diferentes recursos (terra, disponibilidade de água e outros recursos naturais, insumos, equipamentos e instalações e mão de obra) com um conjunto de atividades distintas (preparo do solo, plantio, fertilização, controle de pragas e doenças, colheita, comercialização). Nessa combinação, existe um grande número de fatores que determinam as práticas agrícolas: o homem atuando na produção, a qualidade dos solos, o clima, as épocas de liberação dos financiamentos e as flutuações de preços, entre outros. Nesse sentido, até mesmo os estabelecimentos especializados em monocultura constituem sistemas de produção complexos (ARAÚJO WAGNER et al., 2010).

Assim, o conhecimento do conjunto de práticas agrícolas adotadas para o cultivo, aliado à percepção de aspectos humanos e econômicos da UPA, além de aspectos históricos e regionais, poderá ser suficiente para diagnosticar se existem problemas relacionados a esses sistemas de produção agrícola (PATIAS, 2008).

Optou-se pela análise com abordagem sistêmica de uma única unidade de produção agropecuária (UPA), o que configura um estudo de caso. De acordo com Robert Yin (2005), um estudo de caso é uma importante estratégia metodológica e deve ser significativo e completo, caracterizando-se por identificar o fenômeno estudado e seu contexto, realizando uma coleta de dados convincentes e relevantes para a pesquisa.

Diante do exposto, essa pesquisa teve como objetivo realizar o diagnóstico de uma propriedade rural produtora de morango em sistema semi hidropônico, caracterizando os componentes ecológicos (leitura de paisagem), socioculturais (entrevista histórica) e agronômicos (análise do subsistema) como forma de compreender a realidade rural, buscando verificar se o enfoque sistêmico constitui um modelo adequado para a análise da unidade produtiva da pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida durante um ano agrícola, entre setembro de 2023 e agosto de 2024, na região eco climática dos Campos do Sudoeste do Rio Grande do Sul, no município de Santana do Livramento na chamada Fronteira Oeste.

O mês com maior umidade relativa do ar foi junho (81,62%) e o mês com menor valor para essa variável foi dezembro (64,85%). A região apresenta normalmente uma temperatura média anual de 18,1° C, sendo janeiro o mês mais quente do ano com uma temperatura média de 29,3°C e julho o mais frio com a temperatura mínima de -1,0° C. A pluviosidade média anual em 2023 foi de 1.532 mm (CLIMATEDATA, 2023). No ano de 2024 o Instituto Nacional de Meteorologia aponta que desde o dia 1 de janeiro de 2024 até o último dado publicado em 31 de outubro de 2024, houve um total de pluviosidade de 1.433mm.

A unidade de produção agrícola (UPA) foco do estudo situava-se a cerca de 3,5 km do centro do município de Santana do Livramento, na rua Amélia Ladarte nº432, bairro Vila João Souto Duarte, com as coordenadas geográficas 30° 51'33.0"S, 55° 32'25.2" W (Figura 1) com elevação 184 metros e altitude 537 metros a.n.m.

Figura 1. Croqui da área da propriedade rural.



Fonte: <https://maps.app.goo.gl/spGvTcKjhbWkxsX8>

O objeto de estudo da pesquisa foi uma unidade de produção agrícola que cultiva morango em sistema semi hidropônico no interior de estufa plástica.

A área total da propriedade rural produtora de morangos era de 1.000 m² (delimitado em azul na Figura 1), dos quais 700 m² é destinado para a distribuição das três estufas de cultivo semi hidropônico de morango (delimitado em amarelo na Figura 1). Nos 300 m² restantes estão distribuídos a moradia dos proprietários (delimitado em vermelho Figura 1) com piscina, garagem e um playground para as crianças (0,12 ha), uma área aberta de lazer da família, além de uma área de floresta nativa utilizada para quebra ventos na direção Norte-Sul.

Essa pesquisa foi baseada em parte na metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA) (INCRA/FAO) que visa, através do enfoque sistêmico de uma unidade de produção agropecuária, o levantamento de características ecológicas, sociais, culturais, econômicas e agronômicas das unidades de produção agrícola como forma de compreender a realidade rural (GARCIA FILHO, 1999).

O objetivo da metodologia de análise e diagnóstico consiste em identificar todas as características presentes na unidade de produção agrícola selecionada, bem como as dificuldades enfrentadas pelo agricultor, de que forma reage a essas vicissitudes e quais são as perspectivas para o futuro da produção de morango na escala analisada. Cabe enfatizar, todavia, que apesar de fornecer uma análise conectada com a realidade do recorte rural estudado, esta análise não é definitiva, mas sim o retrato de um momento preciso que deve ser continuamente atualizado, a partir das alterações do ecossistema cultivado e das sucessivas transformações do sistema social, técnico e produtivo.

A pesquisa foi pautada também sobre a análise de fontes secundárias, constituídas tanto por obras (livros e artigos) que versam sobre a conjuntura histórica em que se deu a formação e a organização da produção morangueira em Santana do Livramento e no Rio Grande do Sul, quanto em dados estatísticos oriundos de cadastros e censos.

Este trabalho contemplará uma coleta de dados quantitativos e qualitativos que abordam questões ambientais, sociais, culturais e agronômicas que

possam ter influenciado na mudança para o atual sistema produtivo na UPA analisada, que atualmente dedica-se à produção de morango em sistema semi hidropônico.

Segundo Silveira e Córdova (2009) a abordagem qualitativa da pesquisa científica possui a finalidade de deixar o mundo visível ao observador por meio de um conjunto de técnicas interpretativas. A utilização da pesquisa qualitativa no campo da Administração é construída dentro de contextos históricos, humanos e sociais, situando o sujeito no seu contexto.

A pesquisa qualitativa também tem o fundamento de analisar resultados referentes à descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecimentos de variáveis, bem como opiniões e relações dos agricultores com as atividades agropecuárias (GIL, 1999).

A pesquisa também pode ser enquadrada no método de enquete ou pesquisa exploratória, uma vez que é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Da mesma forma, dizemos que é uma pesquisa descritiva porque expõe características de determinada situação.

Uma enquete consiste em um levantamento de opiniões ou percepções representativas de um grupo sobre um determinado assunto de interesse. Diferentemente das pesquisas que são realizadas com metodologias consagradas e, portanto, seus resultados podem ser extrapolados para toda a população, a enquete é uma sondagem com pouco rigor metodológico e a média das opiniões reflete a opinião somente daqueles que responderam as questões (GIL, 1999).

A coleta dos dados na unidade de produção agrícola foi realizada entre os meses de setembro de 2023 a agosto de 2024, através de um itinerário técnico de questões quantitativas e qualitativas pré-determinadas.

Para a análise global da unidade de produção foco do estudo, deve-se ter o entendimento de que esta pode ser considerada como constituinte de um sistema complexo e aberto, a partir do modelo de Stamberg (2017). Partindo deste pressuposto, os princípios metodológicos gerais para a análise da UPA requerem uma abordagem sistêmica em níveis decrescentes, pautando-se pelo princípio da progressividade (passos progressivos), explorando o ambiente e

observando a realidade, partindo-se do geral para o particular, com objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica das atividades agrícolas presentes na unidade de produção.

- LEITURA DE PAISAGEM

Envolve basicamente a caracterização ecológica e do capital natural, como as estradas de acesso, características edafoclimáticas (clima, solo e relevo), vegetação nativa e exótica existente e condições referentes à disponibilidade de água (presença de rios, açudes, nascentes, lagoas), combinadas com outros recursos disponíveis (estradas, infraestrutura, energia elétrica, presença de escolas e armazéns, sinais de capitalização ou descapitalização no entorno).

- ENTREVISTA HISTÓRICA

O resgate social e histórico se torna essencial para conhecer minimamente a trajetória percorrida e compreender o estágio atual dos componentes da família dentro da unidade de produção produtora de morango semi hidropônico, buscando identificar os fatores que influenciaram ou condicionaram os critérios de decisão adotados, bem como estabelecer diretrizes estratégias de organização da produção. Ao final dessa etapa, deverá ser identificado o agricultor e a categoria social a qual pertence (tipologias).

- CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA: ANÁLISE DO SUBSISTEMA

Foram levantados dados referentes aos fatores de produção terra (área disponível) e informações agronômicas pertinentes ao cultivo do morango (caracterização do sistema produtivo, cultivares utilizadas, ciclo de cultivo, empresa fornecedora das mudas, tratos culturais realizados, substratos, sistema de fertirrigação, manejo fitossanitário de pragas e doenças, força de tração mecanizada), mudanças no sistema produtivo no decorrer do tempo.

Dados complementares sobre a forma de cultivo (anterior e atual) e as tecnologias utilizadas (anterior e atual).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura da paisagem da unidade de produção agrícola (UPA) foco deste relatório ocorreu entre os anos de 2023 e 2024.

O escoamento da produção era realizado semanalmente pelo proprietário da UPA, tendo como foco os consumidores particulares da fruta, comércios locais e pequenas empresas produtoras de doces, geleias e bolos.

A estrada de acesso à propriedade rural se encontrava em boas condições de trafegabilidade, já que além da propriedade rural estar inserida no perímetro urbano, existem 200 m de calçamento de pedra tipo paralelepípedo e um pequeno trecho de estrada de chão de terra batido. A adequada condição do acesso poderá facilitar o escoamento dos morangos produzidos na UPA para o comércio local.

A qualidade da estrada é de suma importância para o escoamento de frutas sensíveis na pós colheita, como o morango, impactando drasticamente na qualidade do produto. As vibrações causadas pelas más condições da via podem influenciar negativamente na qualidade do produto a ser entregue para o consumidor (SILVA, 2022).

No deslocamento em direção à UPA percebeu-se a presença de árvores nativas e exóticas, como pitangueira (*Eugenia uniflora*), salso (*Salix babylonica*), aroeira (*Schinus terebinthifolia*), eucalipto (*Eucalyptus sp.*), plátanos (*Platanus sp.*) e cinamomos (*Melia azedarach*), entre outros. Como a UPA está localizada na zona central no município, algumas das espécies vegetais citadas são típicas do plantio em perímetro urbano, mesmo que erroneamente escolhidas em função do porte alto e problemas das raízes que aflorarem no solo e causam problemas de mobilidade, acidentes e transtornos na rede elétrica pública.

Percebeu-se que a distância entre as moradias próximas da UPA foco dessa pesquisa é praticamente nula, por se tratar de zona urbana com casas e propriedades do tipo “sítio”, muito perto umas das outras, o que de certa forma auxilia no cuidado relativo à segurança entre vizinhos, diminuindo a possibilidade de ocorrência de furtos e roubos através dessa rede de apoio comunitário.

Ressalta-se que, apesar da proximidade com o centro urbano e vizinhança, nunca foi relatado nenhum caso de subtração dos morangos produzidos na UPA.

Próximo à propriedade identificou-se presença de torres de energia da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), além da presença de vários comércios, como padarias, postos de gasolina, açougues, barraca de comercialização de lãs, igrejas de religiões distintas e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ivonete Leguisaman. Sugere-se que a existência de diversos tipos de comércios, além da escola citada, poderá influenciar no desenvolvimento local.

Segundo Garcia Filho (1999), para identificar e observar a evolução da região de uma UPA devemos analisar os investimentos ao redor da propriedade rural, como a implementação de mercados locais, evolução da estrutura fundiária e acesso à propriedade, instalações de agroindústrias ou de equipamentos de armazenagem e crescimento demográfico.

Ao chegar no interior da UPA, de imediato notou-se que o relevo pode ser classificado como fortemente ondulado (em torno de 20 a 25% de declividade), apresentando morros e coxilhas (Figura 2).

Figura 2. Vista dos morros e coxilhas da UPA.



Fonte: Autores (2024)

Segundo Spode (2014) coxilhas são denominadas como elevações arredondadas e de pequena altitude que se destacam na área peneplanizada, cuja cumeada se apresenta, quando vista de longe, com aspecto de uma faca (*cuchilla*

em espanhol), vistas do alto. O mesmo autor cita que as coxilhas se assemelhavam a um mar de morros, com topos arredondados e flancos suaves.

Apesar do relevo fortemente ondulado, isso não pareceu ser um impedimento nem para a produção dos morangos, nem para o escoamento das frutas da propriedade, já que as estufas plásticas foram construídas em solo adequadamente nivelado.

O solo do local do subsistema em estudo foi caracterizado como sendo areno argiloso, contendo cerca de 57,14% de areia e 42,85% de argila, sendo um solo com formação proveniente do arenito, típico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

A cobertura vegetal natural do solo no interior da UPA era constituída por gramíneas, como o capim forquilha (*Paspalum notatum*) e o capim melador (*Paspalum dilatatum*), entre outras espécies. Grande parte do solo também estava coberto pela grama larga cultivada em jardins da espécie São Carlos (*Axonopus affinis*), não percebendo-se sinais de solo erodido ou degradado.

Em relação ao fornecimento de água, a UPA conta com uma rede de abastecimento do município via Departamento de Água e Esgotos (DAE) que provê toda a propriedade, tanto a casa quanto a produção dos morangos dentro da estufa plástica. Há também água provinda de dois poços artesianos, que servem para irrigação dos morangos em caso de falta de água da rede municipal.

Em relação ao grau de tecnologia percebido na UPA até o momento e que será confirmado na etapa da Entrevista Histórica, pode ser considerado alto, já que existe um adequado conhecimento técnico por parte do dono da propriedade, uma vez que o mesmo possui formação como Engenheiro Agrônomo, além de atuar na secretaria Municipal da Prefeitura de Santana do Livramento, unindo experiência prática e novas tecnologias adotadas. Além disso, percebe-se que o proprietário busca agregar maior otimização na produção agrícola através da adesão às novas cultivares de morango adaptadas a região, melhoria na construção e reparos das estufas e pesquisa de insumos para redução de custos e qualidade das pequenas frutas.

Fica evidente que um agricultor que possui conhecimento técnico prévio na área de interesse ou uma formação específica, em conjunto com um investi-

mento inicial em tecnologias que podem beneficiar a produção, tem uma maior taxa de sucesso no empreendimento, se distinguindo de outros produtores artesanais que possuem conhecimento empírico e recursos limitados (GARCIA FILHO, 1999).

O mesmo autor ressalta que muitos agricultores podem trabalhar em iguais condições geográficas e ambientais, porém o que poderá agregar sucesso num determinado sistema produtivo são os recursos financeiros, acesso à informação, nível de investimento e capitalização, disponibilidade de mão de obra e conhecimento adquirido.

A entrevista histórica foi realizada durante os meses de abril e maio de 2024 e foi concedida pelo patriarca da família e produtor dos morangos em sistema semi hidropônico. A entrevista histórica ocorreu de forma participativa, deixando o entrevistado à vontade para comentar o que lhe conviesse.

O atual sistema familiar componente da unidade de produção estudada teve sua origem em meados de 2010, a partir da compra da atual propriedade rural foco dessa pesquisa, visto que a antiga proprietária estava vivenciando problemas financeiros e deu preferência para o entrevistado na compra, pois este já era seu vizinho. Portanto, a motivação da compra por parte do entrevistado estava relacionada à localidade e familiaridade com a UPA.

Silva et al. (2021) ressalta que as unidades de produção agrícolas são formatadas pelos agricultores e produtores rurais, que organizam suas atividades produtivas a partir de suas condições materiais e de seu legado cultural, étnico e social.

Em 2019 foi implantada definitivamente a produção de morangos em sistema semi hidropônico dentro de ambiente protegido, onde foram construídas três estufas plásticas cobertas com plástico agrícola, abrigando aproximadamente sete mil plantas de morangueiro.

Segundo Endo (2018) uma propriedade que trabalha com a diversificação de culturas, sendo duas ou mais, possui produção agrícola o ano todo, não ficando refém de uma boa safra de alguma cultura e gerando uma maior segurança financeira.

Além disso, podemos citar que o sistema de produção diversificado é importante também no quesito ambiental, mantendo a conservação do solo e sendo menos dependente de insumos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes, permitindo uma qualidade de vida melhor (STROPARO, 2023).

Sobre eventos climáticos que foram problemas no passado, o entrevistado comenta que no ano 2023 ocorreram danos causados pelo vento, onde o plástico da estufa maior teve de ser substituído. Porém, o entrevistado também tem consciência de que eventos climáticos adversos serão cada vez mais frequentes na nossa realidade e por Santana do Livramento encontrar-se em uma região de extremos climáticos, essa preocupação aumenta.

Entre setembro e novembro de 2023¹ uma forte tempestade atingiu o Rio Grande do Sul e em Santana do Livramento², esse fenômeno é chamado de Complexo Convectivo de Mesoescala e trouxe ventos de alta velocidade, chuvas volumosas e granizos. O fenômeno foi responsável por grandes enchentes e destruições em massa por causa do vento.

Em maio de 2024 novos eventos climáticos assombraram o estado do Rio Grande do Sul, e segundo a Emater e o Governo do Estado (2024), as perdas foram inimagináveis, afetando também a produção de frutíferas como o morango. Dados apontaram que o morango teve aproximadamente 200 hectares comprometidos pelas enchentes e afetou cerca de 428 produtores. Isso revela que eventos climáticos estão cada vez mais frequentes no Rio Grande do Sul e no mundo.

Com o sistema de produção da UPA é o cultivo protegido de morangos em sistema semi hidropônico, a maior preocupação do proprietário e sua família foi a degradação das estufas plásticas, não apenas pelo tempo de utilização, pois a vida útil do plástico agrícola de cobertura é de cerca de três anos, mas também pelo vento, estiagem, excesso de chuvas, temporais, etc. Segundo o

1 Notícias do Globo.com em 16 de novembro de 2023: "Violento e destrutivo: entenda o fenômeno que gerou mega tempestade e deixou mortos e feridos no RS". (<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/11/16/violento-e-destrutivo-entenda-o-fenomeno-que-gerou-mega-tempestade-e-deixou-mortos-e-feridos-no-rs.ghtml>)

2 Notícias do Jornal A Plateia em 22 de novembro de 2023: "Temporal destrói galpão da usina eólica em Livramento" (<https://www.aplateia.com.br/2023/11/22/temporal-destroi-galpao-da-usina-eolica-em-livramento/>)

proprietário, a principal ameaça climática do subsistema estudado são os efeitos danosos dos ventos da direção sul, ameaça essa que está sendo diminuída com barreiras naturais e/ou artificiais (quebra ventos).

O entrevistado possui formação em nível superior completo em Agronomia na Universidade da Região da Campanha (Urcamp), campus Bagé, concluído no ano de 2004, e atualmente é funcionário concursado da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, no cargo de Engenheiro Agrônomo.

Ao final da entrevista histórica e em virtude do que foi levantado nessa etapa, pode-se afirmar que a tipologia do produtor rural dessa pesquisa é classificada como capitalista ou empresarial, pois apesar da mão de obra ser constituída por ele com contratação esporádica em determinadas épocas do ano (colheita, pulverizações, tratos culturais), o subsistema caracteriza-se por ter pouca diversificação na produção (o produto carro chefe são somente os morangos), a gestão da UPA é realizada por profissional com curso superior, possui alto investimento em tecnologia (estufas plásticas, sistema semi hidropônico, automatização, fertirrigação) e tem elevada interação com os mercados (investe em insumos, adubos e caldas protetoras, renova as mudas anualmente, mercado dinâmico e constante de venda aos consumidores).

Segundo Ploeg (2006) a tipologia de produtor rural do tipo capitalista ou empresarial se caracteriza por um elevado grau de mercantilização, centralidade do empreendedorismo, alto nível de tecnologias mecanizadas e um estilo de desenvolvimento visando sempre o aumento na escala de produção.

O subsistema analisado nesse projeto de pesquisa foi o cultivo de morango em sistema hidropônico, que é caracterizado pela produção da fruta em bancadas suspensas, com substratos e fertirrigação. É um sistema de alta tecnologia, tanto na parte produtiva, quanto no sistema de irrigação e adubação, resultando em um alimento de elevada qualidade comercial (Figura 3).

Figura 3. Visão geral do cultivo de morango em sistema hidropônico em bancadas suspensas.



Fonte: Autores (2024)

Com o passar dos anos o cultivo de morango foi se atualizando e, segundo Richter (2018), os produtores migraram para o sistema semi hidropônico em função da produção em bancadas suspensas longe do solo, o que ocasionou um ambiente com menos infestações de fungos e doenças, gerando uma produção mais uniforme e de melhor qualidade.

A produção de morango em sistema semi hidropônico é caracterizada pelo cultivo em slebs contendo substratos, em bancadas suspensas no interior de um ambiente protegido coberto plástico agrícola. Esse sistema melhora as condições de trabalho dos produtores (ergonomia), diminuindo a mão de obra e facilitando a colheita. Além disso, o sistema ajusta o fornecimento de água e nutrientes, evitando perdas excessivas (CONTE, 2017).

De acordo com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI, 2020) o cultivo de morango em sistema semi hidropônico superou a antiga forma de produção da fruta em túneis baixos, que demandava mais mão de obra e mais cuidados fitossanitários, já que esse novo sistema é mais fácil de manejar, adequado para pequenas áreas e possui alta densidade econômica.

Os morangos no subsistema estudado eram produzidos no interior de estufa plástica. As três estufas existentes na UPA possuíam o teto em arco no for-

mato de parábola invertida, com medidas distintas, sendo uma com dimensões de 40 m de comprimento x 5 m de largura e as duas outras com dimensões de 45 m de comprimento x 7 m de largura, todas com teto em formato de arco (semi circular), cobertas com plástico agrícola 150 micras (Figura 4). O plástico utilizado na cobertura das estufas foi o polietileno agrícola de baixa densidade (PEBD).

Figura 4. Vista do teto em arco das estufas plásticas.



Fonte: Autores (2023)

As estufas plásticas podem ser construídas com o modelo do teto em duas águas (capela) ou teto em arco (semi círculo). Porém, no modelo do teto em arco utiliza-se menos material para a construção, o que significa menor custo e mão de obra, além do menor sombreamento no interior do ambiente.

Para a construção da estrutura foram utilizados postes de madeira de eucalipto e arcos em aço galvanizado. As estufas foram reformadas no ano de 2023, onde o plástico agrícola do teto foi substituído, devido aos danos causados pelo vento nesse ano. Estima-se que o valor das três estufas plásticas esteja em torno de 90 mil reais (cerca de 30 mil reais cada estufa).

Para a construção de uma estufa plástica bem resistente e eficiente, detalhes como o alinhamento dos esteios centrais e laterais devem ser observados, evitando utilizar madeiras comprometidas e realizando anualmente manutenções na parte plástica da estufa (LEAL, 2010).

As mudas dos morangos utilizadas foram compradas nas seguintes cultivares comerciais: San Andreas (Figura 5) e Albion (Figura 6). Essas mudas cultivadas na UPA são provenientes da Argentina e Espanha.

Figura 5. Variedade San Andreas em cultivo.



Fonte: Autores (2024)

Figura 6. Variedade Albion em cultivo.



Fonte: Autores (2024)

A cultivar Albion foi lançada em 2006 e tem origem na Universidade da Califórnia, EUA. Essa cultivar é que é mais doce, menos produtiva e apresenta resistência a murcha de verticillium (*Verticillium dahliae*) e podridão da coroa (*Phytophthora cactorum*). É amplamente adaptada às mais diversas condições de cultivos do Brasil, apresenta bom rendimento em sistemas protegidos e cultivo fora do solo, além de ter moderados níveis de acidez (ANTUNES, 2019).

Já a cultivar San Andreas é menos doce e mais produtiva, caracterizando-se por ser moderadamente resistente ao oídio (*Sphaerotheca macularis*), antracnose (*Colletotrichum fragariae* e *Colletotrichum acutatum*). Tem origem

da Universidade da Califórnia, EUA e foi lançada em 2009. Apresenta características pouco vigorosa, frutas simétricas e de alta qualidade, bom sabor e aparência e qualidade superior a Albion no início da temporada. Apresenta elevado rendimento em cultivo fora do solo (ANTUNES, 2019).

O ciclo da cultivar Albion desde o transplante até a colheita é de aproximadamente 70 dias. Já a cultivar San Andreas apresenta um ciclo produtivo de 50 dias, sendo considerada muito mais precoce em relação a cultivar Albion.

Os morangos utilizados na UPA são de dias neutros, com aproximadamente 15 a 24 meses de produção ininterrupta ao longo do ano, o que garante frutos para comercialização mesmo na entressafra. O proprietário ressalta que as variedades de dias neutros são melhores na adaptação em Santana do Livramento, em função da grande variação térmica no município. O entrevistado ressaltou que, caso fosse utilizada a variedade de dias curtos, não teria morangos para o mercado durante o verão.

Segundo Strassburger et al. (2010) no Brasil, atualmente, a produção de morangos é em grande parte dominada pelo uso de cultivares de morangueiro de dias curtos. Estas cultivares, em condições de temperaturas elevadas e de dias longos, têm maior crescimento vegetativo em detrimento do reprodutivo. Os mesmos autores ainda descrevem que cultivares de dias neutros, em comparação com as de dias curtos, possuem maior produção durante os períodos mais quentes do ano, uma vez que tem menor sensibilidade aos estímulos como fotoperíodo e temperatura, emitindo menos estolões e, conseqüentemente, prorrogando o período de frutificação.

As mudas dos morangos foram adquiridas da empresa Irrigafértil® a um valor unitário de R\$1,50 reais, encomendadas em junho do ano de 2019. As mudas vieram acondicionadas em caixas enroladas em plásticos e em caixas térmicas, vindo totalmente refrigeradas desde a saída da empresa até o local de entrega. Para as dimensões da estufa foram adquiridas 4.000 mudas, cultivadas no espaçamento 0,18 m entre plantas e 1,50 m entre as fileiras.

A muda é um dos insumos mais importantes no sistema de produção. Portanto, a obtenção de mudas de elevada qualidade e com garantia fitossanitária, irá facilitar na obtenção de melhores resultados através das tecnologias

empregadas no processo de produção, pois está diretamente ligada com a produtividade e qualidade da fruta (COCCO, 2014).

Quando chegavam na propriedade as mudas eram imediatamente refrigeradas em câmara fria e antes do plantio passavam pela poda do excesso das raízes, realizada com tesoura para que todas ficassem padronizadas em 10 cm de comprimento, que é suficiente para adequada absorção de água e nutrientes.

A poda das raízes do morangueiro é uma tarefa que visa a padronização radicular das mudas para a retirada de raízes velhas, apodrecidas e emaranhadas (CAMARGO, 2010).

Um trato cultural realizado pelos funcionários era a limpeza das mudas quando adquiridas da empresa fornecedora, removendo-se as todas as folhas velhas, com manchas ou doentes, permanecendo somente as folhas saudáveis. Cada muda de morangueiro era plantada nos slebs com três folhas definitivas e 10 cm de raiz.

A remoção das folhas velhas e doentes auxiliam na emissão de folhas novas e saudáveis, diminuem a incidência de inóculos de doenças foliares, facilitam a colheita e melhoram a circulação de ar no interior da planta (BACKES, 2020).

Conforme já ressaltado, o subsistema produtivo de morangos em sistema semi hidropônico é caracterizado pelo uso de substratos como meio de cultivo, onde o material utilizado era

A casca de arroz é muito encontrada em regiões produtoras de arroz e vem sendo utilizada como um componente do substrato. Após o processo de carbonização ela é integrada a outros materiais, como a vermiculita para a formulação do substrato. Segundo Kratz (2016) a casca de arroz carbonizada tem uma baixa densidade, facilitando a porosidade total do substrato, proporcionando uma melhor drenagem e melhor aeração do sistema radicular da muda.

Os slebs, ou as bolsas plásticas onde os morangos eram cultivados, foram adquiridas nas mesmas empresas produtoras dos substratos citadas anteriormente. Cada sleb possui as seguintes dimensões: 0,30 m de largura por 1,5 m de comprimento (Figura 7).

Figura 7. Slebs contendo substrato.



Fonte: Autores (2024)

Para a irrigação e adubação das plantas foi utilizado o sistema de fertirrigação, onde há a adição de água juntamente a um fertilizante líquido. Os morangueiros eram fertirrigados cerca de quatro vezes ao dia no verão, já que nessa época do ano a temperatura tende a ser mais elevada. No inverno a irrigação era realizada três vezes ao dia, por aproximadamente 3 minutos.

A fertirrigação é uma das práticas mais importantes na produção de morango, visto que essa prática constitui na adubação do morangueiro através da água, levando os nutrientes diretamente a raiz da planta, ocasionando em uma prática mais automatizada e com maior riqueza nutricional, resultando na qualidade dos frutos e no aumento da produtividade (NACHTIGALL, 2016).

A adubação dos morangos via fertirrigação no interior da estufa era calculada com base no rótulo do fertilizante mineral Ferti Base® sendo utilizado um litro para cada 1.000 litros de água. O fertilizante era aplicado uma vez ao dia, na primeira irrigação do dia, pelo turno da manhã. Esse fertilizante é importante fonte de nitrogênio, cálcio e ferro.

De acordo com Belge et al. (2017) o morangueiro é uma planta exigente em nitrogênio, cálcio e ferro, pois esses nutrientes contribuem para o desempenho de diversas funções fisiológicas fundamentais da planta, potencializa o

crescimento das raízes e atua nos processos relacionados com as alterações na composição química e física dos frutos.

O cultivo dos morangos hidropônicos na estufa plástica da UPA em questão pode ser considerado como convencional, pois nesse cultivo são usados insumos químicos, como adubos de alta solubilidade via fertirrigação. Para o controle de pragas e doenças não eram utilizados nenhum tipo de agrotóxico, somente com inseticidas biológicos a base de patógenos (fungos).

O cultivo convencional se caracteriza pelo processo de produção baseado no emprego de adubos químicos de alta solubilidade e agrotóxicos, além de sementes híbridas ou transgênicas (EMBRAPA, 2021).

As pragas e as doenças que ocorreram nos morangueiros foram o pulgão (ordem Hemiptera), tripses (ordem Thysanoptera) e lagarta (ordem Lepidoptera).

Segundo Rebelo (2022) o pulgão é uma praga frequentes na produção de morango. A aplicação de produtos biológicos a base de fungos como o *Beauveria bassiana* e o *Metarhizium anisopliae* é bastante utilizada. Já no caso da lagarta, uma prática importante para controle é a limpeza das folhas velhas que ficam em contato com o substrato, além do desbaste de plantas que podem estar infestadas e não são produtivas. O mesmo autor cita também que os tripses são encontrados no morangueiro em períodos de altas temperaturas e ausência de chuvas.

As doenças que ocorreram nos morangueiros foram causadas pelo mofo preto (*Stachybotrys chartarum*) e antracnose (*Collectotrichum truncatum*).

A antracnose é uma das principais doenças do morango, ataca normalmente o caule, estolões, folha, flores e o fruto da planta. Essa doença ataca normalmente em períodos que a temperatura está amena e com uma alta umidade (REIS, 2011).

O morango é uma fruta que não se recomenda a aplicação de agrotóxicos, devido ao alto período de carência ou intervalo de segurança desses produtos químicos, que é estabelecido conforme a legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Nesse contexto, é importante que no cenário de produção de morango seja orientada a utilização de produtos com princípios ativos biológicos, que normalmente não possuem intervalos de segurança (KARLINSKI, 2023).

O proprietário da UPA utilizava os produtos biológicos por não possuírem intervalo de segurança, já que a colheita do morango era realizada semanalmente (a cada três dias, em média).

A forma de cultivo dos morangos sempre foi realizada dentro do ambiente protegido em bancadas suspensas, caracterizando um sistema semi hidropônico, com adubação via fertirrigação e tratos culturais específicos. Porém, algumas mudanças foram observadas no decorrer do tempo.

Mudas importadas de alto potencial genético foram adquiridas no decorrer do tempo, desde o início do cultivo até hoje, percebendo-se uma melhoria no potencial genético e qualidade dos frutos de morango.

Também foi adotado o uso de aplicativo (WhatsApp) para auxiliar as vendas, de forma que os clientes fazem contato, realizam seus pedidos (quantidade, local e horário de entrega) e o morangos recém colhidos eram embalados em bandejas de isopor e lacrados com material plástico posterior comercialização.

É comum perceber produtores ampliando ou mudando seu sistema produtivo ao longo do tempo, isso ocorre devido ao aumento de demanda pelo produto, necessitando uma ampliação de espaço e um aumento na mão de obra (GARCIA FILHO, 1999).

Segundo Sabonaro (2020) a inovação e modernização de um produtor é um fator crucial para atender as demandas de produção e aumentar a renda. Porém, poucos produtores possuem recursos financeiros para modernizar sua produção, buscar avanços tecnológicos e investir em conhecimento técnico.

No caso da propriedade analisada, o entrevistado conseguiu garantir uma reserva financeira para ampliar os negócios, aumentando o número de estufas plásticas na UPA. Além disso, o fato de possuir um elevado conhecimento técnico agregou um aumento de nível tecnológico na produção dos morangos, resultando em maior qualidade da fruta, comercialização garantida e frequente no município.

CONCLUSÕES

Considerando os resultados obtidos a partir do estudo da dinâmica de organização e funcionamento da unidade de produção, moldada pela aplicação da metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA) (GARCIA FILHO, 1999) nesse estudo, na perspectiva da abordagem sistêmica, se constitui numa ferramenta de gestão factível e adequada, pois permite a compreensão da realidade rural a partir do diagnóstico ecológico, socioculturais e agrônômico, possibilitando estabelecer diretrizes para a organização de uma unidade produtiva em função da abrangência e da profundidade que esses instrumentos metodológicos concedem aos estudos que deles se valem.

No entanto, deve ficar claro que essa representação moldada no modelo proposto serve como ferramenta para pensar sobre a realidade rural e não tomar o modelo como uma realidade padrão, ou pior, cair no reducionismo e na simplificação quando se tenta explicar o todo sem estudar suas partes constituintes.

Neste aspecto, torna-se fundamental considerar a importância do conhecimento das especificidades de organização e funcionamento de cada subsistema presente em uma propriedade rural, de modo que a gestão da unidade de produção precisa ser delineada levando em consideração a diversidade e complexidade nas inter-relações entre os elementos constituintes presentes na unidade de produção objeto de estudo.

Após a análise do subsistema foco dessa pesquisa, ressalta-se que é inegável a importância do cultivo do morango em Santana do Livramento em função da elevada demanda pela população, que consome de forma in natura, como sobremesa, recheio e decoração de tortas e bolos ou através de múltiplas maneiras de processamentos. Em função dessa demanda, foi constatado que entre os anos de 2023 e 2024 o município contava com aproximadamente 17 estabelecimentos produtores de morango.

Porém, fatores limitantes puderam ser verificados ao longo dessa pesquisa, ressaltando-se a necessidade de investimento em genética das mudas de morango, adoção de tecnologia avançada para a produção hidropônica e escassez de mão de obra para os tratos culturais e colheita em Santana do Livramento.

Além disso, os eventos climáticos ocorridos nos anos de 2023 e 2024, com fortes ventos, temporais e enchentes no Estado que refletiram em problemas de ordem financeira, social e ambiental para todos os municípios são fortes limitações às atividades agropecuárias, onde o cultivo de morango em estufa plástica também foi sensivelmente afetado pela destruição direta das plantas e da infraestrutura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. R. 2009. Zoneamento Agroclimático para Produção de Morango no Rio Grande do Sul. Pelotas, Embrapa. 28p. (**Documentos / Embrapa Clima Temperado**, 283).

ALVES, A. S. **Caracterização agronômica de genótipos de morangueiro oriundos do programa de melhoramento da Embrapa: cultivo no solo e influência do tempo de permanência das mudas no viveiro.** 2023. *Dissertação (Mestrado)*, Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Pelotas.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. A METODOLOGIA SISTÊMICA NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia; MG, v. 20, n. 1, p. 125-137, jun. 2008.

ANTUNES, L. E. C.; BONOW, S. Morango: produção aumenta ano a ano. **Revista Campo e Negócios**. Pelotas, p. 87-90. 2021.

ANTUNES, L. E. C.; JUNIOR, C. R. 2019. Recomendação da Utilização do Sistema de Produção Fora de Solo para Morangueiro. Pelotas, Embrapa. 12p. (**Circular Técnica**, 203).

ANTUNES, L. E. C.; JUNIOR, C. R.; SCHWENGBER, J. E. 2016. MORANGUEIRO. Brasília, DF. Embrapa. 589p. (**Embrapa Informação Tecnológica**, 1).

ARAÚJO WAGNER, S.; GIASSON, E.; MIGUEL, L. A.; MACHADO, J. A. D. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

BACKES, D. B.; COCCO, C.; SCHILDT, G. W. Poda de renovação para segundo ciclo produtivo e origem da muda de morangueiro. **Rev. Elet. Cient. da UERGS**, Porto Alegre; RS, v. 6, n. 2, p. 110-119, mar. 2020.

BECKER, T. B. QUALIDADE DE MORANGOS EM CULTIVO SEM SOLO SOB DIFERENTES SOLUÇÕES NUTRITIVAS. **Scientia Rural**, 2020. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1130153/1/1541-3961-1-PB-1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BELGE, B.; GOULAO, L. F.; COMABELLA, E.; GRAELL, J. I. L. Refrigerated storage and calcium dips of ripe ‘Celeste’sweet cherry fruit: Combined effects on cell wall metabolism. **Scientia Horticulturae**, Lisboa, Portugal, v. 219, n. 1, p. 182-190, mai. 2017.

BONFIM, F. F.; TURIN, F. A. M.; BONFIM, R. F. **Irrigação automatizada para cultivo de morango**. 2023. *Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)*, ETEC Philadelpho Gouvêa Netto, Curso Técnico em Automação Industrial, São José do Rio Preto.

BUENO, T. R.; BEZ, F. S.; RIGHI, E.; ANTUNES, L. E. G.; DRAWANZ, B. B. Proposta de modelo de estufa tipo túnel baixo para o cultivo de morangos semi hidropônicos em pequenas áreas. **Research, Society and Development**, Vacaria; RS, v. 11, n. 16, 11p., nov. 2022.

CAMARGO, L. K. P.; RESENDE, J. T. V. Desempenho produtivo e massa média de frutos de morangueiro obtidos de diferentes sistemas de cultivo. **Ambiência Guarapuava**, PR, v. 6, n. 2, p. 281-288, mai. 2010.

CLIMATEDATA. **Clima Santana do Livramento**. 2023. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-grande-do-sul/santana-do-livramento-43772/>. Acesso em: 26 julh. 2024.

COCCO, C. **Produção e qualidade de mudas e frutas de morangueiro no Brasil e na Itália**. 2014. *Tese (Doutorado)*, Universidade Federal de Pelotas, Pós-Graduação em Agronomia, Pelotas.

CONTE, R. M. Viabilidade de produção sustentável de morango em sistema semi -hidropônico no município de Paim Filho/RS. **Revista. Gest. Sust. Ambient.**, Florianópolis, SC, v. 6, n. 2, p. 385-403, jul. 2017.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.

DUFUMIER, M. **Les Projets de Développement Agricole**. Éditions Karthala - CTA, Paris. 1996. 354p.

EMATER. 2024. Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024. 54p. (**Boletim Adverso**, 1).

EMATER. **Pouso Alegre tem a maior produção de morangos do Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/especial-publicitario/prefeitura-de-pouso-alegre/pouso-alegre-nossa-cidade-nosso-orgulho/noticia/2024/06/12/pouso-alegre-tem-a-maior-producao-de-morangos-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 11 ago. 2024

EMBRAPA. **Conheça tecnologia que reduz o uso de agrotóxicos da soja**. 2020. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/tendencias-e-tecnologia/tecnologia-reduz-uso-agrotoxico-soja/#:~:text=Um%20experimento%20da%20Embrapa%20em,no%20uso%20customizado%20de%20agrot%C3%B3xico>. Acesso em: 10 jan. 2024.

EMBRAPA. **Plantio Convencional**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/milho/producao/manejo-do-solo-e-adubacao/sistema-de-manejo-do-solo/plantio-convencional>. Acesso em: 27 julh. 2024.

ENDO, G. Y.; BACK, V. T.; HOFER, E. Empreendedorismo rural: motivações para a diversificação de culturas na agricultura familiar do oeste de São Paulo. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, Curitiba; PR, v. 3, n. 5, p. 5-21, set. 2018.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Morango semi-hidropônico: como funciona o cultivo suspenso**. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/10/08/morango-semi-hidroponico-como-funciona-o-cultivo-suspenso>. Acesso em: 19 nov. 2024.

FAOSTAT. Food And Agriculture Organization Corporate Statistical Database. **Morango**. 2020. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/213216/1/Anuario-HF-2020-LEC-Antunes.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2024

GARCIA FILHO. INCRA/FAO. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília, 1999.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-c3a9todos-etc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GIMÉNEZ, G.; ANDRIOLO, J.; GODOI, R. Cultivo sem solo do morangueiro. **Ciência Rural**, Santa Maria, RS, v. 38, n. 1, p.273-279, jan. 2008.

GONÇALVES, M. A.; VIGNOLO, G. K.; ANTUNES, L. E. C.; JUNIOR, C. R. 2016. Produção de Morango Fora do Solo. Pelotas, Embrapa. 32p. (**Documentos / Embrapa Clima Temperado**, 410).

GRUNEVALD, C. L. **Opiniões e desafios de produtores de morango orgânico de cultivo suspenso de Santa Catarina frente à nova legislação - Portaria 52/2021**. 2022. *Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)*, Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Agronomia, Florianópolis.

HORNINK, G. G. O cultivo do morango: compreendendo seu cultivo, sua história e seu desenvolvimento. Campinas, SP. **Instituto de Biologia e Instituto Agrônomo de Campinas**. 32p. 2004.

HORTIFRUTI BRASIL. **A produção de morango é um modelo de negócio lucrativo para o produtor familiar**. 2023. Disponível em: < <https://www.hfbrasil.org.br/br/hortifruti-cepea-a-producao-de-morango-e-um-modelo-de-negocio-lucrativo-para-o-produtor-familiar.aspx#:~:text=Segundo%20o%20levantamento%20do%20consultor,hectares%20na%20temporada%202022%2F23> >. Acesso em: 10 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial**. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?t=acesso-ao-produto&c=4317103>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção de morango**. 2017. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/morango/rs> >. Acesso em: 10 out. 2024.

INCRA/FAO. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília, 1999.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. **Dados históricos**. 2024. Disponível em: < <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos> >. Acesso em: 21 nov. 2024.

JUNIOR, C. R.; ANTUNES, L. E. C. Produção de morangos fora do solo. **Campo e negócios**, 2014. Disponível em: < <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1006172/1/CampoNegocioDEZ2014Tendencia.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2024.

JUNIOR, C. R.; ANTUNES, L. E. C. SISTEMA DE PRODUÇÃO DOS MORANGOS EM ESTUFAS. **Campo e negócios**, 2011. Disponível em: < <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/923108/1/24morangoReisser2011.pdf> >. Acesso em: 01 ago. 2024.

KARLINSKI, L. **Monitoramento da aplicação e de resíduos de agrotóxicos em morangos produzidos em sistemas de cultivo protegido**. 2023. *Dissertação (Mestrado)*, Universidade Federal de Pelotas, Curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Pelotas.

KIRINUS, J. A. **Estudo comparativo entre sistema semihidropônico e orgânico in natura para a cultura do morango**. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Faculdade Antonio Meneghetti, Curso de Administração, Restinga Seca.

KRATZ, D.; WENDLING, I. Crescimento de mudas de Eucalyptus camaldulensis em substratos à base de casca de arroz carbonizada. **Rev. Ceres**, Viçosa; MG, v. 63, n. 3, p. 348-354, mai. 2016.

MARQUES, A.; TAVARES, E.; SOUZA, J.P.; MAGALHÃES, J.A.; LELLIS, J. A Ergonomia como um Fator Determinante no Bom Andamento da Produção: um Estudo de Caso. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**. Ano 4- Edição 1 – Setembro -Novembro de 2010.

MIGUEL, L. A. de.; MACHADO, J. A. D. Indicadores quantitativos para a avaliação da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, S. A. *et al.* (Orgs.). **Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola**. Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 53-68.

NACHTIGALL, G.R. IRRIGAÇÃO/FERTIRRIGAÇÃO EM FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO NO BRASIL. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola. Florianópolis, SC, 2016. Florianópolis: CONBEA, 2016. 8p.

NETTO, J. F. **Produção de morangos sob sistema semi-hidropônico em ambiente protegido**. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pampa. Curso de Engenharia Agrícola. Alegrete.

PATIAS, T. Z. **Comparativo de diferentes métodos de observação de unidades de produção agropecuárias**. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Curso de Agronomia, Ijuí.

LAZAROTTO, J.J.; FIORAVANÇO, J.C. PRODUÇÃO DE MORANGO EM SISTEMA SEMI-HIDROPÔNICO: estudo de caso para avaliar indicadores econômico-financeiros e riscos associados. **In:** Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2011, 16p.

LEAL, M. A. A.; CAETANO, L. C. S.; FERREIRA, J. M. Estufa de baixo custo: modelo PESAGRORIO. 2. ed. Niterói: PESAGRO-RIO, 2010. 30 p. (**PESAGRO-RIO. Informe Técnico**, 33).

PINTO, J. P. **Produção de morango, consumo hídrico e coeficientes técnicos em condições de cobertura do solo.** 2022. *Tese (Doutorado)*, Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Engenharia Agrícola, Viçosa.

PLOEG, J. D. V. **O modo de produção camponês revisitado.** 2006.

RASEIRA, M. C. B.; ANTUNES, L. E. C.; TREVISAN, R.; DIAS, E. G. 2004. 2º Simpósio Nacional do Morango 1º Encontro de Pequenas Frutas e Frutas Nativas. Pelotas, Embrapa. 296p. (**Documentos / Embrapa Clima Temperado**, 124).

REBELO, M. **Manejo de pragas em morangueiro sob sistema orgânico no sítio Capororoca, Porto Alegre-RS.** 2022. *Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Agronomia, Porto Alegre.

REIS, A.; COSTA, H. 2011. Principais doenças do morangueiro no Brasil e seu controle. Brasília, Embrapa. 9p. (**Circular Técnica**, 96).

RICHTER, A. F.; FAGHERAZZI, A. F.; ZANIN, D. S.; CAMARGO, S. S.; ARRUDA, A. L. PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DE CULTIVARES DE MORANGUEIRO SOB CULTIVO DE SOLO E SEMI-HIDROPÔNICO. **Revista Científica Rural**, Bagé; RS, v. 20, n. 1, 11p., fev. 2018.

SABONARO, D. Z. A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA O PRODUTOR RURAL: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE. **R. Gest. Sust. Ambient.**, Florianópolis; SC, v. 9, n. esp, p. 120-132, mai. 2020.

SATO, G. S.; ASSUNÇÃO, R. Polos de Produção de Morango. **Revista Informações Econômicas**, SP, v. 32, n.11, nov. 2022.

SILVA, R. IMPEDÂNCIAS VIÁRIAS E DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTORES DE FRUTAS E HORTALIÇAS NOS MUNICÍPIOS DE NOVA ESPERANÇA DO SUL, SANTIAGO E JAGUARI – RS. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 37, n. 84, p. 176-199. set. 2022.

SILVA, S. C. SABIONI, S. C. LIMA, F.S. **Agroecologia métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**. Editora Científica Digital. Guarujá, SP. 2021. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-87196-72-5.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **Unidade 2: A pesquisa científica. Métodos de pesquisa**, v. 1, 2009. Disponível em: <http://cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012PraticadePesquisaIAula2.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

SPODE, B. E. L. Geografia e turismo: uma introdução ao estudo de suas relações. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, RS, v. 6, n. 1; p. 52-65, mar. 2014.

STAMBERG, A. P. **Administración de unidades de producción en la agricultura: una propuesta de modelo de análisis de sistema de producción**. 2017. Tese (Doutorado). Universidad Nacional de Misiones. Facultad de Ciencias Económicas, Doctorado en Administración, Posadas.

STRASSBURGER, A. S.; PEIL, R. M. N.; SCHWENGBER, J. E.; MEDEIROS, C. A. B.; MARTINS, D. S.; SILVA, J. B. **Crescimento e produtividade de cultivares de morangueiro de dia neutro em diferentes densidades de plantio em sistema de cultivo orgânico**. *Bragantia*, Campinas, v. 69, n. 3, p. 623-630, 2010.

STROPARO, T. R.; SUCHODOLIAK, M. A. S.; SOCHUDOLIAK, L. S. S. T. Diversificação e desenvolvimento rural: agricultura familiar, erva-mate e mel. **Open Science Research X**, v. 10, n. 1, 12p, fev. 2023.

VALENGA, F.; RIBASKI, N. G. Desenvolvimento regional: uma avaliação da ergonomia e da renda com a conversão do cultivo de morango no solo para semihidropônico. **R. bras. Planej. Desenv**, Curitiba; PR, v. 6, n. 3, p. 469-483, set. 2017.

XAVIER, P. S. C.; SILVA, V. A.; PRADO, V. L. **Produção de morango**. 2023. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Escola Técnica Estadual Prof. Carmelino Corrêa Júnior, Franca, SP.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. 212 p.

ZEIST, A. R.; RESENDE, J. T. V. Strawberry breeding in Brazil: current momentum and perspectives. **Horticultura Brasileira**, v. 37, n. 1, p. 7-16, mar. 2019.

CAPÍTULO 7

A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES

Catiani Renata Salvati

Vania Lenise Turcatto KLuge

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-6

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo apresentar uma pesquisa que envolveu a reflexão sobre a importância do papel do supervisor escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Augusto Colombelli. A investigação foi realizada com a colaboração dos professores da escola.

A presente pesquisa analisou a importância do supervisor escolar sob a visão dos professores, de que forma estes percebem a importância do trabalho deste no âmbito escolar.

A escolha do tema justifica-se pelo fato da escola ser um espaço de reflexões e percepções e dessa forma é importante conhecer o trabalho do supervisor e o que este implica na organização do trabalho pedagógico da escola e na sua relação com a construção da Gestão Democrática escolar.

A relevância social desta pesquisa esteve relacionada à reflexão sobre a importância do papel do supervisor escolar percebendo os desafios da atual educação e no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Desse modo, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a importância do supervisor escolar na escola frente aos desafios atuais da educação partindo da reflexão dos professores. Os objetivos específicos da referida pesquisa foram: buscar diferentes conceitos relacionados à supervisão escolar; investigar como ocorre a relação entre educadores e supervisores; perceber a importância do supervisor nas diferentes etapas de planejamento, acompanhamento e controle do processo educativo.

O tema que orientou a pesquisa foi qual a importância do supervisor escolar quando se pensa em uma educação de qualidade.

O artigo foi organizado partindo inicialmente da apresentação da introdução; a seguir o referencial teórico partindo de teóricos que abordam a temática baseada em pesquisas e estudos; posteriormente apresentou-se a metodologia do trabalho que deu subsídio para o desenvolvimento da investigação; em seguida apresentaram-se os resultados e a discussão considerando a visão dos professores sobre os questionamentos; e por fim a conclusão do trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O supervisor escolar pode ser entendido como um orientador do trabalho pedagógico que busca trabalhar em conjunto com toda a equipe escolar de forma a buscar a melhoria do ensino. Para Nérici (1974, p. 29) a Supervisão Escolar é a “visão sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola”.

O supervisor escolar é quem mais diretamente trabalha com o professor e tem em seu cotidiano de tarefas rotineiras e burocráticas a serem realizadas, mas o mais importante está junto à organização curricular da escola, com a promoção de uma postura mais crítica e reflexiva sobre o trabalho e assessoramento pedagógico do professor e a busca por uma educação mais inovadora.

Dentre suas principais atribuições podemos citar: orientar, controlar, supervisionar, fiscalizar e inspecionar todo o processo educacional através de conferências, palestras visitas, acompanharem o desenvolvimento do currículo nos estabelecimentos, com objetivos de orientar pedagogicamente os professores mais jovens, buscando eficiência, introduzindo inovações, modernizando os métodos de ensino e promovendo um acompanhamento mais atento do currículo pleno nos estabelecimentos (FERREIRA, 2003, p. 32).

Dessa forma o supervisor escolar precisa de uma formação adequada e que garanta a eficácia de seu serviço conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei Nº 9394 de 1996, no Título VI (Artigos 61 a 67) trata da formação dos profissionais da educação, sobre o Supervisor é destacado o Artigo 64:

Artigo 64 - A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação a base comum nacional. (BRANDÃO, 2007, p. 139).

O trabalho cotidiano do supervisor encontra desafios e deve estar norteado para a organização do Projeto Político Pedagógico. O trabalho do supervisor escolar está atrelado à ação pedagógica e envolve os processos de ensino e aprendizagem. Boas (2006, p.65) mostram que:

Pensar a prática da supervisão é, sobretudo, examiná-la nas grandes funções em que se desenvolva. É analisá-la desde o planejamento do currículo, procedido de adequada diagnose, ao acompanhamento de sua execução, com tudo que representa de orientação e controle, e ao seu aperfeiçoamento, considerados os recursos humanos, materiais e técnicos empenhados.

O supervisor tem muitas atribuições dentro da escola, nas suas diferentes atribuições percebe-se a organização de todo o trabalho pedagógico passando pela sua orientação, atuando junto ao corpo docente e discente e com toda a equipe diretiva. Para Vasconcellos:

Ser supervisor não é fiscal de professor, não é dedo duro [...] não é pombo correio [...] não coringa/tarefeiro/quebra galho/salva vidas [...] não é tapa buraco, não burocrata [...] não é de gabinete, não é dicário [...] não é generalista que entende quase nada de quase tudo. (2006, p.86).

Libâneo (2002, p. 35) refere-se ao supervisor educacional como “um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor”, um profissional capaz de fazer a articulação entre equipe diretiva, educadores, educandos e demais integrantes da comunidade escolar no sentido de colaborar no desenvolvimento individual, social, político e econômico e, principalmente na construção de uma cidadania ética e solidária. Para Freitas (2001, p. 204) o Supervisor deve estar comprometido com:

A reflexão e permanente reconstrução de sua prática profissional, tendo em vista a superação da ênfase administrativo-burocrática ou técnico pragmático para constituir-se como articulador necessário à gestão do trabalho pedagógico.

Partindo dessas reflexões entende-se que o supervisor trabalha juntamente com os professores e desenvolve na escola uma percepção de trabalho que se caracteriza pela visão crítica e construtiva do seu trabalho.

Pensar sobre supervisor escolar na atualidade requer pensar que as escolas mudam constantemente e são instituições consideradas atuantes e que buscam relacionar o ensino e a aprendizagem. Para Grinspun (2006), a escola é um espaço de conhecimento, crenças, mitos, razões e emoções. O conhecimento da realidade da sala de aula é muito importante, é o que possibilita a intervenção de forma a fazer ajustes que melhorem a educação. Tem-se dessa forma uma nova definição de escola frente a esse importante momento do desenvolvimento e da mudança institucional da escola:

Seja qual for à perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social (GADOTTI, 2000, p. 07).

O desafio das instituições escolares atuais é buscar uma concordância entre o novo conceito de escola e o desafio de trabalhar com a multiplicidade de culturas e os avanços da tecnologia que perpassam os saberes escolares, pois o processo de ensino e aprendizagem torna-se desafiador.

Para Candau e Sacavino (2010) o ensino e a aprendizagem utilizam-se de diferentes dimensões dos processos de ensino aprendizagem que são o “ver, saber, celebrar, sistematizar, comprometer-se e socializar”. Para o mesmo autor:

Estas dimensões são concebidas de maneira integrada e inter-relacionadas. O ver refere-se à análise da realidade, o saber aos conhecimentos específicos relacionados ao tema desenvolvido, o celebrar a apropriação do trabalho utilizando-se diferentes linguagens como simulações, dramatizações, músicas, elaboração de vídeos, etc. A sistematização supõe a construção coletiva que sintetiza os aspectos mais significativos assumidos por todo o grupo e o comprometer-se a identificação de atitudes e ações a serem realizadas. A socialização da experiência vivida no contexto em que se atua constitui a etapa final do processo. Uma estratégia metodológica que nos processos que vimos desenvolvendo é privilegiada são as chamadas oficinas pedagógicas, concebidas como espaços de intercâmbio e construção coletiva de saberes, de análise da realidade, de confrontação de experiências, de criação de vínculos sócio-afetivos e de exercício concreto dos direitos humanos (2010, p. 134-135).

Dessa forma para o supervisor escolar surgem novos desafios que o levam a perceber sua prática que deve perceber uma análise crítica voltada para o estudo e a compreensão das atividades cotidianas e dos problemas encontrados na escola. A ação supervisora orienta o coletivo da escola e tem no professor seu foco principal. “Para Medina (1997, p.32)” é o trabalho do professor que dá sentido ao trabalho do supervisor escolar, pois a partir da realidade e das dificuldades pedagógicas do professor será construída a ação conjunta, voltada para o trabalho docente”.

Observando o trabalho desenvolvido pelo professor e a sua relação com a observação crítica do supervisor. Tem-se a ideia de Medina (1997, p.22) “O papel do supervisor passa, então a ser redefinido com base em seu objeto de trabalho, e o resultado da relação que ocorre entre o professor que ensina e o aluno que aprende passa a constituir o núcleo do trabalho do supervisor na escola”.

O cotidiano escolar é um combinado formado por acontecimentos diários que influenciam decisivamente a realidade social e as vidas de todos que neste espaço se encontram.

O espaço escolar é compreendido como uma organização profissional e educacional que busca garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem como observa Veiga - Neto (2004, p.53) “a escola ao mesmo tempo produz e reproduz a cultura na sociedade em que se situa”.

O desenvolvimento de uma prática pedagógica de qualidade é entendido no espaço escolar onde está refletida a preocupação com a gestão escolar que tem a finalidade de promover os meios para a efetivação do processo educativo. Dessa forma a gestão escolar faz parte do cotidiano, envolvendo todos os atuantes na educação, construindo uma organização que tem seus objetivos alcançados e recursos administrados através de uma gestão democrática. Desse modo:

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre as escolas identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola tem como base a participação efe-

tiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2009, p.125)

PERRENOUD, citado por ANDRÉ & PASSOS (1997, P. 116), afirma a importância do ensino diferenciado, argumentando:

Que toda situação didática proposta ou imposta de maneira uniforme a todos os alunos será fatalmente inadequada para um grupo deles. Para alguns, fácil demais; para outros, difícil demais. Mesmo que a situação esteja adequada ao nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos, ela pode parecer sem sentido para uns, sem valor ou sem interesse para outros, a ponto de não engendrar nenhuma atividade intelectual notável e, portanto, não promover a construção de conhecimentos novos.

Para que se consiga desenvolver uma prática pedagógica de qualidade é preciso valorizar a diversidade dos alunos, suas diferenças e seus variados modos de aprender, pois na diferença é que são possíveis as negociações de significados, as efetivas interações. É preciso pensar na educação como um processo contínuo e permanente exigindo assim de todos um olhar mais avançado sobre os aspectos pedagógicos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da referida pesquisa buscou associar conceitos e análises e envolveu a valorização da realidade observada e experiências e conhecimentos construídos durante o curso de Pós-Graduação.

Optou-se pela Pesquisa Bibliográfica realizada em livros e revistas, buscando conceituar a supervisão escolar. Esta reflexão teórica envolveu uma tomada de postura em relação ao real, ao estar em contato com conceitos e situações cotidianas, mas entendendo que os resultados serão sempre algo novo e inesperado.

De acordo com Gonsalves (2001, p.69) a pesquisa qualitativa preocupa-se com a interpretação e a compreensão de um fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador a

interpretação do sentido das palavras, das leis ou textos. Esse tipo de pesquisa requer a obtenção de dados descritivos, coletados “no encontro direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. (BOGDAN e BIKLEN, 1982, apud LUDKE, 1986, p.13).

Para chegar a resultados pertinentes buscou-se na pesquisa de campo informações que associam conceito e reflexão. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário aplicado aos professores da Escola com questões fechadas. Para Gil (2006, p. 128), pode-se definir o questionário como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas” que ele tem por objetivo “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O levantamento de dados serviu para atingir os objetivos e formar o arcabouço teórico do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalidade de facilitar o entendimento dos dados trabalhados, passamos a apresentar as questões constantes dos questionários aplicados no nosso público-alvo, permitindo conhecer um pouco sobre o trabalho do supervisor escolar no cotidiano da escola, sendo assim deve-se:

[...] evitar fazer mera descrição dos elementos que compõem o cotidiano ou apresentar as falas dos entrevistados como se fossem a versão definitiva da verdade. Mais do que isso, é preciso analisar em profundidade os elementos que constituem o cotidiano, buscando, por meio de um referencial teórico compreender e interpretar os sujeitos e as situações; os episódios comuns e os inusitados; as falas, as expressões, as manifestações escritas dos atores escolares; no contexto que foram gerados, à luz das circunstâncias específicas em que foram produzidos (PLACCO etc... AL, 2008, p. 12).

As questões foram respondidas e algumas respostas constam nesta análise para dar mais relevância a esta pesquisa.

Como você conceitua o supervisor escolar?

“O supervisor escolar é uma pessoa habilitada para trabalhar com nós e que tem um papel fundamental e deve sempre estar comprometido com nosso bem-estar”.

“O supervisor além de ser o norte do nosso trabalho deve agir com humanidade para apoiar o nosso trabalho em sala de aula”.

“Apoio pedagógico, importante que ele saiba associar o pedagógico com o humano”.

“Suporte pedagógico para a educação de qualidade”.

Partindo dessas reflexões supracitadas pode-se entender que o supervisor escolar é um profissional que atua diretamente com os professores e nas respostas está ressaltada a sua importância, pois o mesmo busca relacionar diferentes situações e ações pedagógicas de forma a auxiliar o professor em seu trabalho. Para Alonso (2003, p. 175) a Supervisão:

(...) vai muito além de um trabalho meramente técnico-pedagógico, como é entendido com frequência, uma vez que implica uma ação planejada e organizada a partir de objetivos muito claros, assumidos por todo o pessoal escolar, com vistas ao fortalecimento do grupo e ao seu posicionamento responsável frente ao trabalho educativo.

Dessa forma percebe-se uma perspectiva relacional e que é construída a partir da realidade cotidiana da escola.

Como a atuação do supervisor contribui para o seu crescimento como profissional?

“O supervisor considero um mediador do meu trabalho com ações e estratégias que melhorem o meu trabalho”.

“Acredito que ele busca relacionar o seu papel com a minha construção pedagógica”.

“sua experiência é utilizada como ferramenta para apoio ao meu trabalho”.

Para Alarcão (1996, p. 98), as exigências surgem em outro nível: “O papel do supervisor será então o de facilitar a aprendizagem, de encorajar, valorizar as tentativas e erros do professor e incentivar a reflexão sobre a sua ação”.

Todo o contexto educacional é construído partindo do conjunto, assim percebe-se que a atuação do supervisor contribui para a formação do professor, pois é um auxiliar e atuante na construção de uma educação de qualidade.

Como é a ação supervisora na escola?

“A supervisora é bem comprometida com o trabalho pedagógico”.

“Desempenha um papel muito importante no andamento do trabalho pedagógico e de apoio a educação”.

“Contribui com assessoramento pedagógico e nas intervenções que são possíveis”.

“É realizada de acordo com as atribuições de um supervisor, mas poderia ser mais eficaz”.

“Em algumas ações como de acompanhamento das aulas não ocorre uma efetivação do trabalho e assessoramento pedagógico”.

De acordo com Oliveira & Grinspur, (2008, p. 55) o Supervisor Educacional tem uma importância muito grande na prática transformadora na escola, isto é, a sua ação supervisora deve ter comprometimento com a prática transformadora, pois vai além de uma simples escolha de ideologias: diz respeito à construção de relações democráticas e dialógicas com a crença no poder transformador e no desejo de educar para a cidadania.

Como são as reuniões pedagógicas, ocorre um encontro pedagógico entre supervisor e professores?

“Acredito que sim, pois as reuniões pedagógicas são muito produtivas, pois ocorrem muitas reflexões e discussões de temas pertinentes e associados à educação e melhoria da qualidade da mesma”.

“Acredito que se cada um desempenhar seu papel e suas funções sempre haverá um encontro nos objetivos dos mesmos”.

“As reuniões pedagógicas são bem produtivas trazendo à discussão a realidade escolar e pautando o nosso trabalho”.

“Acredito que as reuniões poderiam ser mais focadas, pois muitas vezes passa a discutir temas sem muita relevância”.

Dessa forma entende-se a importância desses momentos para a construção de uma educação de maior qualidade, pois precisamos uma organização do trabalho pedagógico escolar que se refira não somente as práticas educativas, mas que envolvam relações pertinentes ente professor – aluno - professor - supervisor. Necessita-se assim de uma gestão escolar de qualidade que possibilita perceber as contradições presentes nas práxis da organização do trabalho pedagógico.

O trabalho do supervisor escolar está contribuindo para o seu trabalho em sala de aula?

“O trabalho do supervisor me auxilia muito principalmente em relação aos diários de classe e ao planejamento realizado”.

“O trabalho do supervisor contribui para o meu trabalho, pois sempre que necessito recorro a ele para tirar dúvidas e me socorrer”.

“Contribui para a consolidação do espaço de trabalho coletivo na escola, auxiliando em tudo”.

O supervisor deve orientar ter comprometimento, trocar experiências, e perceber e administrar o processo pedagógico como um todo e este trabalho é percebido na prática cotidiana dos professores.

Para que esta contribuição se torne realidade são necessárias ações que sustentem um trabalho em equipe e uma gestão escolar que envolva um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Você considera importante o supervisor escolar acompanhar o seu trabalho? Por quê?

“Acredito que sim, pois ele é quem melhor me orientar para um planejamento adequado a realidade escolar”.

“Acho importante, mas poderia estar mais presente”.

“É muito importante por que ele nos acompanha o ano todo no processo pedagógico”.

O acompanhamento pedagógico do supervisor é importante e somente com uma relação de cumplicidade dentro do trabalho, conseguiremos ter uma escola pensada democraticamente, onde as ações desenvolvidas na escola focam o processo ensino-aprendizagem como norteador de todos os processos escolares.

Como é a ação supervisora em relação ao currículo?

Nas respostas percebe-se que o currículo é o campo fundamental do trabalho do supervisor, mas a sua construção deve acontecer associado a um trabalho em equipe e com participação de todos.

Para Medina (2002, p.102):

[...] é uma atuação de grupo que acontece com os professores e demais setores da escola, especialmente o de Orientação Educacional (SOE). Por ser grupal, o trabalho exige o exercício constante do pensar, do descobrir e do saber o modo de avançar nas ações e também o de recuar. Esse trabalho requer estudo, dedicação e se constrói no fazer diário da escola (por isso, nunca se sabe como fazê-lo, ‘não tem receita’), o que permite olhá-lo de diversas maneiras (lados). Em suma, caracteriza-se como um trabalho administrativo-burocrático que transcende o conhecimento puro e simples da sala de aula (só o conhecimento docente não é suficiente para ser supervisor).

Como é a ação supervisora no processo de avaliação?

“Participar na construção do sistema de avaliação e do calendário escolar, bem como de orientar toda a prática avaliativa”.

“Preocupação com a avaliação, os resultados e o desempenho dos alunos, buscando novas formas de relacionar o ensino e a aprendizagem”.

“Sugerir estratégias para recuperação de alunos que não tiveram um rendimento esperado”.

O processo de avaliação envolve a crítica e a análise das práticas educacionais estando em constante desenvolvimento, pois sempre estamos buscando a relação entre o aluno, o ensino e a aprendizagem.

Partindo da idéia de André (1999), pode entender que cabe ao supervisor escolar o papel de planejar e orientar o processo de ensino ao professor e de aprendizagem para o aluno, e junto com ambos, avaliar os resultados alcançados, tanto no decorrer da ação quanto na fase final do processo.

Quais os principais desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua opinião?

“O excesso de funções e pouco tempo para tudo”.

“Muitas funções e há falta de auxílio”.

“Análise de todo o sistema educacional em busca de reflexões”.

“Desorganização de alguns professores em seus materiais”.

No contexto escolar atual onde encontramos novos alunos querendo novas formas de ensino é possível que o professor desenvolva um trabalho associado ao supervisor buscando respaldo teórico e assim percebendo uma

visão mais pedagógica do supervisor auxiliando o professor a superar novos desafios.

Muitos são os atuais desafios da supervisão dentro de uma escola principalmente pelo que se percebe nas respostas o envolvimento em tarefas variadas, muitas vezes não de sua atribuição, mas que precisam ser resolvidas.

CONCLUSÃO

O supervisor deve trabalhar de forma articulada com os professores e toda a escola com finalidade de garantir uma organização que possa avaliar as potencialidades e as fragilidades do professor, atuando com apoio ao mesmo.

A importância do supervisor está em pensar numa escola democrática e organizada de forma a incluir a participação de todos para um ensino de qualidade. Assim:

A escola precisa ter clareza do alcance de suas formas de organização, sobretudo a formação de turmas, agindo de forma coerente com a capacidade dos professores de realizar um bom trabalho e com a função social que determina os seus trabalhos com alfabetização: formar bons leitores e produtores de textos. Sabemos hoje que, em alguns casos, a opção rígida por turmas muito heterogêneas pode dificultar o trabalho do professor que não dá conta de atender a grupos diversificados. Sabemos também que a opção por turmas presumidamente homogêneas pode prejudicar o trabalho e a autoestima dos alunos e professores que estiverem nas turmas consideradas mais fracas. Vemos, então, que qualquer que seja o critério de enturmação, o professor enfrentará diferentes ritmos de aprendizagem. A escola deve sempre acreditar na capacidade de aprendizagem dos alunos, seja qual for o critério de enturmação adotado. A opção por uma organização de trabalho em sala de aula deve também prever momentos em que o professor realize um trabalho coletivo com toda a turma, ocasiões em que parte dos alunos trabalhem “sozinhos” enquanto o professor prioriza o atendimento de determinado grupo e mesmo o atendimento individual de alunos (FRADE, SILVA. 2005, p.15)

Partindo da pesquisa de campo pode-se concluir que o papel do supervisor escolar é muito importante para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. O trabalho do supervisor é entendido como um suporte para o professor na sua prática docente. Para André (1999, p. 354), que a finalidade do processo de ensino-aprendizagem “é a formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender a realidade que os cerca e de agirem sobre ela”.

Foi possível perceber através do trabalho realizado que existe uma concepção sobre a supervisão escolar bastante importante, pois este é colocado no trabalho pedagógico como de grande importância, percebendo seu trabalho junto concentrado na ação pedagógica e nos processos de ensino e aprendizagem.

Parafraseando Fregonese (1998) a supervisão escolar tem como funções específicas, o relacionamento do supervisor com o corpo docente de uma escola, a atuação em torno de métodos e técnicas de ensino, para que as necessidades do educando se concretizem com maior plenitude intelectual, social e psicológica.

Percebe-se assim que a busca do ensino de qualidade só será efetivada quando todos os processos envolvidos serão analisados e percebidos de efetivo trabalho, buscando a transformação do ensino e de toda a prática docente.

Não é somente o trabalho do supervisor como um agente transformador, mas a construção de todo um sistema educacional, onde se permita identificar os problemas e buscar resoluções em conjunto, onde todos estejam motivados e bem preparados para realmente se entender à função e o papel de cada um na construção de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (org.). **Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão**. Porto (Portugal), Editora Porto, 1996.

ALONSO, Myrtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor, in: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Autores ou atores?** O papel do sujeito na pesquisa. In: LINHARES et al. Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional. Mato Grosso do Sul: UFMS, 1999.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), comentada e interpretada, Artigo por Artigo**. 3 ed. atual. São Paulo: Avercamp, 2007.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. **Educação em Direitos Humanos: concepções e metodologias**. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra et al. (Orgs.). **Direitos Humanos na Educação Superior: Subsídios para a Educação Superior em Direitos Humanos na Pedagogia**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FERREIRA, Naura S. C. **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: formação à ação**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2003.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Funcionalidade da língua escrita na escola**. *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte: Dimensão, v. 3, n. 16, p. 49-58. jul./ago. 1997.

FREGONESE, Gladys B. **Supervisão escolar**. Londrina: UEL, texto apresentado no Curso de Pedagogia, na disciplina de Supervisão Escolar 1998.

FREITAS, Ana Lúcia de Souza. **Pedagogia da Conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo Perspec. [online]. 2000, v.14, n. 2, p. 03-11. Disponível em: . Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, E. P. Escolhendo o percurso metodológico. In: GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001. p. 61-73.

GRINSPUN, Miriam P. S. Z. **A Orientação Educacional: conflitos de paradigmas e alternativa para a escola** – 3. ed. ampl. – São Paulo: Cortez; 2006.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. José Carlos. **Democratização da escola pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDINA, A. S. **Noves olhares sobre a supervisão.** Supervisor Escolar: parceiro político-pedagógico do professor. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. Antonia da Silva. **Supervisão escolar.** Porto Alegre: AGE, 2002.

NÉRICI, I. G. **Introdução á Supervisão Escolar** ,Atlas,1976.

OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de; GRINSPUN, Mirian Paura Sabroza Zippin. **Ação Supervisora.** Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza et al . **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola.** 5 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

SILVA, William Pereira. **O perfil de um diretor de escola.** Disponível em: <http://gestaoescola.blogspot.com.br/2012/07/o-perfil-de-um-diretor-de-escola.html> Acesso em 12 dez de 2015.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar Democrática.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.25, n.03 p.123-140 dez. 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad,2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura e currículo:** um passo adiante. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; PACHECO, José Augusto; GARCIA, Regina Leite (Orgs.). Currículo: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 51-55.

VILLAS BOAS, M. V. A prática da supervisão. In Educação e Supervisão. 10. ed. São P BRANDÃO, C. R. O que é educação. Disponível in: www.brasil.gov.br, 1999.Acesso em 12 de dezembro de 2015.

CAPÍTULO 8

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICA DA UERN

Guilherme Luiz Pereira Costa

Guilherme Paiva de Carvalho

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-8

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é investigar como o debate sobre a História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena é incorporado no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), analisando sua presença nos projetos de pesquisa e extensão. Para tanto, refletimos sobre como o curso de Ciências Sociais tem abordado a História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena em pesquisa e extensão, embasando-nos em fontes documentais, com destaque para o Projeto Pedagógico (PPC) de 2013 do Curso de Ciências Sociais, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e Política (DCSP), documento que norteia a formação de professores de Sociologia no referido curso de graduação.

A escolha desse documento justifica-se por ser o primeiro projeto pedagógico elaborado após a promulgação da Lei Federal 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as instituições de ensino do país. O respectivo documento institucional é uma atualização que versa a respeito de questões relacionadas à infraestrutura, do funcionamento do curso, “[...] dos projetos voltados ao fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; do corpo docente e administrativo; dos ajustes em equivalência de disciplinas entre matrizes curriculares [...]” (PPC/DCSP, 2013, p. 9), por exemplo.

A análise do PPC/DCSP (2013) permite identificar como a formação dos futuros docentes de Sociologia tem sido orientada para promover uma reflexão

crítica sobre a realidade dos povos indígenas e afro-brasileiros, suas lutas, resistências e contribuições para a sociedade brasileira. Além disso, interessa-nos verificar se há, no curso, iniciativas que estimulem os(as) alunos(as) a questionar visões estereotipadas e que busquem desnaturalizar práticas socioculturais que perpetuam a invisibilidade e a marginalização desses grupos.

A partir dessa base documental, nossa intenção é compreender como a educação para as relações étnico-raciais é abordada no DCSP, identificando possíveis lacunas e avanços no que diz respeito à formação de educadores capazes de problematizar e valorizar a história e a cultura dos povos originários e afro-brasileiros. Este estudo se justifica pela relevância de se pensar a formação docente em um país marcado pela diversidade sociocultural e pela necessidade de superar visões reducionistas e colonialistas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e crítica.

Em primeiro lugar, apresentamos a Lei 10.639 de 2003 e Lei 11.645 de 2008 e suas implicações como marco histórico para (re)pensar a transmissão de saberes relacionados aos povos indígenas e afrodescendentes, especialmente na Educação Básica. Em seguida, antes das considerações finais, tratamos dos projetos de pesquisa e ações de extensão desenvolvidos em âmbito do DCSP/UERN que abarcam as relações étnico-raciais.

As Implicações da Lei 10.639 de 2003 e Lei 11.645 de 2008

É sabido que o Brasil se tornou conhecido especialmente por sua diversidade, seja biológica ou social. Entretanto, a respeito das diferenças culturais, por exemplo, ainda existem grupos que não possuem tanto espaço quanto outros. O racismo e a desigualdade social apresentam bastante força na realidade do nosso país. Segundo Silva (2024, p. 2), “neste contexto, as diferenças culturais dos povos indígenas, dos afrodescendentes e de outros povos portadores de identidades específicas foram sistematicamente negadas, compreendidas pelo crivo da inferioridade e, desse modo, fadadas à assimilação pela matriz dominante”.

De acordo com Prado, Pedro e Gomes (2018), no nosso país, políticas favoráveis aos afrodescendentes começaram a ser impulsionadas especialmente

a partir de 2001, após a Conferência Mundial Contra ao Racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância, que aconteceu em Durban, África do Sul, quando uma agenda envolvendo ações afirmativas a respeito de justiça social e igualdade racial foi consolidada. Assim, em 2003, a Lei Federal nº 10.639 é sancionada.

Fruto dos movimentos sociais, a Lei 10.639 de 2003 é sancionada, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, reconhecendo a importância dos povos que, por muito tempo, foram escravizados e de seus descendentes para a formação daquilo que entendemos hoje como Brasil. Sendo assim, “através da lei nº 10.639/03 surgiu um novo modo de pensar o sistema de ensino e algumas práticas pedagógicas ao abordar a história referente a população afro-brasileira na escola (Vasconcelos; Alves, 2024, p. 8)”. Entretanto, entendemos que existem outros povos que contribuem significativamente para a construção de uma identidade da nação, a Lei 11.645 de 2008 é sancionada, alterando mais uma vez a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

A Lei 11.645/08, por sua vez, acrescenta os aspectos relacionados aos povos indígenas na letra da lei de 2003, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena em instituições de ensino brasileiras, em todos os níveis. Devemos salientar que, como explica Silva (2024, p. 2), existe “[...] um processo de compreensão equivocado sobre esses povos, que não poderá ser compreendido sem esse olhar sobre a história da formação da sociedade brasileira e as interpretações antagônicas criadas, relativas à pluralidade cultural presente desde as origens do Brasil”.

De modo geral, é interessante levar em conta que, enquanto enfrenta as desigualdades relacionadas a povos historicamente discriminados e busca superar desvantagens, “as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 pretendem abalar pilares da construção de estereótipos racistas por meio da discriminação positiva de conteúdos sobre a história e a cultura afro- -brasileira e indígena” (Prado; Pedro; Gomes, 2018, p. 20), trazendo um novo olhar de representatividade e referências positivas (Vasconcelos; Alves, 2024).

Entendemos a importância do componente curricular de Sociologia no que diz respeito à abordagem da História e da Cultura História e Cultura Africana

na, Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica e que é preciso oferecer uma formação inicial capaz de fugir de estereótipos e ideias equivocadas em relação à temática, tendo à disposição conhecimentos relevantes que sejam condizentes com a realidade. Assim, “a educação escolar tem a função de preparar os alunos para atuar como cidadãos críticos na inserção sociocultural, possibilitando a participação ativa com foco na construção e descoberta de conhecimentos em meio às relações efêmeras de nosso contexto” (Silva, 2024, p. 3).

É de suma importância considerar o papel dos cursos de licenciatura no processo de aplicação do ensino da temática étnico-racial e efetividade da Lei Federal 11.645 de 2008. “Nesse sentido, entendemos, que a responsabilidade pela implementação da referida Lei perpassa também pelos cursos de formação de professores/as. Sendo necessária a adequação do currículo desses cursos para atender a demanda legal” (Silva, 2017b, p. 236). Além disso, é possível dizer que não existe possibilidade de êxito considerando apenas o viés da legalidade e obrigatoriedade da legislação sem pensar o lado atitudinal dos sujeitos envolvidos nesse processo (Castanha, 2011). Um professor da Educação Básica que não teve oportunidade de ter acesso a conhecimentos adequados a respeito dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros certamente não terá condições de mediar uma discussão satisfatória do respectivo tema.

A Lei 11.645 de 2008 se torna importante quando se propõe a inserir de forma obrigatória a História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, em qualquer instituição de ensino brasileira, mas a respectiva temática apenas será inserida efetivamente nas salas de aula somente quando a formação docente for capaz de apresentar a relevância desses povos na construção do Brasil e sua presença nos dias atuais (Silva, 2024, p. 3).

Salientando a relevância de uma educação capaz de superar o racismo e outras intolerâncias, o contato com o que dispõe a Lei 11.645 de 2008 deve ir além do debate em sala de aula na universidade, estendendo-se à pesquisa e à extensão, uma vez que “compreendemos que esta realidade do contexto da formação do aluno como cidadão ativo torna-se imprescindível para uma educação para a democracia, a universalização dos conhecimentos e da compreensão da diversidade (Prado; Pedro; Gomes, 2018, p. 29).

A Temática na Pesquisa e Extensão no DCSP

Conforme assevera D'Alécio (2016), para a construção de uma educação democrática, atribui-se a egressos dos cursos de Ciências Sociais, sobretudo das licenciaturas, mais do que a capacidade de atuar em sala de aula nas escolas como professor(a) de Sociologia. A esse último, pretende-se forjar um perfil específico, de acordo com os pilares de sustentação acadêmica, com a legislação e política educacional, sempre vislumbrando uma indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão na universidade (Augusti; Dalcin, 2016).

Fica a cargo do curso de Ciências Sociais oferecer os conceitos, métodos e técnicas necessários, bem como estimular o interesse pela pesquisa nos alunos, para atender à realidade da Educação Básica. Em consonância com Bridi, Araújo e Motim (2009), enquanto formador de pessoas para o exercício de uma profissão e para a cidadania, o professor de Sociologia pode levar os discentes a desnaturalizar concepções e ampliar visões de mundo para além da sala de aula.

Neste trabalho, defendemos o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como pilares fundamentais na formação profissional e pessoal do acadêmico. O ensino é de suma importância na construção e transmissão do conhecimento, mas, de acordo com Augusti e Dalci (2016, p. 39), “[...] por intermédio da pesquisa, esses conhecimentos serão aprimorados e conseqüentemente, surgirão outros, novos, que por meio da extensão serão difundidos, socializados e democratizados, bem como, será uma forma de levar novas descobertas à comunidade”.

A partir da pesquisa, o estudante de graduação pode ter contato com formas mais aprofundadas de acessar o conhecimento, desenvolvendo uma investigação mais significativa. É possível perceber que, “dessa forma, a pesquisa promove a construção do saber de maneira ativa e participativa, diferenciando-se do modelo tradicional de ensino em que os alunos são meros receptores de informações” (Batista; Porto, 2024, p. 18). Por isso, defendemos a importância da pesquisa como elemento favorável na abordagem das questões étnico-raciais.

Diante do exposto, no sentido de vislumbrar a colaboração dos grupos de pesquisa em que estão ligados professores e alunos do DCSP, vale salientar:

Desde 2009, o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: Agricultura e Petróleo, o Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM) e o Grupo de Estudos Culturais (GRUESC) vêm envolvendo alunos da graduação de Ciências Sociais e História e alunos da pós-graduação lato sensu (Especialização em Segurança Pública e Cidadania) e stricto sensu (Programas de Pós-Graduação em Educação/POSEDUC e Ciências Sociais e Humanas/PPGCISH) em seus projetos de pesquisa e extensão (PPC/DCSP, 2013, p. 193-194).

Os grupos de pesquisa surgem como espaço de compartilhamento de conhecimento, apresentam-se como locais de socialização dos cientistas, “são comunidades que se envolvem, em conjunto, em atividades de pesquisa, ajudando-se mutuamente e compartilhando informações sobre seus interesses de pesquisa” (Mainardes, 2022, p. 3-4).

Na UERN, busca-se apresentar resultados em forma de produção e disseminação do conhecimento à sociedade, principalmente à norte-rio-grandense, bem como atingir todas as dimensões possíveis de alcance. A UERN não soma apenas os projetos de pesquisas elaborados em âmbito dos grupos de pesquisa, conta também com outros programas formativos e de incentivo nos quais a pesquisa encontra apoio, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os programas de incentivo à pesquisa, além de contribuírem, primeiramente, com a formação dos graduados que se envolvem nos projetos, também se apresentam como auxílio financeiro, contribuindo na renda dos pesquisadores, ajudando na compra de materiais necessários para o desenvolvimento da investigação, por exemplo. (Vasconcellos; Berbel; Oliveira, 2009).

Estamos considerando como projetos de pesquisa e ações de extensão envolvendo o curso de Ciências Sociais da UERN aquelas atividades desenvolvidas e coordenadas por professores e que contam com a participação de estudantes vinculados ao DCSP, seja como bolsistas ou como voluntários.

Como projeto vinculado a um grupo de pesquisa que estava devidamente cadastrado no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa no Brasil, podemos citar “Memórias da emergência indígena na comunidade dos Caboclos de As-sú-RN”, que perpassa diretamente por aspectos relacionados a povos indígenas no Rio Grande do Norte. O referido projeto relaciona parentesco, etno-história e identidade na comunidade Caboclos de Açú-RN, sendo fruto de temática desenvolvida pelo Grupo de Estudos Culturais (GRUESC) a respeito da emergência étnica de povos indígenas em solo potiguar.

Tal projeto estava sendo desenvolvido desde 2010, durando até 2013. Como incentivo, foi possível contar com uma bolsa do PIBIC, na modalidade PIBIC/CNPq. Consiste em um trabalho de colaboração com os povos indígenas, mais especificamente com uma comunidade situada em território do Rio Grande do Norte. Assim, existe uma relevância ímpar no desenvolver dessa pesquisa, uma vez que se procura aflorar os dotes de pesquisador do graduando e possibilitando discutir reconhecimento e respeito aos povos indígenas, tendo um caráter de pertinência em relação ao retorno social, fugindo de um âmbito unilateral para a esfera intercultural (Candau, 2008).

Pesquisadores vinculados ao GRUESC e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)¹ da UERN integraram a pesquisa “Relações interétnicas, Educação e Igualdade Racial: etnografia de escolas quilombolas no Rio Grande do Norte”, tendo início no ano de 2012, encerrando-se em 2014. Como objetivo, busca-se trabalhar conceitos das Ciências Sociais em consonância com a compreensão da realidade de escolas quilombolas frente à temática étnico-racial no ensino, analisando práticas pedagógicas de professores e alunos quilombolas na comunidade em questão:

[...] Espera-se que a pesquisa promova espaços de reflexão no âmbito da escola sobre seu projeto pedagógico e uma tomada de decisão acerca do currículo diferenciado, os quais possam contribuir para a formulação de uma agenda de ações junto às lideranças do movimento negro rural. A pesquisa terá relevância social para as escolas quilombolas, a partir da estruturação das mesmas baseada na construção de um currículo diferenciado; aposta-se na reeducação das relações étnico-raciais pautada na compreensão das formas de produção das relações preconceituosas e racistas, no combate ao racismo e na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos (PPC/DCSP, 2013, p. 200).

¹ À época, denominado somente como Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

O respectivo projeto também foi coordenado pelo professor Dr. José Glebson Vieira, contando com o envolvimento de mais professores do DCSP, cinco graduandos (do curso de Ciências Sociais e História) e uma mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH). Além de uma bolsa PIBIC/UERN, contou com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN).

Mais uma pesquisa que converge com a Lei 11.465 de 2008, advinda da parceria entre o GRUESC e ao NEABI da UERN, é intitulada “No rastro da liberdade: em busca das raízes negras na região salineira do Rio Grande do Norte”, optando pela valorização de grupos invisibilizados ao longo da escrita oficial da história do Brasil. Além de investigar a respeito e valorizar a herança cultural negra no Rio Grande do Norte, tal pesquisa tenta “[..] produzir, a partir dos resultados da pesquisa, material didático com foco na valorização do patrimônio cultural étnico-racial do negro na região, sobretudo no que se refere à religiosidade afro-brasileira” (PPC/DCSP, 2013, p. 201). Sendo coordenada pela professora Eliane Anselmo da Silva, a pesquisa supracitada teve início e fim em 2013, não contando com auxílio financeiro para seus integrantes durante o seu desenvolvimento, sendo eles três graduandos do DCSP e os dois egressos atuando enquanto voluntários.

Tratando-se especificamente das ações de extensão universitária desenvolvidas na UERN, considerando as devidas proporções, seria um retorno imediato que a universidade estaria oferecendo à sociedade (Augusti; Dalcin, 2016). Portanto, acredita-se no valor da extensão na consolidação da UERN e sua excelência acadêmica, não tendo em vista apenas o viés obrigatório firmado em lei, mas, sobretudo pelo caráter de compromisso com o social e com uma educação capaz de abranger satisfatoriamente os mais variados indivíduos. Para isso, devemos levar em conta que “a educação contribui para a reflexão sobre o passado, a análise do presente, criando expectativas para o futuro, o que representa grande desafio para os educadores” (Prado; Gomes, 2018, p. 30).

Para isso, entretanto, é importante reconhecer que a sociedade à qual pretende-se construir uma cultura de cooperação entre os sujeitos não é nada uni-

forme, consistindo no encontro de diversificados segmentos, conforme aponta Ribeiro (2006). Por sua vez, também se torna imprescindível levar em conta o contexto social a nível local no qual a universidade se encontra inserida, indo desde a convergência entre diferentes sentidos religiosos dados à concepção de mundo até a orientação sexual dos sujeitos, por exemplo.

Efetivamente, é interessante frisar que, tendo em vista apenas o que nos informa o PPC de 2013, não foi elaborada nenhum projeto extensionista pelo o DCSP que estivesse especificamente relacionado à temática indígena. O que existe é um envolvimento pessoal por parte dos docentes e seus orientandos a respeito de segmentos específicos. Por outro lado, existe um quantitativo de atividades que perpassam aspectos relacionados aos povos negros.

As ações de extensão do DCSP foram e continuam sendo desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisa. Portanto, precisamos compreender a importância desses últimos enquanto espaços de troca e profissionalização, concretizando a articulação entre o conhecimento produzido em espaço acadêmico e a comunidade externa à universidade (Lopes; Lobo, 2016).

Dessa forma, ainda que não haja exclusivamente a discussão sobre povos indígenas, o DCSP da UERN tem se empenhando na construção de espaços para o debate no que se refere a questões étnico-raciais:

Diante disso, foram realizados, no ano de 2003, o I Colóquio: “A Questão étnica no nordeste Brasileiro” que discutiu a persistência dos grupos étnicos no Nordeste, Identidade Cultural e Políticas Públicas; em 2004, o II Colóquio “Práticas Identitárias e Mobilizações Culturais dos Afrodescendentes” que discutiu o lugar da pessoa negra na atualidade; as práticas identitárias agenciadas pelos grupos quilombolas; as mobilizações políticas do Movimento Negro e, políticas públicas voltadas para a superação da desigualdade racial e social; e em 2007, o III Colóquio, que teve como tema “Memória, identidades e etnias”, envolvendo um conjunto de ações políticas e culturais, tendo como eixo central as ações afirmativas para a população afrodescendente combinando ações de afirmação da cultura afro-brasileira, de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, com discussões metodológicas para o tratamento da diversidade humana e da pluralidade cultural na escolarização regular e nos cursos de licenciaturas, como parte da formação dos professores da educação básica (PPC/DCSP, 2013, p. 202).

Em 2006, uma oficina nomeada como “As minorias étnicas e os livros didáticos” foi desenvolvida, articulando professores e estudantes da UERN e professores do Ensino Fundamental. Na oportunidade, foi problematizada a maneira superficial e estereotipada com a qual as minorias étnicas e a diversidade cultural são retratadas em materiais didáticos e na mediação do conhecimento em sala de aula.

Vale acrescentar nesse rol o projeto “Equidade social e igualdade racial: horizontes de uma educação democrática e cidadã”, fruto da parceria da UERN com o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro), que problematizava a necessidade de “[...] políticas públicas através da institucionalização de uma agenda política e pedagógica, como caminho para uma sociedade mais justa e igual, e uma Universidade Pública e de qualidade (PPC/DCSP, 2013, p. 202-203). Ratificando as observações de Barbosa e Mendonça (2007) a respeito da importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na universidade na formação pública de professores, a intenção era procurar alternativas para ir além da aprovação e inclusão de indivíduos nas listas de admissão e matrícula da UERN, visando a permanência desses por via de determinadas formas de apoio.

Nesse sentido, financiado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa de apoio a Extensão Universitária (PROEXT), foi criado o projeto de extensão intitulado “Preconceito se Desaprende na Escola: educação para as relações étnicas e raciais”. Projeto esse “que foi direcionado para formação continuada de professores do Ensino Fundamental das escolas municipais de Mossoró em 2007, tendo por base a implementação da Lei 10.639/03” (PPC/DCPS, 2013, p. 203).

A importância de tal projeto ratifica a ideia de Candau (2011) quando explica que o nosso sistema escolar é totalmente fundamentado por uma cultura dominante que prioriza a uniformidade. As diferenças existentes na sociedade e que adentram a escola não são recepcionadas da mesma forma daqueles que se encaixam no padrão aceitável, causando conflitos, seja para negros, indígenas, por exemplo.

O desenvolvimento dessas ações possibilitou a criação do NEABI, em 2007, sendo esse “[...] um dos elementos constitutivos do papel de agente de política de promoção da igualdade racial atribuído às IES desde o início dos anos 2000 pela legislação brasileira” (Alves, 2017, p. 22), preocupando-se, especialmente, com a inclusão e permanência de estudantes negros.

Da mesma forma, o NEABI da UERN tem atuado significativamente em comunidades quilombolas no Oeste potiguar, “entendendo que estas carecem de ações mais efetivas que reforcem não apenas a educação formal, mas que busque valorizar as elaborações nativas focando outros saberes, outras formas de transmissão de conhecimento” (PPC/DCSP, 2013, p. 203).

No ano de 2012, são desenvolvidos dois projetos de extensão, retomando as discussões que perpassam as exigências da Lei 10.639 de 2003. O primeiro projeto de extensão, intitulado como “História e Cultura Afro-Brasileira na escola - Lei 10.639”, foi coordenado pela professora Eliane Anselmo (coordenadora no NEABI, à época), tendo como objetivo principal qualificar docentes na Educação Básica no que diz respeito à implantação da Lei 10.639/2003, frisando que “a meta é capacitar professores para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas da rede pública municipal de Areia Branca (PPC/DCSP, 2013, p. 208). Esse projeto foi composto por três professores do DCSP da UERN e sete graduandos. Contudo, não é informado no PPC se tais estudantes eram unicamente do curso de Ciências Sociais ou de outras graduações.

O outro projeto em questão foi “Memória, cultura e identidade: a educação para as relações étnico-raciais nas escolas quilombolas do Rio Grande do Norte”, tendo em vista que “constitui uma tentativa de reestabelecer práticas de pesquisa e extensão na área da promoção da igualdade racial e combate ao racismo e a discriminação, visando à inclusão social de populações historicamente destituídas do acesso à educação formal” (PPC/DCSP, 2013, p. 209), salientando a construção de material didático e práticas pedagógicas que envolvam quilombolas. Coordenado pelo professor José Glebson Vieira, o respectivo foi composto por uma equipe de cinco professores, quatro estudantes da graduação e uma mestranda do PPGCISH, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (PROEXT) com recursos na ordem de R\$ 50.000,00, tendo conclusão em 2013.

Entrando na lista dos projetos de extensão, fruto das atividades do NEA-BI, até a conclusão do PPC do DCSP, preparava-se o IV Colóquio sobre Questões Étnicas no Nordeste Brasileiro, com o tema “Povos Afrodescendentes do Brasil: reconhecimento, territorialidades e resistência”, almejando a possibilidade do debate acerca de reflexão formativa em consonância com o estímulo à pesquisa e extensão, “[...] relacionadas à temática étnico-racial, colaborando ainda com a implementação das Diretrizes Curriculares para a educação étnico-racial e o ensino da história e cultura afro-brasileira na escola, a partir das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08” (PPC/DCSP, 2013, p. 204).

O Colóquio sobre Questões Étnicas no Nordeste Brasileiro avança quando preenche ausência que se tinha da Lei 11.645 de 2008 nos projetos de extensão DCSP, uma vez que é possível perceber que atividades/ações que vinham sendo desenvolvidas davam mais destaque à Lei 10.639 de 2003. Dessa forma, há um consenso de que essa última lei discute com maior ênfase a história e cultura africana e afro-brasileira em detrimento aos aspectos relacionados às populações indígenas (Silva, 2017a).

Na verdade, ainda considerando as indagações de Silva (2017a), é interessante refletir acerca da promulgação de ambas leis, percebendo a existência de controvérsias, haja vista que, primeiramente, a Lei de 2003 é resultado de reivindicações do Movimento Negro, culminando na alteração da LDB de 1996. Entretanto, nos cabe ter em vista que, enquanto aparece a menção à Lei 11.645 de 2008 em ações desenvolvidas pela equipe do DCSP da UERN, abrem-se as portas para debater a respeito de aspectos que perpassam a história e cultura indígena aliada às exigências obrigatórias já atribuídas pela Lei 10.639 de 2003, levando em conta que tais leis

Além disso, salientamos que o Colóquio sobre Questões Étnicas no Nordeste Brasileiro teve outras edições após o período em que essa versão do PPC do DCSP de 2013 foi construída e publicada. Assim, de acordo com informações disponíveis na página oficial² no *Facebook* e *Instagram*, o colóquio conta com sua décima edição em 2022.

² Página oficial do Colóquio sobre Questões Étnicas no Nordeste Brasileiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/X-Col%C3%B3quio-sobre-Quest%C3%B5es-%C3%89tnicas-no-Nordeste-Brasileiro-250801875567020/>. Acesso em março de 2025.

Ademais, é possível perceber a tentativa de transformar o Colóquio sobre Questões Étnicas no Nordeste Brasileiro em evento permanente no calendário de atividades do DCSP ou mesmo do calendário da UERN, uma vez que, enquanto atividade de extensão, é efetivamente aberto à comunidade. Nesse sentido, o colóquio citado oportuniza a existência de uma luta contra o preconceito e discriminação, intervindo diretamente na constituição do ambiente acadêmico e na comunidade (Carvalho, 2019).

Considerações Finais

Concluimos que o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UERN tem avançado na incorporação da temática da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena em suas atividades de pesquisa e extensão. O PPC/DCSP de 2013, elaborado após a promulgação da Lei Federal 11.645/2008, deixa claro que há um esforço significativo para garantir que os futuros professores de Sociologia estejam preparados para abordar essas questões de forma crítica e inclusiva na Educação Básica.

Os projetos de pesquisa e extensão identificados no curso, como o “Memórias da emergência indígena na comunidade dos Caboclos de Assú-RN” e “Relações interétnicas, Educação e Igualdade Racial: etnografia de escolas quilombolas no Rio Grande do Norte”, tornam evidente uma preocupação em desfazer estereótipos e promover a valorização das culturas afro-brasileira e indígena. Iniciativas como essas não apenas contribuem para a formação acadêmica dos estudantes, mas também têm um impacto social relevante, ao colaborar com comunidades locais, promovendo a igualdade racial e respeito às diferenças.

No entanto, ainda há lacunas a serem preenchidas e obstáculos a serem superados. Apesar dos avanços, a temática indígena recebe menos atenção em comparação com a afro-brasileira, especialmente nas atividades de extensão. Isso sugere a necessidade de um maior equilíbrio na abordagem dessas duas dimensões da história e cultura brasileira, de modo a garantir uma formação docente mais abrangente e alinhada com os princípios de uma educação intercultural e antirracista.

Além disso, a análise dos projetos de extensão revela que, embora haja um compromisso com a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo, ainda seriam necessárias mais iniciativas que abordem diretamente as relações étnico-raciais. A realização de colóquios e oficinas tem sido um passo importante nessa direção, mas é fundamental que essas atividades sejam ampliadas e integradas de forma mais sistemática no currículo do curso.

Por fim, é importante destacar o papel da universidade como um espaço de promoção de uma educação antirracista e intercultural. A UERN, por meio de seus cursos de licenciatura, tem a oportunidade de contribuir para a formação de professores que não apenas dominem os conteúdos curriculares, mas que também estejam preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade marcada pela diversidade. Para isso, é essencial que a universidade continue investindo em pesquisas e projetos de extensão que promovam a reflexão crítica sobre as questões étnico-raciais, garantindo que os futuros educadores estejam aptos a valorizar e respeitar as diferentes culturas que compõem o Brasil.

É possível perceber que, a partir dos projetos e ações apresentados no PPC de 2013, dois professores, à época, demonstraram interesse na História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, sendo Professor Dr. José Glebson Vieira e Profa. Dra. Eliane Anselmo da Silva. Portanto, não podemos deixar de salientar que a saída do Professor Glebson Vieira foi uma perda para o DCSP quando o assunto é especialista comprometido com as relações étnico-raciais.

Em síntese, mesmo que outras fontes, de outras temporalidades podem nos apresentar outros elementos, os resultados deste estudo apontam para avanços significativos, mas também para a necessidade de um maior aprofundamento e equilíbrio na abordagem das temáticas africana, afro-brasileira e indígena. Consideramos que formação de professores críticos e conscientes de sua responsabilidade social é um passo fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

Referências

AUGUSTI, Rudinei Barichello; DALCIN, Larissa. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Elo** – Diálogos em Extensão, Viçosa, v. 5, n. 3, p. 38-49, 23 dez. 2016.

BARBOSA, Maria Valéria; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Formação de professores de Sociologia: um estudo à luz da teoria histórico-cultural. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 01, p. 159-176, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. CNE/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Brasília: CNE/CES, 2001.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, e dá outras providências).

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 13-37.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p.240-255, 2011.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFONGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 79-106.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: Orientações a partir do marxismo. **HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 1, p.309-331, abr. 2011.

LOPES, Eliezer Mendes; LOBO, Deisiré Amaral. Características dos grupos de pesquisa da Universidade federal do Rio Grande (FURG) cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP/CNPQ). **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, *Rio Grande*, v. 30, n. 01, p. 79-101, 2016.

MAINARDES, Jefferson. Grupos de pesquisa em educação como objeto de estudo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. 1-15, 2022.

PRADO, Beatriz Martins dos Santos; PEDRO, Rachel da Costa; GOMES, Marineide de Oliveira. Um olhar sobre a lei federal nº 11.645/2008: antecedentes, concepções e evolução. **Revista Eletrônica Leopoldianum**. Santos, v. 44 n. 122, 2018, p. 17-34.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da lei 11.645/2008. **Mneme** - Revista de Humanidades, v. 15, n. 35, p. 21-37, 17 out. 2014.

SILVA, Edson. Os Povos Indígenas e o Ensino: Reflexões e Questionamentos às Práticas Pedagógicas. **Tópicos Educacionais**, [S.l.], v. 23, n. 2, mar. 2017a.

SILVA, Maria da Penha. A Lei nº 11.645/2008 e o lugar dos povos indígenas no currículo do Curso de História da UFPE. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**. Recife, v. 3 n. 1, p. 224-241, 2017b.

SILVA, José Alessandro Cândido da. Uma década e meia da Lei 11.645/08: O que mudou nas licenciaturas do Campus Floresta - UFAC? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, p. 1-15, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – PPC/DCSP**. Mossoró-RN: UERN; 364p., 2013.

VASCONCELLOS, M. M.; BERBEL, N. A.; OLIVEIRA, C. Formação de professores: o desafio de integrar estágio com ensino e pesquisa na graduação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 90, n. 226, 11 dez. 2009.

VASCONCELOS, Débora Kelly Ferreira; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 1–19, 2024.

CAPÍTULO 9

ANÁLISE MULTICRITÉRIO DA INFRAESTRUTURA URBANA: OS PADRÕES DE QUALIDADE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Diego de Sousa Ribeiro Fonseca

Sérgio Leandro Sousa Neves

Doi: 10.48209/978-65-5417-506-9

Resumo: O objetivo desse estudo foi, por meio de uma análise multicritério, mapear e apontar as regiões e municípios do Brasil, e suas cidades, com maiores e menores avanços sob o aspecto do desenvolvimento social. A metodologia consistiu na montagem de um sistema geográfico de banco de dados envolvendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal; o Índice de Gini; o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil; o Índice de Adoecimento por Dengue nos Municípios. A partir desses dados, providenciou-se a análise descritiva, hierarquização por quartis e escalonamento posicional, geração de mapas, gráficos e tabelas, implementação da regressão linear de Kernel e aplicação do Índice de Moran para avaliação da autocorrelação espacial. Os resultados mostraram as regiões Norte e Nordeste com deficiências no desenvolvimento humano, e a metade sul de Minas Gerais conjuntamente com o Centro-Sul do país como regiões profícuas. Áreas pouco desenvolvidas são consequência do descaso ou da incapacidade, enquanto que espaços mais desenvolvidos são o resultado do trabalho e do maior comprometimento da gestão pública com sua população.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; qualidade das cidades; análise descritiva; índices de desenvolvimento.

The objective of this study was, through a multi-criteria analysis, to map and point out the regions and municipalities of Brazil, and their cities, with the greatest and least progress in terms of social development. The methodology consisted of setting up a geographic database system involving the Municipal Human Development Index; the Firjan Municipal Development Index; the Gini Index; the Sustainable Development Index of Brazilian Cities; the Dengue Illness Index in Municipalities. From these data, descriptive analysis, quartile ranking and positional scaling, map generation, graphs and tables, implementation of Kernel linear regression and appli-

cation of the Moran Index for spatial autocorrelation evaluation were provided. The results showed the North and Northeast regions with deficiencies in human development, and the southern half of Minas Gerais together with the Center-South of the country as thriving regions. Underdeveloped areas are a consequence of neglect or incapacity, while more developed spaces are the result of work and greater commitment of public management to its population.

Keywords: sustainable development; quality of cities; descriptive analysis; development indexes.

Introdução

A identificação de municípios e suas respectivas cidades mais avançadas socialmente é uma tarefa fundamental para avaliar o nível de desenvolvimento das regiões, e, a partir disso, verificar e analisar as vulnerabilidades de outros espaços inseridos em categorias geográficas desprestigiadas. Dessa forma, municípios com maior desenvolvimento podem servir como modelos para aqueles que necessitam de aperfeiçoamento.

Conforme é verificado na literatura pertinente à abordagem da qualidade dos espaços, qualquer modelo proposto que busque de forma exclusivista avaliar o nível de desenvolvimento ou qualidade dos espaços é insuficiente, tendo em vista que quaisquer deles apresenta falhas em determinados aspectos. Na busca de uma abordagem abrangente, ou holística, é mais pertinente o uso de vários critérios para avaliação desses espaços habitados pelo ser humano (PELLENZ; PUCHALE, 2018; MISRA; KUMAR, 2020; KRUGER; BOURSCHEIDT, 2021).

Análises robustas providenciam a detecção de aglomerados espaciais a partir do desempenho de indicadores socioeconômicos, permitindo a identificação de regiões com concentração de problemas ou vantagens e a interação entre elas. Essa investigação espacial proporciona a possibilidade de avaliar a capacidade do Estado em proporcionar equidade e desenvolvimento social, e, dessa forma, discriminar regiões com desafios para o setor público (FORATTINI, 1991; ANSELIN, 1992; TORRES et al., 2003; KIN; YANG, 2021).

Na perspectiva elencada, avaliadores de desenvolvimento, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Índice de Gini, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (IDSC-BR), e o Índice de Adoecimento por Dengue no Brasil (IADM) apresentam variáveis interessantes como critério de análise, tais como: emprego, renda, escolaridade, esperança de vida ao nascer, desigualdade social, desenvolvimento sustentável e infraestrutura urbana para qualidade de vida dos seus cidadãos (FUZARO; CARNIELLO, 2020; OGRODNIK, 2020).

Dentro dos argumentos mostrados, o objetivo desse estudo é, por meio de uma análise multicritério, mapear e apontar as regiões e municípios do Brasil, e suas cidades, com maiores e menores avanços sob o aspecto do desenvolvimento social. Essa investigação pretende auxiliar na discussão da qualidade dos espaços públicos entre os especialistas acadêmicos, incentivar a gestão pública na promoção de medidas mitigatórias para a vulnerabilidade de determinados espaços. E, ainda, dar notoriedade às regiões mais desenvolvidas do Brasil, evidenciando as condições para o desenvolvimento ao ponto da maior equidade entre suas populações, as quais estão direcionadas para o avanço próximo ao ideal (OGRODNIK, 2020).

Materiais e Métodos

Área de estudo

O território brasileiro encontra-se localizado quase completamente, 93% da sua área, na América do Sul, especificamente, na sua porção Norte, na região intertropical próxima à faixa equatorial do globo terrestre, e, ao Sul até mais adiante do Trópico de Capricórnio. A área total do país compreende 8.510.417.771 km², e sua população atual, em 2024, está em torno de 208.000.000 habitantes. As regiões com a maior população absoluta são: o Sudeste, com 87.348.223; o Nordeste, com 55.389.382; e o Sul, com 30.685.598 pessoas (IBGE, 2022). O Brasil ocupa a 12ª posição na economia mundial, o que mostra seu grau de desenvolvimento e nível de competitividade comparável aos países mais desenvolvidos do planeta (FMI, 2023).

Base de dados

Para realização do trabalho foram adquiridos dados em formato de planilha numérica editável (xls), do Índice de Desenvolvimento das Cidades Brasileiras (IDSCBR), junto ao Instituto Cidades Sustentáveis (ICS, 2023). O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi adquirido junto à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2018). O Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foram adquiridos junto ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2010). A malha digital, em formato *shapefile* (shp), com a representação dos municípios brasileiros, foi adquirida junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Os dados adquiridos para geração do Índice de Adoecimento Municipal (IADM) foram providenciados por meio do DATASUS, através do Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN, 2019), o qual disponibiliza mensalmente os microdados dessas notificações em formato *data base format* (DBF), para cada município do país. Para efeitos deste estudo, optou-se por trabalhar com as internações no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2019. A escolha por iniciar a análise a partir de 2009 se deveu à maior qualidade dos resultados, trabalhados num período superior a uma década, e, quanto à quantidade desses registros, o que denota um universo de dados mais incisivo. Foram concatenados, inicialmente, 6,8 mil arquivos em uma única base dados, o que possibilitou a seleção e a quantificação das internações de interesse da pesquisa. Diversos estudos têm utilizado os dados do Serviço de Internações Hospitalares (SIH) para a análise e entendimento tanto das causas como das ações para vigilância e prevenção de doenças no Brasil (HATISUKA et al, 2015).

Procedimentos operacionais

Inicialmente, a partir do *software* QuantumGIS, ou QGIS, versão 3.26.3, foi realizada a montagem do banco de dados geográfico por meio do acesso à tabela de atributos da malha municipal *shapefile* adquirida junto ao IBGE. Os dados do IDHM, IFDM, Índice de Gini e IDSCBR foram unidos e concatena-

dos por meio do código municipal contido nessas tabelas, gerando dessa forma um banco de dados único com as variáveis de interesse para esta pesquisa.

Posteriormente uma filtragem para os 84.636 casos de internações por dengue foi realizada com os dados do DATASUS, os quais foram selecionados e tabulados, quando foi adicionada posteriormente a população municipal conforme o censo demográfico (IBGE, 2010).

Foram calculadas as taxas médias de internação por dengue (TMI) durante o período de referência, entre 2009 e 2019, e taxas anuais de internações hospitalares (TAI), a fim de se obter estimativas consistentes e evitar flutuações indesejadas dessas TAI's. Salienta-se que foram observadas as médias móveis quinquenais do número total de internações nos procedimentos envolvendo cálculo, isso feito para quase toda a série histórica analisada, exceto para os anos de 2018 e 2019, cujas médias foram obtidas com base nos quatro e três últimos valores anuais dos totais de internações registradas, respectivamente, conforme a localidade de residência do internado, gerando, ao final do processo, a taxa de internações por 1.000 habitantes.

As fórmulas de cálculo dessas taxas encontram-se expressas nas seguintes equações, na qual o $n_{i,l}$ representa o total de internações registradas na localidade l no ano i e $P_{i,l}$ a população estimada da localidade l no ano i :

$$TAI_{i,l} = \frac{5^{-1}}{P_{i,l}} \sum_{i=i-2}^{i+2} n_{i,l}$$

$$TMI_l = \frac{20^{-1}}{P_{10,l}} \sum_{00}^{19} n_{i,l}$$

Por fim, os resultados das análises, em escala regional da distribuição espacial das TMI's e das tendências temporais das TAI's foram combinadas, dando origem a uma tipologia sucinta e indicativa do padrão espaço-regional da proliferação da dengue e seus agravantes nos municípios do Brasil.

Com o propósito de que todos os valores variassem de 0 a 1 entre os índices utilizados neste trabalho, foi feita, no QGIS, a normalização dos dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (IDSC-BR) e do Índice de Adoecimento por Dengue Municipal (IADM), de forma que ficassem

escalonáveis conforme o valor máximo das variáveis. Os aspectos positivos dessa prerrogativa estão estabelecidos na manutenção da originalidade e proporção. Dessa forma, cada valor foi dividido pelo valor máximo do seu respectivo grupo, permitindo que a análise se torne diretamente comparável ao maior valor possível do conjunto de dados trabalhados (MARTINS, 2010).

Por meio do *software Stata Statistics Data Analysis*, versão 16, realizou-se análises estatísticas como: a análise descritiva, o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov, o teste de hipóteses de Kruskal-Wallis, e a regressão linear, não paramétrica, de Kernel (AYRES, 2007; ALMEIDA; MEDRONHO; VALÊNCIA, 2009; MARTINS, 2010).

Seguidamente, por meio do banco de dados geográfico montado e configurado, a partir da “seleção por expressão”, do QGIS, foram selecionados os valores acima do terceiro quartil das variáveis: IDHM, IFDM, IADM e IDSC-BR, as quais, conforme sua escalabilidade e indicativo de desenvolvimento, variando de 0 a 1, atribuiu-se o valor 4 como peso amostral para uma nova coluna gerada. No caso do Índice Gini, devido a sua lógica inversa de grandeza, ou seja, quanto mais próximo a zero melhor é a distribuição de renda do município, foi atribuído o valor 4 aos valores dentro do primeiro quartil. Nos índices IDHM, IFDM, IADM e IDSC-BR, da mediana até os valores menores que o terceiro quartil foi atribuído o valor 3 como peso amostral. No Gini, valores maiores que os contidos no primeiro quartil, porém menores que a mediana, atribuiu-se o valor 3. Seguindo essa estratégia, foi feito em forma decrescente, conforme os quartis das variáveis trabalhadas até que finalizasse a seleção com a atribuição do valor 1 e todos os dados fossem adequadamente pontuados. Para finalizar o procedimento, a partir dos diferentes pontos que determinado município brasileiro recebeu, conforme cada critério de análise (IDHM, IFDM, GINI, IDSCBR e IADM) efetuou-se a soma desses pesos a fim de que se chegasse aos resultados que mostrassem aqueles com maior desenvolvimento por meio dessa análise multicritério. Mapas coropléticos estratificados em quatro ordenamentos de grandeza foram gerados, com a representação dos quartis de posição dos resultados gerados.

Para filtragem dos pontos de maior desenvolvimento foi tomado como

método a autocorrelação espacial por meio do Índice de Moran. Para Câmara et al. (2004), a análise de correlação espacial pode ser entendida como um conjunto de procedimentos encadeados cuja finalidade é a escolha de um modelo inferencial que considere explicitamente o relacionamento espacial presente no fenômeno. Os procedimentos iniciais da análise incluem o conjunto de métodos genéricos de análise exploratória e o mapeamento das informações. Essas técnicas permitem descrever espacialmente a distribuição das variáveis de estudo, além de identificar observações atípicas em relação ao tipo de distribuição e em relação aos vizinhos, na busca por padrões na distribuição espacial.

Adicionalmente, o desempenho global da autocorrelação foi abastecido por classes de indicadores locais de associação espacial que permitem a decomposição de indicadores globais, como o I de Moran. Os índices LISA (Indicadores Locais de Associação Espacial) poderiam ser usados para identificar *outliers* e avaliar a influência de localizações individuais na magnitude das estatísticas globais (ANSELIN, 1995).

A grande vantagem do LISA é a propriedade de decomposição do índice global (I) em índices locais de associação espacial, e vice-versa. Neste sentido, a forma mais simples para se calcular o $LISA_i$, de um valor z_i de uma variável amostral padronizada Z , se dará pela multiplicação de z_i pela média dos valores dos vizinhos de z_i , ou seja, $\sum w_{ij} z_j$; o I de Moran será dado, então, pela esperança dos valores de $LISA_i$ os quais, nesse caso, podem ser calculado pela soma dos $LISA_i$, e dividindo o resultado desse somatório por n menos 1, sendo n os números dos valores de Z . Tal como pode ser observado nas equações abaixo:

$$LISA_i = z_i \sum_{j=1}^n w_{ij} z_j$$

$$I = \frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n LISA_i$$

O I de Moran configura-se em uma medida de autocorrelação espacial global, pois indica o grau de associação espacial para o conjunto total dos dados. Outra interpretação deste índice indica que ele pode ser entendido como

um teste cuja hipótese nula é de independência espacial: nesse caso, seu valor seria zero. Valores positivos (entre 0 e 1) indicam a correlação direta, e valores negativos (entre -1 e 0) indicam correlação inversa, observada entre os valores locais e a médias dos valores vizinhos (VIEIRA, 2009).

Valores próximos a zero indicam ausência de autocorrelação espacial. Neste caso, entende-se que o espaço não apresenta nenhuma influência no valor observado na variável de interesse (Anselin, 1992), isto é, a localização não é relevante para determinar o valor observado na variável analisada. O I de Moran Local, quando significativo, também possibilita decompor as relações locais em quatro tipos categóricos:

- alto-alto (municípios com valores altos circundados por municípios com valores altos);
- alto-baixo (valores altos com vizinhos de baixos valores);
- baixo-alto (valores baixos circundados por vizinhos com altos valores), e, finalmente;
- baixo-baixo (municípios com valores baixos com vizinhos também com valores baixos).

Resultados e Discussão

Com base na análise da Tabela 1, a seguir, é possível perceber que há a predominância de uma alta variabilidade nos dados trabalhados para os 5572 municípios do Brasil, principalmente quanto à incidência de adoecimento por dengue (IADM), com desvio-padrão igual a 0,292, e quanto ao desenvolvimento social relacionado à aspectos econômicos, tal como visto no desvio-padrão do IFDM igual a 0,130. As médias dos Índices IDHM (0,658) e IFDM (0,655) apresentam-se similares, com desvio-padrão mais alto para o IFDM (0,130), o que pode dificultar as análises de desenvolvimento urbano tendo esse Índice como parâmetro. A média do IDSCBR (0,738) é a mais alta entre os dados da Tabela 1, e a do IADM (0,433) a mais baixa, indicando certa discrepância entre esses dados, e mostrando que quanto maior é o desenvolvimento sustentável das cidades, menor é o adoecimento por dengue.

No último quartil (3º) do conjunto de dados, é mostrada certa semelhança entre os valores, os quais estão acima de 0,70, exclusive para o Índice Gini, o que serve como indicativo para, até certo ponto, o nível de desenvolvimento econômico ser correlacionável às internações por dengue, o que pode estar condicionado ainda a maior concentração de renda em determinados espaços, notabilizando que os índices de desenvolvimento econômico trabalham com resultados econômicos medidos por médias, e portanto, são incapazes de avaliar, satisfatoriamente, as discrepâncias existentes nas sociedades de cada município. A partir da mediana até os dados do primeiro quartil é visto, novamente, a comprovação da alta dispersão nos dados nas quatro variáveis em estudo, a não ser para o IADM, evidenciando que o maior número de internações por dengue obedece a critérios específicos, intrínsecos à geografia das regiões. Conforme ainda a observação dos valores mínimos das variáveis, é notada a relação negativa direta entre o Índice Gini e o IADM, quanto menor é a concentração de renda, portanto, menor é a desigualdade das populações dos municípios, com o Gini próximo à zero (0), e, nestes casos, menor é a incidência da epidemia de dengue. A referida análise reforça o IADM como bioindicador de desenvolvimento da infraestrutura citadina.

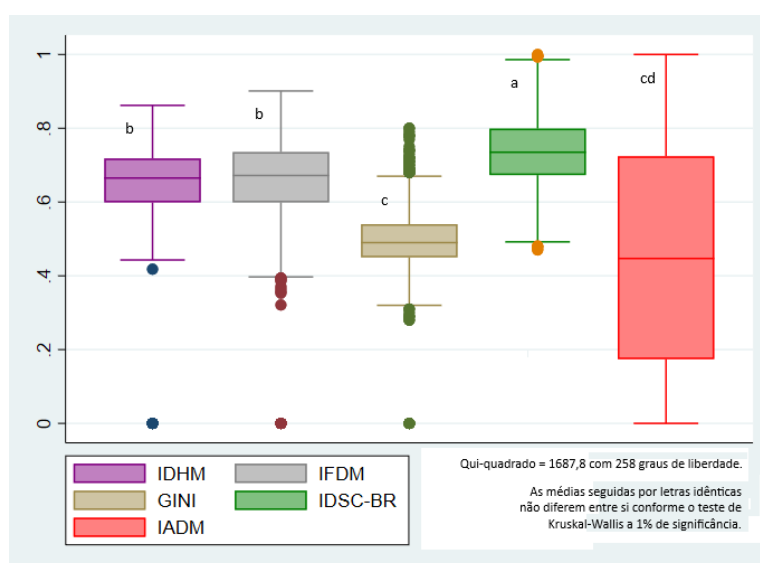
Tabela 1. Estatística descritiva dos parâmetros de qualidade urbana selecionados.

Estatísticas	IDHM	IFDM	GINI	IDSCBR	IADM
Mínimo	nulo	nulo	nulo	0,47	0
1º quartil	0,599	0,599	0,45	0,673	0,174
Mediana	0,665	0,672	0,49	0,735	0,447
3º quartil	0,718	0,7355	0,54	0,799	0,724
Máximo	0,862	0,901	0,8	1	1
Média	0,658	0,655	0,493	0,738	0,433
D. Padrão	0,076	0,130	0,068	0,090	0,292

Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010); FIRJAN (2018); SINAN (2019); ICS (2023). Org.: própria, 2024.

Além da análise descritiva dos dados de forma tabular, a representação gráfica e o teste de diferença de médias, mostrado por meio da Figura 2, marcam a relação pareada entre os Índices de desenvolvimento econômico, IDHM e IFDM, diante das letras (b) e médias significativamente iguais ($p < 0,01$) mostradas, e a resposta dicotômica entre os dois últimos citados e o Índice Gini (c), numa relação negativa em que, quanto maior o desenvolvimento avaliado pelo IDHM e IFDM, maior é a concentração de renda. O índice de sustentabilidade das cidades é o que apresentou médias significativamente mais elevadas (a), e, tal como discutido e esperado, o IADM e o Índice Gini apresentam certa similaridade (c) conforme o teste de Kruskal-Wallis empregado. Portanto, a discrepância entre os mais ricos e os mais pobres estaria relacionado ao maior número de adoecidos notificados. O Índice Gini é aquele com a menor dispersão entre as variáveis analisadas, os *outliers* concentram-se mais acima do terceiro quartil, notabilizando que os municípios brasileiros apresentam, estruturalmente, grandes desigualdades sociais relacionadas às regiões geográficas específicas. Adicionalmente ao descrito, o IADM mostra a grande dispersão entre os quartis, mostrando também a grande variação da incidência de adoecimento, provavelmente associada ao desenvolvimento econômico dos municípios, porte e zona climática (IBGE, 2010; FONSECA et al., 2024).

Figura 2: Gráfico Box-Plot para representação das medidas de posição relativas aos parâmetros analisados e resultado do teste de diferença de médias.



Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010); FIRJAN (2018); SINAN (2019); ICS (2023). Org.: própria, 2024.

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é a adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, e serve para avaliar o nível de desenvolvimento dos municípios brasileiros. A origem desse índice econômico é indiana, a proposta da concepção do método está na possibilidade de avaliar a capacidade do Estado em promover a maior qualidade para as populações, e, dessa forma, avaliar regiões geográficas conforme os desafios do setor público (FORATTINI, 1991).

O IDHM é gerado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio da parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro. O PNUD é responsável por adaptar a metodologia global do IDH para o contexto brasileiro, e ainda disponibilizar esse indicador nacional. O Ipea e a Fundação João Pinheiro trabalham com a coleta e análise dos dados dos municípios brasileiros a fim de calcular o IDHM (FUZARO; CARNIELLO, 2020).

O cálculo do IDHM leva em consideração três dimensões principais: longevidade (expectativa de vida ao nascer), educação (anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade) e renda (renda municipal per capita). Tais dados são obtidos principalmente dos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Portanto, o IDHM é gerado por uma parceria entre organizações internacionais, e, no Brasil, através da colaboração entre institutos de pesquisa e o governo federal, tendo como objetivo medir o desenvolvimento humano nos municípios brasileiros e subsidiar políticas públicas e análise que avaliam o desempenho evolutivo dos municípios e regiões do Brasil. Com esse propósito, o IDHM é o parâmetro mais utilizado atualmente (ICS, 2024).

Esse Índice tem recebido críticas por não considerar todos os aspectos necessários para avaliar o desenvolvimento humano. Entre tais críticas, as principais estão relacionadas à: exclusão de análises ecológicas e de sustentabilidade, portanto, não é levada em consideração a situação ambiental e a sustentabi-

lidade do país, o que pode ser um dos fatores cruciais para o desenvolvimento das populações nas próximas décadas.

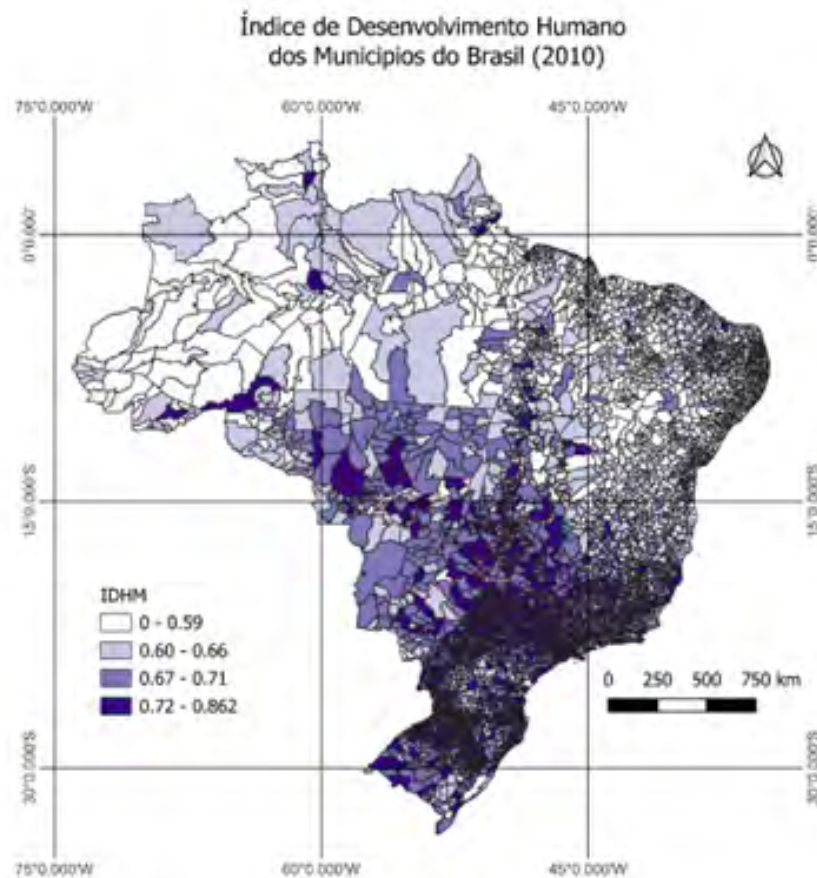
Além disso, o segundo ponto alvo de observações negativa reside na falha quanto à consideração da equidade e democracia, tal fator, conforme os críticos, pode mascarar a desigualdade social e a falta de participação política na tomada de decisões. O terceiro problema frequentemente apontado é que tal metodologia dá ênfase apenas nos indicadores quantitativos, tais como a expectativa de vida e a renda, mas não pontua de fato a qualidade da vida e a satisfação das pessoas envolvidas. Há ainda, a dissimulação da desigualdade, pois não considera a distribuição desigual dos recursos e oportunidades entre a população.

O quarto fator limitante refere-se à avaliação da saúde, tendo em vista que o Índice se concentra em indicadores de saúde, como a expectativa de vida, mas não considera a qualidade da saúde e a acessibilidade a serviços médicos (WISSMANN; BACKES, 2022; FONSECA et al., 2024).

Baseado em todas essas nuances, a avaliação da qualidade das cidades e municípios deve levar em consideração não apenas um único parâmetro, porque qualquer metodologia teria falhas, mas, uma análise mais assertiva deve pontuar as questões apontadas que o IDHM é alvo de depreciação (FORATTINI, 1991).

No Brasil, a avaliação do desenvolvimento dos municípios por meio do IDHM apresenta alta variabilidade espacial, com os valores mais elevados do Índice predominando no centro-sul do país (azul intenso), enquanto os valores mais baixos são mais frequentes nas regiões do Norte e Nordeste (Figura 3).

Figura 3: Mapa de representação dos quartis conforme os extratos de posição dos municípios brasileiros em relação ao índice de desenvolvimento humano.



Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010). Org.: própria, 2024.

Complementando a análise do mapa, ao Norte do país, Porto Velho e Vilhena, ambos no Estado de Rondônia, apresentaram os maiores IDHM. Enquanto os menores Índices dessa região estão com os municípios de Melgaço, no Pará, e Atalaia do Norte, no Estado do Amazonas. Na região Nordeste, os maiores valores do Índice ficaram entre os municípios Fernando de Noronha e Recife, em Pernambuco. Os menores valores desse Índice de Desenvolvimento ficaram entre os municípios de Nazária, no Piauí, e Fernando Falcão, no Estado do Maranhão. Na região Sudeste do Brasil, os maiores IDHM's estão nos municípios São Caetano do Sul e Águas de São Pedro, no Estado de São Paulo. Os menores valores foram encontrados em Araponga e Bonito de Minas, os dois municípios pertencentes ao Estado de Minas Gerais. A região Sul teve os municípios de Florianópolis e Balneário Camboriú, ambos em Santa Catarina, apresentando os maiores IDHM. Enquanto os menores valores ficaram em

Cerro Azul e Doutor Ulysses, os dois no Estado do Paraná. No Centro-Oeste do Brasil, os maiores IDHM ficaram em Brasília, Distrito Federal, e Goiânia, no Estado de Goiás. Os menores valores em tal região ficaram com Japorã, no Mato Grosso do Sul, e Campinópolis, no Mato Grosso.

Conforme o banco de dados geográfico gerado, a média do IDHM no Norte foi igual a 0,606 e desvio-padrão de 0,066. A média da região Nordeste ficou igual a 0,590 e o desvio-padrão igual a 0,045. A média do IDHM na região Sudeste foi de 0,698 com desvio-padrão de 0,045. A média do Índice na região Sul foi de 0,712 e o desvio-padrão igual a 0,054. Na região Centro-Oeste, o Índice médio ficou igual a 0,687 e desvio-padrão de 0,049. Portanto, as regiões com os maiores IDHM médio do Brasil entre suas unidades é o Sul seguido do Sudeste, porém, aquela com menor dispersão dos valores entorno da média é o Sudeste do Brasil. Isso indica que, sob o ponto de vista do desenvolvimento avaliado pelo IDHM, o Sudeste, de modo geral, apresenta menor desigualdade social quanto ao desenvolvimento dos municípios e das cidades.

IFDM

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um dado com base no estudo anual do Sistema da Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o qual avalia o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros nas três áreas de interesse das indústrias: emprego e renda, educação e saúde (FUZARO; CARNIELLO, 2020). Este Índice propõe ser uma atualização do primeiro, portanto, ser disponibilizado de forma mais continuada do que decenalmente, tal como o IDHM.

O IFDM é calculado a partir de estatísticas públicas oficiais, com base em dados fornecidos pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. A metodologia foi aprimorada em 2014 a fim de que fossem inclusos padrões de desenvolvimento dos países mais avançados, e, então, fosse permitido atualizar os parâmetros nacionais (FIRJAN, 2024).

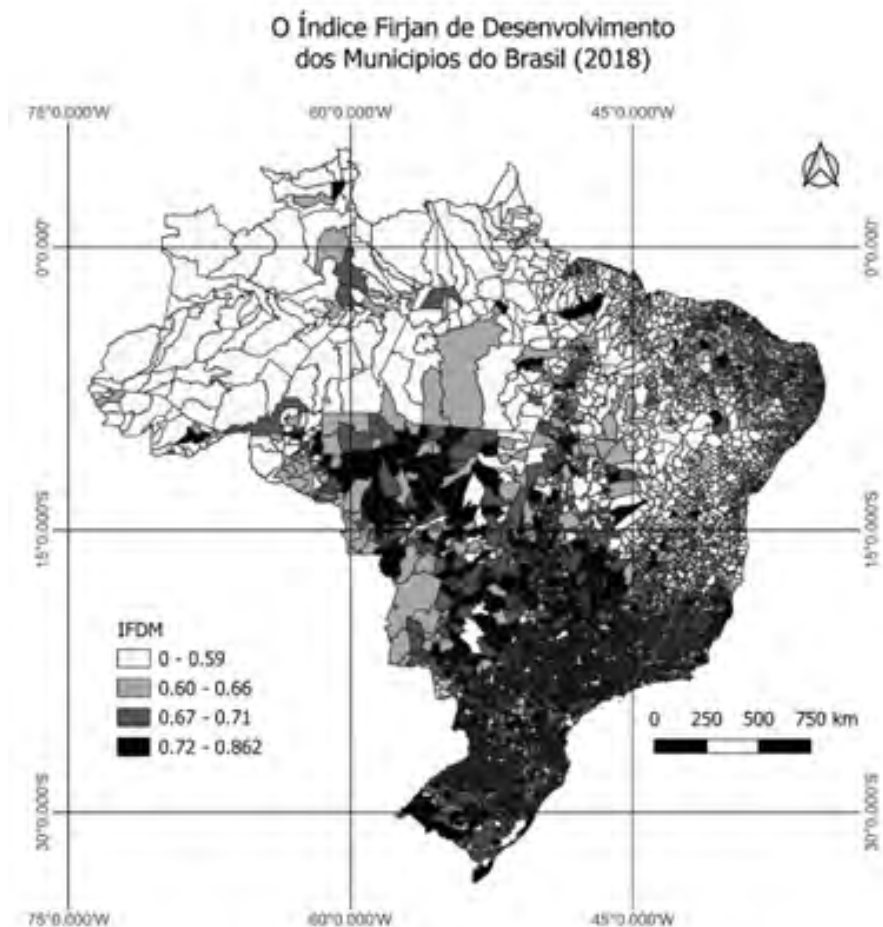
O IFDM, assim como o IDHM, varia de 0 (valor mínimo) a 1 ponto (valor máximo) e é classificado em quatro categorias de desenvolvimento: baixo

(0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1). Essa segmentação por medidas de posição, quartis, visa possibilitar a melhor compreensão do nível de desenvolvimento de cada município.

As críticas ao referido Índice são similares às aquelas feitas ao IDHM, mas, além dessas, os especialistas apontam para a possível falta de comparabilidade entre regiões do país naquilo que se refere às desigualdades nos gastos públicos sociais, sugerindo a necessidade de investigar a relação do Índice com despesas sociais em outras dimensões da obrigação do Estado, tendo em vista uma análise mais abrangente da qualidade humana (KRUGER; BOURSCHEIDT, 2021).

Espacialmente falando do Brasil, o IFDM segue um padrão muito similar ao do IDHM. A distribuição dos maiores valores dessa mensuração de desenvolvimento mostra-se de forma heterogênea, com os números mais baixos predominando na metade norte do país, tons mais claros de cinza. Contudo, o Centro-Sul, incluso o Centro-Oeste, têm maior homogeneidade, se comparado ao primeiro Índice analisado neste trabalho. Essa homogeneidade argumentada é mais significativamente perceptível no Sul do país, especialmente quanto aos valores mais elevados, em cinza intenso. Mesmo que conflua com os valores do IDHM (2010), a métrica do IFDM (2018) é mais atualizada e acompanha melhor o desenvolvimento populacional, urbano e econômico dos municípios, sobretudo em faixas intermediárias de tempo entre a formulação decenal do primeiro índice.

Figura 4: Mapa de representação dos quartis conforme os extratos de posição dos municípios brasileiros em relação ao índice de desenvolvimento Firjan.



Fonte: IBGE (2010); FIRJAN (2018). Org.: própria, 2024.

Em complementação à Figura 4, os municípios, por regiões, com os maiores e os menores valores do IFDM, na região Norte do Brasil, Palmas e Paraíso do Tocantins, ambas no Estado do Tocantins, apresentaram os mais elevados valores do Índice Firjan de Desenvolvimento. Aquelas com os menores valores foram Ipixuna, no Amazonas, e Santa Rosa do Purus, no Acre. Na região Nordeste do país, Eusébio e Sobral, ambas no Estado do Ceará, são aquelas com o Índice mais elevado, enquanto Nova Canaã e Ribeirão do Largo, na Bahia, estão entre os valores mais baixos. No Sudeste há destaque para Louveira e Itupeva, em São Paulo, com valores mais baixos encontrados em Bertópolis e São Sebastião do Maranhão, em Minas Gerais. No Sul do Brasil, destacam-se Apucarana, no Paraná, e Vale Real, no Rio Grande do Sul. Em detrimento, nessa região, Cerro Azul e Doutor Ulysses, ambas no Paraná, têm o Índice mais

baixo. Na região Centro-Oeste, Chapadão do Céu e Itumbiara, no Estado de Goiás, estão entre aquelas que apresentaram os valores mais elevados do índice Firjan, enquanto Campinápolis e General Carneiro, no Estado do Mato Grosso, foram aquelas com os valores mais baixos da região.

Em consulta ao banco de dados, a média do IFDM no Norte foi igual a 0,555 e desvio-padrão de 0,133. A média da região Nordeste ficou igual a 0,578 e o desvio-padrão igual a 0,123. A média do IDHM na região Sudeste foi de 0,706 com desvio-padrão de 0,097. A média do Índice na região Sul foi de 0,727 e o desvio-padrão igual a 0,094. Na região Centro-Oeste, o Índice médio ficou igual a 0,686 e desvio-padrão de 0,107. Portanto, as regiões com os maiores IFDM's médio do Brasil entre suas unidades é o Sul seguido do Sudeste, as dispersões dos dados das respectivas regiões são similares, mostrando o Sul do Brasil como a região com a melhor qualidade e desenvolvimento municipal.

O Coeficiente de Gini

O Índice de Gini é um indicador socioeconômico utilizado para mensurar a distribuição de renda em um determinado país ou Estado, região ou município. Criado pelo italiano Conrado Gini em 1912, varia de 0 a 1, tal como os dois primeiros Índices discutidos, IDHM e IFDM, porém, neste caso, o 0 representa igualdade total na distribuição de renda e 1 indica máxima desigualdade. A ordem de grandeza do Coeficiente de Gini é inversa ao IDHM e ao IFDM (FUZARO; CARNIELLO, 2021; IPEA, 2024a).

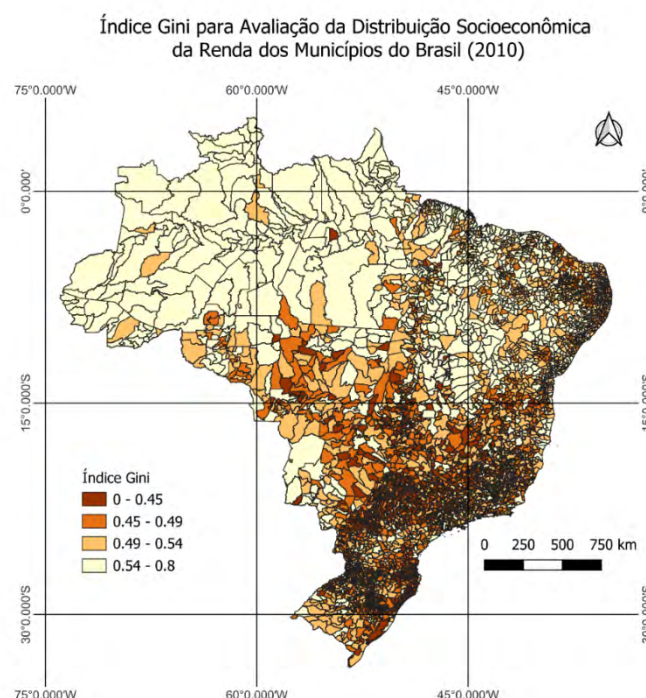
A produção do Índice de Gini é baseada na curva de Lorenz, a qual expressa a correlação entre a renda e a população analisada, permitindo compreender o grau de desigualdade ou igualdade econômica em um dado território. Quanto mais próximo ao valor 1, maior é a desigualdade na distribuição de renda entre a população, enquanto valores próximos à 0 propõem menor desigualdade (IBGE, 2022).

O Índice Gini é calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para sua geração, o IBGE utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) para mensurar a desigualdade de renda no país.

As críticas ao Gini referem-se à imprecisão na obtenção dos dados, o que comprometeria a confiabilidade do Índice. O Índice de Gini mede apenas a desigualdade de renda, mas não necessariamente reflete a justiça social e a igualdade de direitos em uma sociedade, portanto, é um dado limitado. Além disso, há um foco excessivo na desigualdade de renda, deixando de lado outros aspectos importantes do desenvolvimento humano, como educação, saúde e sustentabilidade. O Índice de Gini é frágil quanto às mudanças na posição central da distribuição de renda, podendo não captar adequadamente as desigualdades entre os extremos da pirâmide social. Certos estudos sugerem a necessidade de investigar melhor a relação do Índice de Gini com os gastos públicos sociais em diferentes regiões para uma avaliação mais abrangente, portanto, esse Índice não é capaz de avaliar as prioridades de investimento público conforme as necessidades regionais (MARTINS, 2010; SANTOS et al., 2020).

A modelagem dos dados conforme o mapa coroplético referente à Figura 5 demonstra que a porção sul de Minas Gerais, o Rio de Janeiro e a parte norte do Estado de Santa Catarina, é onde se apresentam as menores discrepâncias e, portanto, maior acesso às oportunidades ou a igualdade de renda das suas populações, em marrom escuro. Essa igualdade de oportunidades não é verificada em praticamente toda porção centro-norte do país, tons claros. É diversificada no Centro-Oeste, e há indícios de desigualdade de renda na porção sul do Estado de Santa Catarina e extremo sul do Rio Grande do Sul. O mesmo nível de desigualdade de oportunidade de acesso à renda, portanto, concentração de renda, é notada no Nordeste do Brasil.

Figura 5: Mapa de representação dos quartis conforme os extratos de posição dos municípios brasileiros em relação ao Índice de Gini e a distribuição da riqueza.



Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010). Org.: própria, 2024.

Em complementação à Figura 5, as melhores performances quanto à igualdade e desigualdade social conforme as grandes regiões, entre os municípios e suas cidades, escalonadas em ordem inversa, com os menores e os maiores valores do Coeficiente de Gini, na região Norte do Brasil, estão: Bernardo Sayão, no Tocantins, e Marituba, no Pará, com os números mais próximos à zero e, portanto, apresentando maior equidade social. Com valores mais elevados na mesma região, estão: Itamarati, no Amazonas, e Santa Rosa do Purus, no Acre. Na região Nordeste, há Caatiba, na Bahia, e Ipueira, no Rio Grande do Norte, como áreas de maior igualdade social. Enquanto os valores mais altos, portanto, indicando menor igualdade, foram vistos em: Alto Paranaíba, no Amazonas, e Arame, no Estado do Maranhão. No Sudeste, os destaques são: Córrego Fundo, em Minas Gerais, e São João do Pau D'Alho, em São Paulo. Valores ruins, altos, portanto, foram vistos em: Jequitibá e Manga, ambas em Minas Gerais. No Sul do país, os destaques são: Apucarana, no Paraná, e Vale Real, no Rio Grande do Sul. Imbé e Água Santa, ambas no Rio Grande do Sul estão como as de maior destaque quanto à desigualda-

de. Nova América e Palestina de Goiás, ambas em Goiás, são os destaques positivos na região Centro-Oeste. Enquanto os valores mais pífios estão em: Buritinópolis, em Goiás, e Campinápolis, em Mato Grosso.

Conforme o banco de dados geográfico deste trabalho, a média da região Norte referente ao Índice Gini é 0,566 com desvio-padrão igual a 0,068. Na região Nordeste, a média ficou igual a 0,524 e o desvio-padrão ficou igual a 0,050. Quanto ao Sudeste do Brasil, a média ficou em 0,465 e desvio-padrão igual a 0,054. No Sul, a média do Gini foi igual a 0,458 e desvio-padrão igual a 0,065. No Centro-Oeste a média correspondeu a 0,494 e desvio-padrão de 0,063. Portanto, os Coeficientes de Gini mais baixos, mostrando maior igualdade de renda entre a população ficaram com as regiões Sul seguida pelo Sudeste, porém, a dispersão dos dados em torno da média é maior no Sul do país, demonstrando que há municípios bastante desenvolvidos na região, e também outros com maior discrepância social entre suas populações.

IDSC-BR

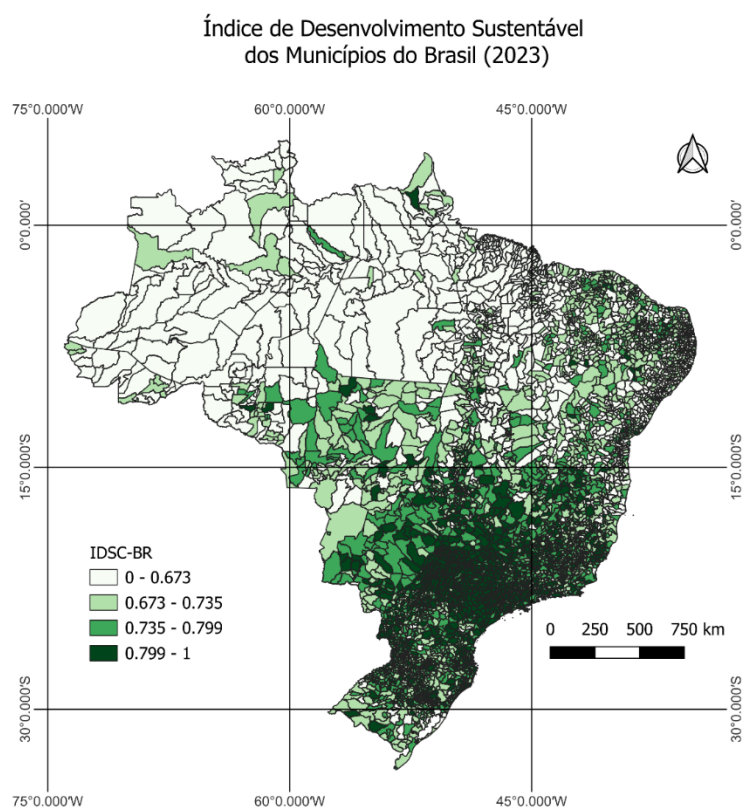
O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (IDSC-BR) é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS, 2024), em parceria com o *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN). O projeto visa acompanhar o progresso dos municípios brasileiros na direção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) discutidos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os indicadores são normalizados em uma escala de 0 a 100, onde 100 representa o melhor desempenho possível. Além do índice geral, há dados específicos, permitindo a análise detalhada dos avanços e desafios em cada objetivo traçado pela Agenda 2030.

Esse Índice ainda não tem críticas porque é uma novidade no cenário brasileiro, e, dessa forma, os trabalhos pesquisados apontam para sua potencialidade na avaliação da implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais e melhoria na qualidade ambiental do cenário nacional (WISSMANN; BACKES, 2022).

Conforme o mapa projetado para discriminação dos valores do IDSC-BR (2023), com dados transformados variando de 0 a 1, Figura 6, há predominância dos valores mais elevados desse Índice na metade sul do país. Municípios ou cidades que unem desenvolvimento econômico e sustentabilidade são visualizados em pontos isolados no Centro-Oeste e Norte de Minas Gerais, no entanto, de forma mais prevalente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda, no Paraná e parte oeste do Rio Grande do Sul.

Figura 6: Mapa de representação dos quartis conforme os extratos de posição dos municípios brasileiros em relação ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (IDSC-BR).



Fonte: IBGE (2010); ICS (2023). Org.: própria, 2024.

Na perspectiva do desenvolvimento mais sustentável, as cidades e seus municípios da região Norte do Brasil que apresentaram maior desenvolvimento foram: Palmas, no Tocantins, e Serra do Navio, no Amapá. Em detrimento, Acará e Anapu, no Estado do Pará, foram aquelas com menor índice de desenvolvimento para a porção setentrional. No Nordeste, Fernando de Noronha e Florânia, nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, apresentaram

maior desenvolvimento quanto ao IDSC-BR; enquanto aquelas com menor desenvolvimento para essa região foram: Arame e Buriticupu, ambas no Estado do Maranhão. No Sudeste, São Caetano do Sul e Bragança Paulista, ambas em São Paulo, têm maior desenvolvimento, em detrimento de Galiléia e Matias Cardoso, no Estado de Minas Gerais, com os menores valores. Quanto ao Sul do Brasil, Luzerna e Orleans, em Santa Catarina, têm os resultados mais positivos; enquanto que Rio Branco do Sul e Encruzilhada do Sul, ambas no Rio Grande do Sul, têm os resultados mais pífios quanto ao desenvolvimento sustentável. No Centro-Oeste, Brasília, capital federal, e Edéia, em Goiás, têm alto desenvolvimento; enquanto que Colniza e Poconé, no Mato Grosso, têm o desenvolvimento social, conforme a Agenda 30, mais pífio.

No Norte, a média dos dados de IDSC-BR ficaram em 0,633 com desvio-padrão de 0,060. Na região Nordeste, a média ficou em 0,674 e desvio-padrão de 0,056. No Sudeste, média igual a 0,814 e desvio-padrão igual a 0,074. No Sul, média de 0,769 e desvio-padrão de 0,056. No Centro-Oeste, a média ficou igual a 0,735 e desvio-padrão de 0,063. Portanto, o Sudeste do Brasil vem apresentando, conforme o referido Índice, o mais elevado desenvolvimento para a direção da sustentabilidade, enquanto o Norte apresenta os resultados mais significativamente medíocres.

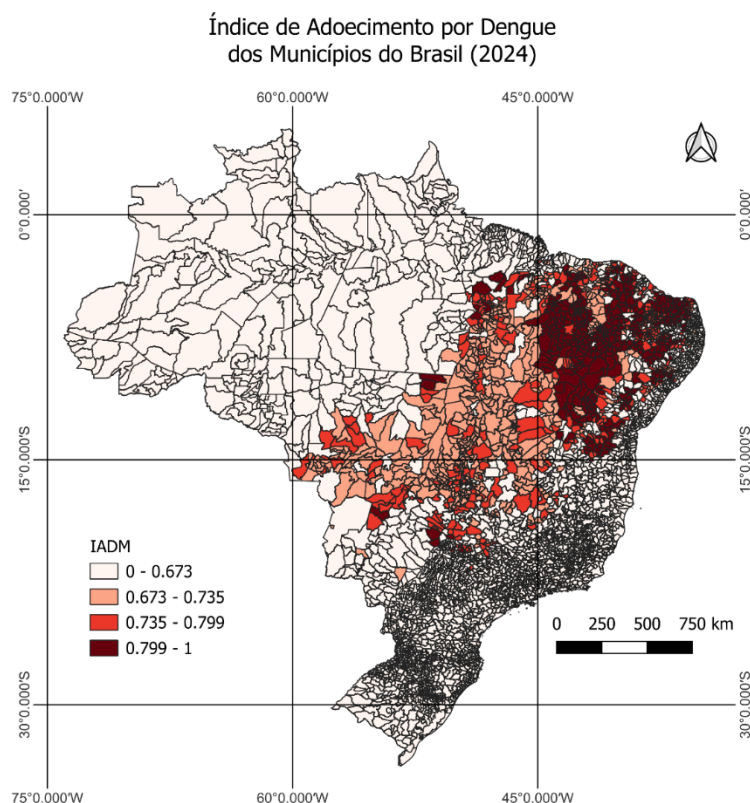
IADM

O Índice de Adoecimento por Dengue dos Municípios foi proposto por FONSECA et al (2024) e mostra a intensidade do adoecimento por dengue nas regiões do Brasil conforme seus municípios. É interessante ser usado na avaliação da qualidade urbana porque além do adoecimento provindo da epidemia de dengue, tal Índice pode ser usado como bioindicador de desenvolvimento relativo à infraestrutura das cidades, sistema de saúde preventiva e qualidade ambiental associada às mudanças climáticas, ou seja, à degeneração dos sistemas naturais urbanos por meio da intervenção humana com o capitalismo e geração dos criatórios de mosquitos, alguns sem predadores e, ainda, vetores de doenças, tais como o *Aedes aegypti*.

Há um padrão mostrado através da Figura 7, a seguir, quanto ao IADM produzido em 2024, conforme modelo recorrente entre os anos 2009 e 2019 (FONSECA, et al., 2024), e, portanto, previsível para os anos seguintes. Os casos mais acachapantes de internações por dengue envolvem planejamento preventivo estratégico, por parte dos gestores públicos; saneamento, pavimentação, destino dos resíduos sólidos e efluentes, e ainda, a limpeza urbana adequada somada às condições climáticas da região entre o Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, principalmente.

Consequentemente, diante dos fatores englobados nesse sistema de saúde-adoecimento, o IADM é um bioindicador diferencial para a qualidade urbana dos espaços habitados. A Figura 7 representa, em tons de vermelho, os níveis hierárquicos da propagação da doença e do descuido dos gestores com sua população. É visto que, de modo geral, há uma configuração atrelada à sazonalidade das chuvas e passagem das massas de ar intrínsecas a essa região, o que torna todo o Nordeste e grande parte do Centro-Oeste mais vulnerável. Áreas com regularidade no regime das chuvas, tais como o Norte e Sul do Brasil, são naturalmente menos suscetíveis. No entanto, a maior atenção a determinados espaços geográficos com predisposição à determinadas anomalias é fundamental à saúde coletiva. A dengue é uma doença tropical, mas sua maior disseminação expõe a incapacidade das gestões em minimizar o problema por meio de analogias mais requintadas, porém, esperadas e necessárias às políticas públicas.

Figura 7: Mapa de representação dos quartis conforme os extratos de posição dos municípios brasileiros em relação ao Índice de Adoecimento por Dengue dos Municípios do Brasil (IADM).



Fonte: IBGE (2010); FONSECA et al (2024). Org.: própria, 2024.

Promovendo maior detalhamento na exposição dos dados por grande região brasileira, no Norte, os valores mais críticos estão em: Rondon do Pará e São Domingos do Araguaia, ambas no Pará; e Manaus e Ananindeua, no Estado do Amazonas e Pará, como as mais calmas quanto à propagação da doença. Na região Nordeste: Araripe e Campos Sales, no Ceará, são as mais propagadoras de adoecimento, enquanto aquelas com menos internações acontecem nos municípios de Salvador e Porto Seguro, na Bahia. No Sudeste do Brasil se vê Iturama, em Minas Gerais, e Pontal, em São Paulo, como áreas mais críticas para proliferação; entre os mais amenos, encontra-se Guarulhos e São Paulo, ambos em São Paulo. O Sul do país ocorre a predominância dos municípios do Paraná como os mais críticos, entre eles: Diamantina do Norte e Jardim Olina; entre os mais amenos quanto à disseminação da doença, se vê aqueles do Rio Grande do Sul, por exemplo: Porto Alegre e Xangri-lá. No Centro-Oeste há dois municípios do Mato Grosso entre os mais críticos, Confresa e Vila Rica; dos

mais amenos para o adoecimento da sua população estão: Panamá, em Goiás, e Dourados, no Mato Grosso do Sul.

A média do IADM na região Norte do Brasil foi igual a 0,457, com desvio-padrão de 0,26. A média para a região Nordeste ficou em 0,662 com desvio-padrão de 0,224. Para o Sudeste, a média foi de 0,367 e desvio-padrão igual a 0,202. O Sul do Brasil apresentou 0,089 e 0,093 como média e desvio-padrão. O Centro-Oeste, a média foi de 0,641 e desvio-padrão de 0,158. Na perspectiva do IADM, o Sul do Brasil é o destaque absoluto como região mais amena quanto à propagação da doença, dengue, com pontos específicos de maior adoecimento, tal como mencionado anteriormente. Essa condição é um privilégio de uma zona climática subtropical, mas também, há o desenvolvimento humano e políticas públicas mais eficientes, tais como visualizado e discutido anteriormente neste trabalho.

O Nordeste e o Centro-Oeste são os protagonistas na disseminação da doença, mas o Centro-Oeste apresenta locais mais específicos, ou *clusters*, que são os responsáveis pelo aumento da média da região. Com base nesse último argumento, reforça-se as falhas da estratégia governamental em estabelecer planos de ação em saúde pública conforme a sazonalidade climática das duas regiões, o que se soma ao saneamento, pavimentação, destino do lixo e toda infraestrutura urbana deficitária.

Análise multicritério para avaliação da qualidade dos municípios e cidades brasileiras

Por meio dos parâmetros utilizados desde o início desta pesquisa, foi verificado que cada Índice apresenta potencialidades e falhas em certos aspectos. Uma análise robusta não é obtida através de um único parâmetro, e, portanto, medidas mais assertivas para nortear o entendimento se fundamentam em múltiplos critérios. Analisar a longevidade, renda e escolaridade da população é interessante, mas até que ponto isso é satisfatório para toda população do município? Se for incluso a esses parâmetros o acesso ao trabalho, ainda sim a análise pode estar restrita a uma camada de privilegiados da sociedade. Se for possível medir o nível de desigualdade de uma população, apenas isso não responderia o porquê dessa exclusão ou seus fatores histórico-estruturais.

Um bioindicador urbano que expusesse carências sociais em infraestrutura, como saneamento básico, limpeza urbana e qualidade ambiental, poderia ter certa limitação devido à fatores climáticos e a incapacidade de percebê-los há tempo de minimizar os impactos contemporâneos. Caso todos esses parâmetros fossem empregados conjuntamente com a perspectiva de mensurar a capacidade de desenvolvimento ao ponto sustentável, ou da mitigação dos impactos do desenvolvimentismo estritamente econômico, pode-se dizer que estar-se-ia na direção de uma avaliação mais ponderada para o desenvolvimento municipal ou das cidades abrangidas (ROCON; ALVAREZ, 2017).

A análise múltipla das interrelações entre os dados usados neste trabalho para produzir os pesos hierárquicos, conforme os quartis, visualizado na Tabela 2, permitem o maior entendimento das variáveis que mais produzem efeito no R^2 , igual a 0,78 por meio da regressão linear de Kernel. Nesse sentido, tal como esperado, o IADM (efeito igual a -3,705) e o Índice de Gini (efeito igual a -15,3) produziram efeitos negativos na avaliação da qualidade dos espaços, tendo em vista que quanto maior o valor do IADM, maior é o adoecimento por dengue, e, portanto, menor é a qualidade urbana quanto à infraestrutura relativa à saúde humana. O Gini, quanto menor for o seu valor, melhores são as condições de acessibilidade e igualdade socioeconômica. De forma direta e positiva, o IFDM (efeito igual a 15,1) e o IDSC-BR (efeito igual a 12,0) são aqueles que mais geraram impactos no peso gerado para mensurar a qualidade das cidades, tal como a metodologia deste estudo.

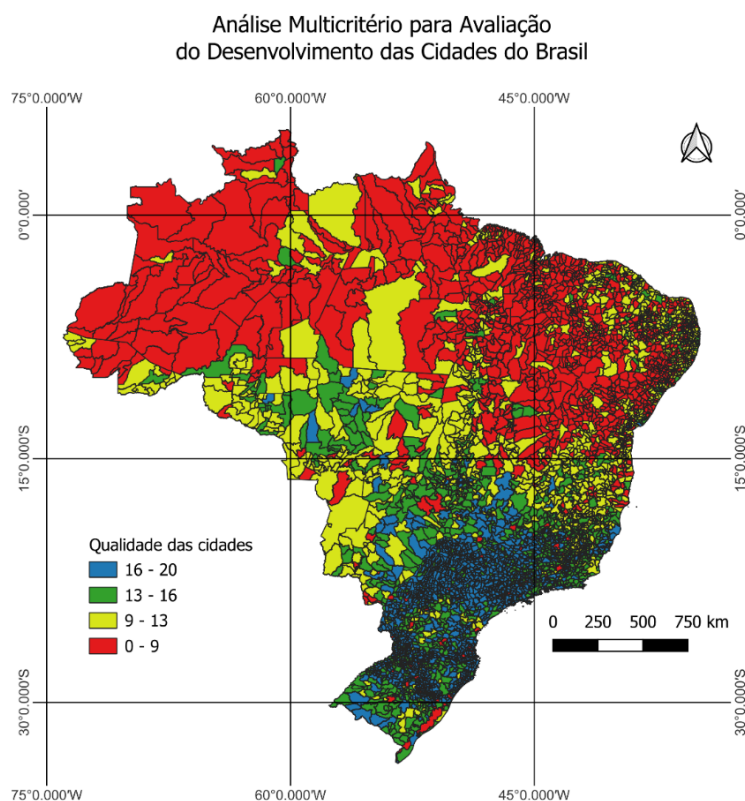
Tabela 2. Regressão não paramétrica Linear de Kernel para estimativa do efeito das variáveis de desenvolvimento sobre o “peso” (y) gerado por multicritérios.

Regressão local-linear de Kernel		Número de observações: 5572	
Largura da banda: validação cruzada		E (observações de Kernel: 17	
		$R^2 = 0,783$	
Variável dependente		Média	
Pesos (conforme os quartis)		12,3	
Preditivas		Estimativa de efeito	
IDHM		8,376	
IFDM		15,192	
GINI		-15,321	
IDSC-BR		12,022	
IADM		-3,705	

Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010); FIRJAN (2018); ICS (2023); FONSECA et al (2024).
Org.: própria, 2024.

Dentro da analogia encabeçada e o resultado mostrado através da Figura 8, nota-se a baixa qualidade dos municípios da região Norte do Brasil, em vermelho. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do país há municípios específicos com alto nível de desenvolvimento social, representados na cor azul. No entanto, o nível mais avançado de urbanidade, em azul, é visto em pontos isolados ao Norte do Estado de Minas Gerais, e predominantemente a partir da metade Sul de Minas, seguido pelo Rio de Janeiro e Espírito Santo, adentrando de forma abrangente o Estado de São Paulo, partes significativas do Estado do Paraná e Santa Catarina, e, em menor escala aos dois primeiros, o Rio Grande do Sul. A hierarquia de cores mostra ainda os municípios em segundo plano na cor verde; em terceiro plano na cor amarela. Estes últimos abrangendo o Norte e Nordeste do Brasil, onde se verifica vários desafios a serem superados em relação às outras regiões. Os níveis máximos de qualidade (pesos iguais à 20) foram atingidos, sobretudo, no Estado de São Paulo.

Figura 8: Mapa de representação dos quartis conforme os extratos de posição dos municípios brasileiros em relação qualidade e desenvolvimento, por meio da análise multicritério com os Índices trabalhados.



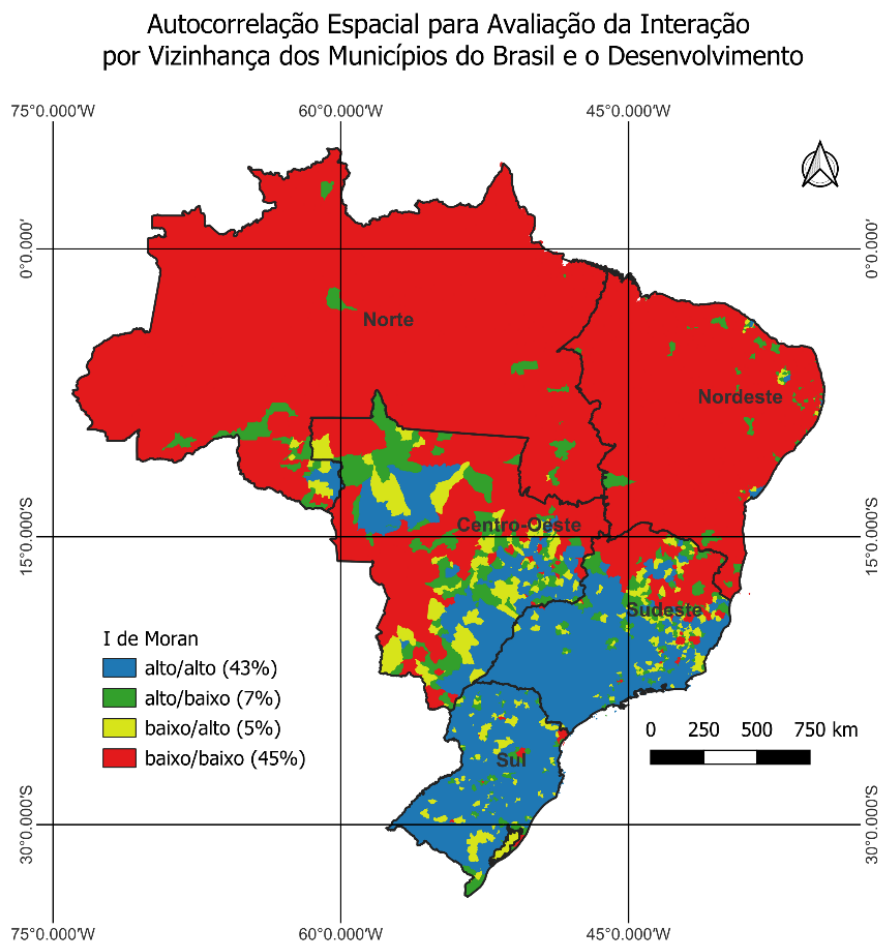
Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010); FIRJAN (2018); ICS (2023); FONSECA et al (2024).
Org.: própria, 2024.

Conforme consulta ao banco de dados gerado a partir do emprego da metodologia utilizando os índices de desenvolvimento trabalhados, no Brasil, 1709 municípios, em um universo de 5572, podem ser considerados desenvolvidos, portanto, um total relativo de 30% delas. Desses mais desenvolvidas, 20% apresentam cidades classificadas como pequena I; 4% são consideradas pequena II, cidades médias são 2%, grandes são também 2%, e as metrópoles são 0,01%. Pode-se entender, nessa perspectiva, que são cidades pequenas aquelas que tendem a ser os espaços com a maior qualidade para se viver.

Cidades qualificadas pelo IPEA (2020) como de porte “Pequeno I” são aquelas que apresentaram população residente inferior a 20.000 habitantes. Acima de 20.000 e menores que 49.500 habitantes, foram qualificadas como “Pequeno II”. As de porte “Médio” foram aquelas com total de habitantes maior que 49.500 e inferior a 99.900. Cidades consideradas de porte “Grande” foram aquelas com total de população residente variando entre 100.000 e 855.000. “Metrópoles” foram consideradas aquelas zonas urbanas com número de habitantes superior, em geral, aos 900.000. No entanto, essas classificações hierárquicas não levaram em consideração apenas intervalos absolutos, e, portanto, apresentaram pequenas variações em torno dos intervalos mostrados neste texto.

O emprego da autocorrelação espacial, por meio do Índice de Moran, Figura 9, possibilita a leitura mais assertiva quando à distribuição dos espaços mais desenvolvidos. Além de predominarem em municípios com cidades pequenas, 43% deles são seguidos por outros espaços também desenvolvidos, alto/alto, em azul, o que significa que áreas avançadas influenciam outras, tendo em vista que apenas 7% das qualificadas como “altas” em desenvolvimento têm vizinhança com baixo desempenho, visto na cor verde, alto/baixo. Espaços brasileiros com baixo desempenho, em geral, influenciam outros a permanecerem com o desenvolvimento humano pífio, tal como é visto na cor vermelha, baixo/baixo, que representa 45% do território nacional. Apenas 5% dos espaços com “baixo” desempenho apresentam vizinhança com “alto” desenvolvimento, visto na cor amarela em 5% dos casos. O resultado dessa análise demonstra que, áreas desenvolvidas são construídas regionalmente. Espaços geográficos discrepantes do seu meio circundante são raros.

Figura 9: Mapeamento da autocorrelação espacial, Índice de Moran, através da análise multicritério com os Índices de desenvolvimento trabalhados, e grandes regiões do país.



Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010); FIRJAN (2018); ICS (2023); FONSECA et al (2024).
Org.: própria, 2024.

A interpretação espacial do mapa permite ainda um julgamento positivo, se o Centro-Oeste foi impactado a partir do desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek, presidente do Brasil que inaugurou o distrito federal, Brasília, em 1960, tendo vários propósitos entre eles avançar com o Centro-Oeste do país, as áreas com alto/alto desenvolvimento vistas ao norte de Minas Gerais e na direção dos Estados de Goiás e Mato Grosso, estão indicando uma nova regionalização para um progresso futuro (KAMARANO, KANSO, 2009).

A Tabela 3, a seguir, mostra os municípios e cidades do Brasil com maior desenvolvimento, de forma aleatória, totalizando vinte e cinco deles, e ainda, por grandes regiões, selecionando as cinco com melhores resultados conforme os índices manipulados. Na região Norte, destacam-se: Primavera

de Rondônia e Pimenta Bueno. No Nordeste, o destaque ficou para Lauro de Freitas e Salvador. No Sudeste, São Caetano do Sul e Borá. No Sul do Brasil, Balneário Camboriú e Luzema. No Centro-Oeste, Água Clara e Alcinópolis. Aleatoriamente, outros municípios, e suas cidades, com alto desenvolvimento no Brasil são, por exemplo, Londrina, no Paraná; Torres, no Rio Grande do Sul; Montes Claros, em Minas Gerais; Vila Velha, no Espírito Santo; Petrópolis, no Rio de Janeiro; Aporé, em Goiás; Itatiba, Jambéiro e Pinhal, estas últimas no Estado de São Paulo.

Tabela 3. Municípios mais desenvolvidos por grandes regiões geográficas do Brasil, e os 25 mais desenvolvidos distribuídas de forma aleatória.

Ranking	Município	UF	Região	Brasil aleatório	UF
1	Vilhena	RO	N	Londrina	PR
2	Primavera de Rondônia	RO	N	Pinhais	PR
3	Pimenta Bueno	RO	N	Tupandi	RS
4	São Felipe D'Oeste	RO	N	Torres	RS
5	Santa Luzia D'Oeste	RO	N	Figueirão	MS
1	Salvador	BA	NE	Selvíria	MS
2	Lauro de Freitas	BA	NE	Sapezal	MT
3	Simões Filho	BA	NE	Santa Carmen	MT
4	Camaçari	BA	NE	Montes Claros	MG
5	Dias d'Ávila	BA	NE	Grão Mogol	MG
1	São Caetano do Sul	SP	SE	Serra	ES
2	Borá	SP	SE	Vila Velha	ES
3	Indaiatuba	SP	SE	Petrópolis	RJ
4	Itatiba	SP	SE	Resende	RJ
5	Vinhedo	SP	SE	Borá	SP
1	Balneário Camboriú	SC	S	Itatiba	SP
2	Luzerna	SC	S	Salvador	BA
3	Maringá	PR	S	Maracanaú	CE
4	Jaraguá do Sul	SC	S	Corumbáiba	GO
5	Toledo	PR	S	Aporé	GO
1	Água Clara	MS	CO	Luzerna	SC
2	Alcinópolis	MS	CO	Chapécó	SC
3	Angélica	MS	CO	Serrania	MG
4	Aparecida do Taboado	MS	CO	Jambéiro	SP
5	Bandeirantes	MS	CO	Pinhal	SP

Fonte: IBGE (2010); IPEA (2010); FIRJAN (2018); ICS (2023); FONSECA et al (2024).
Org.: própria, 2024.

Outro indicador que seria de suma importância para avaliação holística da qualidade das cidades, neste trabalho, seria algum índice ou taxa de violência. No entanto, encontrar fontes públicas que relatem continuamente as ocorrências de crimes prevalentes em determinados núcleos de aglomeração humana é demasiadamente difícil, ao se considerar que os dados que estão disponíveis publicamente, tais como os de entidades como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024b), ou não contemplam todos municípios brasileiros, ou não estão disponibilizados como banco de dados editável, ou foram disponibilizados apenas em determinados anos.

Há de ser observado o legado histórico da colonização no Brasil, o qual é fundamental para compreender as disparidades regionais observadas atualmente. Desde o período colonial, o modelo de ocupação e exploração do território privilegiou a faixa litorânea e as áreas mais acessíveis ao comércio para o mercado externo, concentrando investimentos e desenvolvimento principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Esse processo resultou em uma profunda desigualdade na distribuição de infraestrutura, serviços públicos e oportunidades econômicas, cujos efeitos persistem até o momento.

Na perspectiva desses fatos, a concentração de políticas públicas e investimentos governamentais nas regiões Sul e Sudeste intensificou ainda mais as desigualdades nacionais. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) revelam que o Centro-Sul do país apresenta avanços significativos em emprego, renda, escolaridade e infraestrutura urbana, enquanto Norte e Nordeste permanecem com índices inferiores. Essa centralização de recursos e ações governamentais reforça um ciclo de desenvolvimento desigual, onde os municípios já favorecidos continuam a receber mais atenção e investimentos, perpetuando a distância em relação às demais regiões.

As dificuldades logísticas e de infraestrutura enfrentadas pelo Norte e Nordeste são agravadas pela extensão territorial, desafios geográficos e histórico de negligência estatal. O acesso limitado a serviços básicos, transporte, saneamento e saúde pública compromete o potencial de desenvolvimento dessas regiões e aumenta sua vulnerabilidade social. Esta pesquisa evidencia que

a ausência de políticas públicas efetivas e o baixo comprometimento da gestão pública contribuem para a perpetuação dessas fragilidades, tornando urgente a adoção de medidas que promovam maior equidade e integração nacional. Dessa forma, ao analisar os padrões espaciais do desenvolvimento brasileiro, é possível afastar simplificações e reconhecer que as desigualdades atuais são resultado de processos históricos, escolhas políticas e desafios estruturais de longa duração (DEDECCA, 2005).

Considerações Finais

Tal como foi mostrado na pesquisa, apenas 30% dos municípios brasileiros são considerados desenvolvidos. Desses mais desenvolvidos, 24% deles têm cidades de porte pequeno. Além do desenvolvimento predominar em cidades pequenas, 43% delas são seguidas por outros espaços também desenvolvidos conforme o índice de correlação espacial. São altos valores seguidos de altos desempenhos na vizinhança, portanto, áreas avançadas influenciam outras. O resultado dessa análise demonstra que, áreas desenvolvidas são construídas regionalmente. Espaços discrepantes do seu meio circundante são raros.

As regiões Norte e Nordeste são as menos desenvolvidas, com presença de alguns *outliers*, municípios desenvolvidos rodeados por áreas pouco desenvolvidas, estas, predominantes. A metade sul do país e aquela com os municípios mais desenvolvidos sob o ponto de vista humano e social, onde se percebe mais municípios e cidades com interação positiva. O entendimento das variáveis que mais produziram efeito no R^2 igual a 0,78, por meio da regressão linear de Kernel, foram: o IADM e o Índice de Gini, os quais produzem efeitos negativos na avaliação da qualidade dos espaços, tendo em vista que quanto maior o valor do IADM, maior é o adoecimento por dengue, e, portanto, menor é a qualidade urbana quanto à infraestrutura relativa à saúde humana. O Gini, quanto menor for o seu valor, melhores são as condições de acessibilidade e igualdade socioeconômica. De forma direta e positiva, o IFDM e o IDSC-BR são aqueles que mais geraram impactos no peso gerado para mensurar a qualidade dos municípios e das cidades, tal como a metodologia deste estudo.

A distribuição desigual do desenvolvimento entre as regiões brasileiras reflete processos históricos e escolhas de gestão pública ao longo do tempo. Áreas que apresentam menor desenvolvimento frequentemente enfrentam desafios relacionados à limitada atuação do poder público, seja por dificuldades estruturais, históricas ou de gestão, enquanto regiões mais avançadas tendem a se beneficiar de políticas e investimentos mais consistentes voltados à melhoria das condições de vida da população

Dessa forma, observa-se que o desenvolvimento de determinados espaços não ocorre de maneira aleatória, mas está associado ao empenho e à capacidade de gestão das administrações locais, bem como ao histórico de políticas públicas implementadas. Assim, os avanços registrados em algumas regiões são resultado de esforços contínuos e de maior comprometimento com a promoção do bem-estar coletivo, ao passo que as dificuldades de outras áreas evidenciam a necessidade de maior atenção e investimentos direcionados

Portanto, compreender as diferenças regionais exige uma análise que considere tanto os fatores históricos quanto as iniciativas recentes de gestão pública, reconhecendo que o desenvolvimento é fruto de múltiplos fatores e não apenas de circunstâncias isoladas. Esse olhar mais abrangente contribui para evitar simplificações e para promover discussões mais construtivas sobre os caminhos possíveis para a superação das desigualdades regionais.

A análise deste trabalho foi realizada utilizando dados anteriores à pandemia de Covid-19, e deve-se levar em consideração que o cenário nacional passou por transformações significativas após esse período, especialmente em aspectos sociais, econômicos e de saúde pública. Os resultados obtidos podem variar com a incorporação de dados mais recentes, sobretudo considerando os impactos da pandemia na dinâmica dos municípios brasileiros. Essa observação abre espaço para a proposição de pesquisas futuras que adotem o modelo multicritério utilizado, permitindo uma compreensão abrangente e atualizada do desenvolvimento social e da qualidade dos municípios. Dessa forma pode-se promover o aprofundamento do debate acadêmico e a contínua revisão das metodologias empregadas.

Referências

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association-LISA. *Geographical Analysis*, v. 27, n.2, p. 93-115, 1995.

ANSELIN, L. Spatial data analysis with GIS: an introduction to application in the social sciences. Technical Report, 1992.

CÂMARA, G.; CARVALHO, M.S.; DRUCK, S.; MONTEIRO, A.V.M. *Análise Espacial de Dados Geográficos*. Brasília: EMBRAPA, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados. IPEA: Texto para discussão 1426, 2009, 34 p. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/91141/1/615104746.pdf>>. Acessado em 03 de fev. 2015.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1, p. 113-130, 2005.

FIRJAN, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2018). Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=BA&IdCidade>>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

FMI, Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Search?q=economic%20position&sort=relevancy>>. Acessado em 11 de julho de 2023.

FONSECA, D.S.R; BRAZ, C.K.R.; GARCIA, R.A. O viés geográfico para o adoecimento e internação por dengue: uma regionalização do Brasil, entre os anos 2009 e 2019, por meio de múltiplos fatores espaciais. *GEOgraphia*, v. 26, n. 56, p. 1-21, 2024.

FORATTINI, O. P. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 25, n. 2, p. 75-86, 1991.

FUZARO, P. A.; CARNIELLO, M. F. Estudo Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 75-100, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Malha municipal. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Prévia do Censo 2022. Disponível em: < <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/35954-brasil-tem-207-8-milhoes-de-habitantes-mostra-previa-do-censo-2022>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

ICS, Instituto Cidades Sustentáveis. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR, 2023). Disponível em: < <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br>>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Atlas da Violência. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acessado em: 29 de maio de 2024a.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Bases. Brasil, Índice de Desenvolvimento Humano em 2020. Disponível em: < <https://ipea.gov.br/ipeageo/bases.html>>. Acesso em: 01 de abril de 2024b.

KIM, N.; YANG, S. Characteristics of conceptually related smart cities (CRS-Cs) services from the perspective of sustainability. Sustainability, v. 13, n. 6, p. 1-48, 2021.

KRUGER, R. V.; BOURSCHEIDT, D. M. mercado de trabalho e o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal: padrões espaciais dos municípios do estado do Paraná. Estudos Economicos, v. 38, n. 77, p. 99-117, 2021.

MARTINS, G. A. Estatística geral e aplicada. São Paulo: Atlas, 2010, 421p.

MISRA, M.; KUMAR, D. A hybrid indexing approach for sustainable smart cities development. Journal of the Indian Society of Remote Sensing, v. 48, n. 11, p. 1639-1643, 2020.

OGRODNIK, K. Multi-criteria analysis of smart cities in Poland. Geographia Polonica, v. 93, n. 2, p. 163-181, 2020.

PELLENZ, J. D. L.; PUCHALE, C. L. Qualidade ambiental e seus condicionantes: uma análise multivariada para os municípios do Rio Grande do Sul. Estudos Económicos, v. 35, n. 71, p. 5-24, 2018.

ROCON, C. S.; ALVAREZ, C. E. Smart cities: Selection of indicators for Vitória. *International. Journal of Sustainable Building Technology and Urban Development*, v. 8, n.2, p. 135-143, 2017.

SANTOS, S.A. et al. Estrutura fundiária na Bahia, Brasil: uma análise sob a ótica do índice de Gini. *Sociedade & Natureza*, v.32, p.614-625, 2020.

SINAN, Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/sinan-dengue-chikungunya>>. Acessado em 26 de agosto de 2019.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, p. 80-90, 2003.

VIEIRA, R. S. Crescimento econômico no estado de São Paulo: uma análise espacial. São Paulo: Editora UNESP. 2009. 103p.

WISSMANN, M. A.; BACKES, G. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades: Um Estudo com Base na Realidade Brasileira. *Revista Científica ACERTTE*, v. 2, n. 9, 2022.

SOBRE O ORGANIZADOR

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e Território GPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Catiani Renata Salvati

Professora da Rede Pública da Educação Básica, Mestre em Educação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2829450955088997> Email: catianirs@gmail.com

Dênis Moura de Quadros

Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), doutor em Letras, áreas de concentração História da Literatura, pela Universidade do Rio Grande (FURG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3223715562579993>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5733-6857>

E-mail: denisquadros@unipampa.edu.br

Diego de Sousa Ribeiro Fonseca

E-mail: diego.fonseca@ifnmg.edu.br

Guilherme Luiz Pereira Costa

Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela UERN; professor de Sociologia da Educação Básica da rede pública do Rio Grande do Norte.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2567-8291>

E-mail: guilhermelpcosta15@gmail.com

Guilherme Paiva de Carvalho

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (1998); Mestre em Filosofia (2002) e Doutor em Sociologia (2009) pela Universidade de Brasília. Realizou, em 2007, Doutorado Sanduíche na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL); realizou pós-doutorado na Universidade de Évora, em Portugal (2019 a 2020). É Investigador Colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS Nova) da Universidade de Évora (UÉvora). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/Ufersa/IFRN); docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO/UERN/UFERSA/IFRN), além de Colaborador no Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1165-5761>

E-mail: guilhermepaiva@uern.br

Jean Samuel da Costa Braz

Estudante de Agronomia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), unidade Santana do Livramento. E-mail: jean-braz@uergs.edu.br

João Victor da Costa Rios

Graduated in History from Universidade Federal do Piauí (UFPI). Master's student at Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5726-5833>

E-mail: joaorios1000@gmail.com

Rafael Alves de Andrade

Arquiteto e Urbanista, Cursa Mestrado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e De Design da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7634181881008252>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5990-7516>

E-mail: aandrade.rafael@gmail.com

Sérgio Leandro Sousa Neves

E-mail: sergio.neves@ifnmg.edu.br

Simone Braga Terra

Professora Adjunto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), unidade Santana do Livramento. E-mail: simone-terra@uergs.edu.br

Thaís Gomes Torres

Turismóloga, Doutora em Geografia (UFSM).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6830-624X>,

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9167119057101688>

E-mail: thaisturis@gmail.com

Ulysses de Araujo Lima

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - PPGE/UFPB.

E-mail: ulyssespb@gmail.com

Vania Lenise Turcatto KLuge

Professora da Rede Pública da Educação Básica, Pós-graduada em Projeto de Vida. Email: vaniakluge@yahoo.com.br

Winston Luiz Ramos de Farias

Especialização em Ciências Políticas e Gestão Pública pela FACUMINAS.

E-mail: winstonluiz@gmail.com

DEBATES CONTEMPORÂNEOS:

TEMAS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 21

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

